

UFAC

UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

ISSN: 2675-4088



PPG
MGe 

V. 3, N. 1, 2021

UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Karina Furini da Ponte
Raquel Lins Brandão
Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Silvio Simione da Silva
Thirson Rodrigues de Medina
Victor Régio da Silva Bento

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Arlete Moyses Rodrigues
Antonio Thomaz Junior
Brian Gerard Garvey
Carlos Walter Porto-Gonçalves
Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin
Eguimar Felício Chaveiro
Héctor Ávila-Sánchez
João Osvaldo Rodrigues Nunes
Miguel Ibáñez Sánchez
Rosemeire Aparecida da Almeida

COMISSÃO CIENTÍFICA DE PARECERISTAS

Antonio Thomaz Junior	Isis do Mar Marques Martins
Alexsande de Oliviera Franco	João Márcio Palheta da Silva
Anderson Azevedo Mesquita	José Alves
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	José Genivaldo do Vale Moreira
Arivaldo D'Avila de Oliveira	Julia Lobato Pinto de Moura
Brian Gerard Garvey	Juliano Strachulski
Carlos Estevão Ferreira Castelo	Karina Furini da Ponte
Cleilton Sampaio de Farias	Karla da Silva Rocha
Cristovão Henrique	Lucilene Ferreira de Almeida
Denise Cristina Bomtempo	Maria de Jesus Morais
Denis Richter	Natacha Cintia Regina Aleixo
Dinamares Aparecida Antunes	Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Edwin Andrés Mancilla Rico	Silvio Simione da Silva
Elder Andrade de Paula	Victo Hugo Nedel Oliveira
Elisandra Moreira de Lira	Victor Régio da Silva Bento
Fernanda Lima e Silva	Waldemir Lima dos Santos
Frank Oliveira Arcos	

EDITORIAL REVISTA UÁQUIRI

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal do Acre (Ufac) tem o prazer de apresentar à comunidade científica o resultado de um esforço coletivo ao lançar a Revista Uáquiri em seu volume 3, número 1, do ano de 2021.

A Revista Uáquiri trata-se de uma ferramenta de divulgação dos resultados de pesquisa sobre a produção do espaço geográfico e estudos temáticos que envolvam a região amazônica e discussões teórico-metodológicas geográficas.

Na perspectiva de suscitar o debate, a Revista Uáquiri (v.3, n.1, ano 2021) apresenta 9 trabalhos entre artigos e relatos de experiência das mais variadas temáticas, mas sempre com o compromisso teórico-metodológico na abordagem do tema, com apresentação de dados quantitativos, qualitativos e análises de modo a oferecer ao leitor informações e questionamentos sobre o papel da ciência geográfica na análise espacializada dos processos, fatos e fenômenos que contemplam a realidade da Amazônia Sul-Occidental.

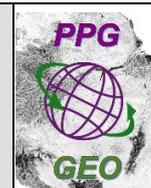
Então, convidamos os leitores a navegar nas discussões e contribuições da geografia acreana trazidas pela Revista Uáquiri, v.3, n.1 do ano de 2021.

Os editores

SUMÁRIO

EDITORIAL REVISTA UÁQUIRI	3
SUMÁRIO	4
ARTIGOS	5
A IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO ACREANA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DO ACRE	6
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: ANÁLISE DO APLICATIVO UBER EATS.	25
ANÁLISE ACERCA DA TEORIA E MÉTODO UTILIZADO NO LIVRO A GEOGRAFIA DO ESPAÇO-MUNDO DE RUY MOREIRA.	38
O ESPAÇO GEOGRÁFICO AO LONGO DAS CORRENTES DA GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA	50
CARACTERIZAÇÃO TEMPORAL DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA NA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL, ACRE, BRASIL	64
AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A BIODIVERSIDADE DA REGIÃO	75
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	94
O JOGO, A GAMIFICAÇÃO E O LÚDICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	95
PROJETO AVANÇAR: PERSPECTIVA SOCIAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POPULAR NO TERRITÓRIO DO MONTE CRISTO EM FLORIANÓPOLIS/SC	105
VAMOS FALAR SOBRE NOSSA CIDADE? UMA PROPOSTA DE SD PARA O ENSINO REMOTO COM AS NOVAS TECNOLOGIAS	116

ARTIGOS



A IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO ACREANA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DO ACRE

Maria Cecília Pereira Ugalde^{1*}, Dr Charlyns Roweder², Dr Cleilton Sampaio de Farias²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4493-5441>; <https://orcid.org/0000-0003-0348-2979>;
<https://orcid.org/0000-0003-1783-3175>

¹Discente do Instituto Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT, Rio Branco, Acre, Brasil; ²Professor do Instituto Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professor do Instituto Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT, Rio Branco, Acre, Brasil.

*maria.ugalde@ifac.edu.br

Recebido em: 07/06/2021. Aceito em: 24/06/2021. Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.5106>

Resumo

Esse artigo descreve o período histórico de anexação do Acre ao território brasileiro, abordando acontecimentos que vão desde os acordos assinados entre Portugal e Espanha, a série de conflitos decorrentes de interesses econômicos, que culminaram com o movimento armado conhecido como “Revolução Acreana” e, assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, no qual a região passou a pertencer definitivamente ao Brasil. O Acre foi decretado Território Federal em 1904 e somente em 1962 passou à condição de Unidade da Federação. Assim, objetivou-se discutir a importância da Revolução Acreana para a formação do território acreano. Para tanto, foi realizada pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, por se adequar aos estudos exploratórios e a utilização de material elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Em termos de ocupação é possível inferir que a Revolução Acreana foi fundamental para que as terras, constante nos antigos mapas bolivianos como “*tierras nom descubiertas*”, fossem anexadas ao Brasil. Essa luta armada envolvendo brasileiros e bolivianos, gerou um acréscimo considerável as riquezas nacionais, assim como originou uma sociedade mista de diversos povos, com cultura, crenças, mitos e tradições bastante peculiares, resultante da miscigenação dos povos que aqui habitavam, com os que para cá vieram, a exemplo, os nordestinos que vieram para a região extrair o látex da seringueira.

Palavras-chave: Disputa de território; Exploração do látex; Criação do Acre.

THE IMPORTANCE OF THE ACREAN REVOLUTION IN THE FORMATION PROCESS OF THE STATE OF ACRE

Abstract

This article describes the historical period of annexation of Acre to Brazilian territory, addressing events ranging from the agreements signed between Portugal and Spain, to a series of conflicts arising from economic interests, which culminated in the armed movement known as the "Acre Revolution" and, signing of the Treaty of Petrópolis, in 1903, when the region came to definitively belong to Brazil. Acre was declared Federal Territory in 1904 and only in 1962 did it become a Federation Unit. Thus, the objective was to discuss the importance of the Acre Revolution for the formation of the Acre territory.

For this purpose, a qualitative bibliographic and documentary research was carried out, as it is suitable for exploratory studies and the use of elaborated material, consisting mainly of books and scientific articles. In terms of occupation, it is possible to infer that the Acre Revolution was fundamental for the lands, which were included in the old Bolivian maps as “tierras nom descubiertas”, to be annexed to Brazil. This armed struggle involving Brazilians and Bolivians, generated a considerable increase in national wealth, as well as originating a mixed society of different people, with very peculiar culture, beliefs, myths and traditions, resulting from the miscegenation of those who lived here, with those who came here, for example, the northeasterners who came to the region to extract the latex from the rubber tree.

Keywords: Territory dispute; Latex exploration; Creation of Acre.

LA IMPORTANCIA DE LA REVOLUCIÓN ACREAN EN EL PROCESO DE FORMACIÓN DEL ESTADO DE ACRE

Resumen

Este artículo describe el período histórico de la anexión del Acre al territorio brasileño, describiendo hechos que van desde los acuerdos firmados entre Portugal y España, hasta la serie de conflictos producto de intereses económicos, que culminaron en el movimiento armado conocido como la “Revolución Acreana” y, firma del Tratado de Petrópolis, en 1903, en el cual la región pasó a pertenecer definitivamente a Brasil. El Acre fue declarado Territorio Federal en 1904 y solo en 1962 se convirtió en Unidad de la Federación. Así, el objetivo fue discutir la importancia de la Revolución Acreana para la formación del territorio del Acre. Para esto se realizó una investigación bibliográfica y documental cualitativa, por ser apta para los estudios exploratorios y el uso de material elaborado, constituido principalmente por libros y artículos científicos. En términos de ocupación, es posible inferir que la Revolución del Acre fue fundamental para que las tierras, que estaban incluidas en los antiguos mapas bolivianos como “tierras no descubiertas”, fueran añadidas a Brasil. Esta lucha armada que involucró a brasileños y bolivianos, generó un aumento considerable de la riqueza nacional, además originó una sociedad mezclada de diferentes pueblos, con una cultura, creencias, mitos y tradiciones muy peculiares, resultado del mestizaje de los pueblos que aquí pasaron a vivir, con los que ya poblaban la región, por ejemplo, gente del Nordeste que llegaba a la región para extraer látex del árbol del caucho.

Palabras clave: Disputa territorial; Exploración de látex; Creación de Acre.

1. INTRODUÇÃO

“O acreano foi o único povo que lutou para ser brasileiro”, essa expressão acabou se tornando a máxima na qual é forjada a identidade da população acreana, o acreano é brasileiro por uma excepcionalidade, uma vez que a história do Acre não faz parte daquilo que é tido como normal, mas sim, da escolha de ser brasileiro, que foi assentada na origem da luta armada conhecida como Revolução Acreana, ou seja: na luta por ser brasileiro, Moraes (2016, p.5).

A autora esclarece, em sua obra ‘**Acreanidade**’ **Invenção e reinvenção da Identidade acreana**, que esse conceito, apesar de usual por alguns pesquisadores é um tanto equivocado, uma vez que a identidade histórica é pautada em “relações e projetos de poder”, liderados por aqueles que estão ou estiveram no topo, e portanto, decidem sobre a construção da identidade que é “uma construção social marcada por relações de poder econômico, político, social, cultural, simbólico”, e não apenas por um sentimento nacionalista (ibid.).

Assim, na abordagem de anexação do Acre ao Brasil, há pesquisadores e/ou escritores, a exemplo de Narloch (2011, p. 224), que acreditam ter a origem dos conflitos no fato de o governo brasileiro não se interessar pelas terras do Acre, tentando “livrar-se” por três vezes, sendo a primeira vez em 1867, com a assinatura do Tratado de Ayacucho, quando, segundo esse autor “o imperador dom Pedro II queria agradar os vizinhos e evitar que estes armassem confusão”.

Observa-se aqui, que em 1867, o processo de extração do látex da seringueira estava em sua fase inicial, e que portanto, não era fator potencializador da economia regional, ocorrendo a aceleração desse processo somente na década seguinte. O Brasil estava envolvido na guerra do Paraguai e assinou o acordo diplomático (Tratado de Ayacucho), no qual o Estado brasileiro reconhecia que as terras da região acreana pertenciam à Bolívia, visando, manter a nação boliviana neutra no conflito (CALIXTO, 2003; SOUZA, 2005).

Em 19 de fevereiro de 1895, pressionado pela Bolívia, o governo brasileiro mandou, em missão chefiada por Thaumaturgo de Azevedo, uma equipe para localizar as nascentes do rio Javari e fazer as medições que determinavam os limites entre Brasil e Bolívia. Tal missão não foi concluída em virtude de Thaumaturgo de Azevedo observar a quantidade de seringueiros brasileiros existentes na região, sendo esses limites estabelecidos por outra comissão chefiada por Cunha Gomes, em 1898, que respeitou o que havia sido estabelecido no Tratado de Ayacucho, ficando assim definido que o que estivesse ao Norte da Linha Cunha-Gomes pertencia ao Brasil e o que estivesse ao Sul, seria da Bolívia, de modo que o Acre era incontestavelmente boliviano (SOUZA, 2005).

A terceira tentativa do governo brasileiro livrar-se do Acre, ainda de acordo com Narloch (2011, p. p.224-226), teria sido ainda em 1898, quando o ministro da Relações Exteriores, Dionísio Cerqueira enviou telegrama ao governo do Amazonas pedindo para este “concordar no estabelecimento do posto aduaneiro à margem do Rio Acre, ou Aquiri, em território incontestavelmente boliviano”.

Nesse contexto, observa-se que se o Acre pertencia a Bolívia, não havia razões para impedir sua administração, não se interessando, o Brasil pelas terras do Acre à primeira vista, pois tendo os rios como vias principais de circulação, toda a produção regional (brasileira ou não), obedecia a centralidade de Manaus, fazendo que o Brasil já tivesse o maior controle sobre a produção gomífera, e portanto, não necessitando demonstrar maior interesse nas terras acreanas.

Assim, de acordo com a historiografia oficial, a incorporação do Acre ao território brasileiro só ocorreu após um longo processo de disputa pelas terras, que culminou com o conflito armado conhecido como “Revolução Acreana”, quando as terras produtoras de borracha foram palco de vários confrontos entre brasileiros e bolivianos, que disputavam o domínio do território (SOUZA, 2005).

Tais confrontos foram iniciados, principalmente quando o governo brasileiro passou a temer a implantação de uma superpotência, como já havia a ameaça, por ocasião da assinatura do contrato entre o governo boliviano e o presidente do *Bolivian Syndicate*, que associado a *U.S. Rubber Co.*, compraria toda borracha produzida na região acreana, ficando a Bolívia com 60% dos lucros e com a tarefa de construir um canal que uniria o Acre aos rios Ortón e Madre de Dios. (TOCANTINS, 2001; BANDEIRA, 2000).

Antes de adentrarmos à história acreana, se faz necessário observar que no período das grandes navegações, Portugal e Espanha fizeram acordo diplomático dividindo as terras descobertas. O Tratados de Tordesilhas, assinado por esses dois países em 7 de junho de 1494, delimitava, por meio de uma linha imaginária, as posses portuguesas e espanholas. Tudo que ficasse a oeste da linha pertenceriam a Espanha e tudo que ficasse a leste pertenceriam a Portugal. Em consonância com esse tratado, grande parte do que temos hoje como território brasileiro era espanhol, inclusive o Acre que ficava totalmente do lado da linha pertencente à Espanha (TULUX, 2015).

De 1580 a 1640, a crise atrelada à sucessão do trono de Portugal levou a União Ibérica a unificar as coroas. Durante essa união houve o afrouxamento das linhas estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, o que facilitou o processo de interiorização do Brasil, promovido pelas entradas e bandeiras¹, o tratado não foi respeitado. No século XVII, os portugueses chegaram a ocupar parte da região amazônica, desenvolvendo assim atividades econômicas como a coleta de “drogas do sertão” (SOUZA, 2005).

Em 1750, o Tratado de Tordesilhas perdeu seus poderes, sendo o acordo atualizado por meio do Tratado de Madri. A Espanha visava barrar o avanço dos portugueses em suas terras, e Portugal buscou assegurar a ocupação já realizada, para tanto, utilizou-se do princípio do *Uti Possidetis*², princípio originado na máxima romana: *uti possidetis, ita possideatis*, que afirma

¹ Expedições pioneiras, realizadas com o objetivo de procurar riquezas minerais (pedras preciosas, ouro e prata) e coletar as “drogas do sertão”, além de caçar índios para mão de obra escrava.

² Princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuís".

que quem possui de fato, deve possuir de direito, em outras palavras, “a terra pertence a quem a ocupa” e não a quem a descobre. Ainda assim, a região acreana continuava dentro do território espanhol (GÓES, 1900).

Com a independência dos países da América do Sul, os tratados de limites passaram a ser negociados pelas nações libertadas da Espanha e Portugal. Pelas cláusulas estabelecidas no Tratado de Ayacucho, assinado em 1867, a Bolívia era proprietária da região acreana. No entanto, o princípio do *Uti Possidetis* foi incluído no texto do acordo e nessa época já estava havendo a ocupação de alguns seringais acreanos por brasileiros, porém, a ocupação do território acreano propriamente dita, só ocorreu na fase de predominância do extrativismo da borracha, quando nordestinos, principalmente originários do Ceará, vencidos pela seca e por suas necessidades econômicas, aventuraram-se na floresta amazônica para extrair o látex da seringueira, produto considerado pelo mercado internacional como “ouro negro” (SOUZA, 2005; TOCANTINS 2001).

Assim, a instalação de uma Alfândega, em 1898, pelo Ministro Plenipotenciário boliviano José Paravicini, para cobrar impostos sobre a borracha produzida nos seringais acreanos, incomodou os seringalistas brasileiros que ali haviam se instalados, que passaram a protestar juntamente com os políticos e o governo do Amazonas, que estava perdendo parte dos impostos cobrados da borracha produzida na região e que passava por seus postos fiscais. Ameaçados pela presença boliviana, o governador do Estado do Amazonas, Ramalho Júnior e seringalista da região tomaram diversas medidas para dificultar a estadia boliviana, chegando inclusive a proibir o tráfego boliviano a partir de Manaus (TOCANTINS, 2001).

Diante de tudo, questiona-se: qual a importância da Revolução Acreana para a formação do território acreano?

Destarte, esse artigo tem por objetivo discutir a importância da Revolução Acreana para a formação do território acreano, iniciando pelos principais motivos que levaram a cobiça das terras estrangeiras. Para fins desse estudo, organizou-se o texto em seções, que detalham os materiais e métodos utilizados, no intento de alcançar o objetivo proposto, passando pela discussão sobre o processo de criação do Estado do Acre, no contexto da “Revolução Acreana”.

2. MATERIAIS E MÉTODO

Para a consecução deste trabalho foi realizada pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, subsidiada em Gil (2002), por se adequar aos estudos exploratórios e a utilização de material elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

De acordo com este autor, a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa indispensável nos estudos históricos, por nos permitir um conhecimento mais aprofundado dos fatos. Os principais autores utilizados na pesquisa foram: Bandeira (2000), Cardoni (1986), Calixto (2003), Giraldo (1999), Góes (1900), Morais (2016), Narloch (2011), Paravicini (1900), Souza, (2005), Souza (2001), Souza, (2017), Tulux (2015), Tocantins (2001), dentre outros que versam sobre a criação e formação do Estado do Acre.

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização de descritores tais como: criação do estado do Acre, Acre e processo de formação, História do Acre, nome de autores e principalmente, obras relacionadas ao tema, seguido de busca nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e com amigos, selecionando-se livros e/ou capítulos de livros e artigos que tratam dos temas ora abordados, compondo material necessário ao embasamento teórico para escrita do presente trabalho, culminando com os resultados e discussão, com ênfase na temática Revolução Acreana, retomando tudo sucintamente nas considerações finais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A cobiça do território: questões primárias

O Acre foi oficialmente integrado ao território brasileiro na Primeira República, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. A incorporação do Estado do Acre ao território brasileiro envolveu um longo processo conflituoso, que para Calixto (2003), teve como causa primária aspectos políticos e econômicos. Esse autor afirma que, entre 1873 e 1896, a deflação fez com que o nível britânico de preço declinasse em 40%, ocasionando a queda nas taxas de lucro. “Estremeceram os alicerces que sustentavam os valores da livre troca” Calixto, (2003, p. 24). Desse modo, a abertura ao livre comércio não era suficiente para manter a Grã-Bretanha na posição principal. “O capital mobilizado politicamente exigiu do Estado proteção contra a intensa concorrência internacional (Id. Ibid.).

Foi a partir desse contexto que:

A borracha inseria-se, assim, nos planos dos fomentadores da modernidade [...]. À medida que o processo de vulcanização possibilitava um uso industrial da goma elástica, cada vez mais diversificado, cresciam os investimentos no setor, implicando a necessidade de suprimento de matéria-prima (CALIXTO, p. 31).

O processo de vulcanização, método criado em 1839 pelo norte-americano Charles Goodyear, acelerou o crescimento da indústria automobilística, e o uso dos pneus de borracha aumentaram a procura por áreas produtoras do látex, que passou a ser matéria prima das

indústrias internacionais. Assim, o aumento do consumo do látex nas indústrias internacionais fez com que aumentasse consideravelmente a produção da borracha, e a região do atual estado do Acre era riquíssima em *hevea brasiliensis*. Esse fato fez com que as terras acreanas fossem supervalorizadas, gerando disputa pelo território, que culminou com a Revolução Acreana e assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 (CALIXTO, 2003).

Mas vamos aos fatos: a partir do acordo assinado em 1750, entre Portugal e Espanha, que ficou conhecido como Tratado de Madri, foi criado, na região amazônica, a linha Madeira-Javari, “ponto histórico de partida para a existência do Acre”, porém, tal linha que não chegou a ser demarcada. Entretanto, esse acordo não agradou aos padres jesuítas nem aos índios, que viviam em Sete Povos das Missões (Uruguai e parte do Rio Grande do Sul), cujo domínio passou a pertencer a Portugal. Os padres não podiam mais catequizar e os índios eram avessos aos portugueses. Para resolver a questão, Espanha e Portugal assinaram um novo acordo, o Tratado de Prado, que anulou o Tratado de Madri, voltando a valer as disposições do Tratado de Tordesilhas, assinado entre os dois países em 1494. Pelo Tratado de Prado o Acre continuava a pertencer a Espanha (TULUX, 2015; CHAVES, 2014).

Entretanto, após mais de uma década, Espanha e Portugal passaram a disputar a região de Sacramento (atual Uruguai) cedido por Portugal à Espanha no Tratado de Madri. Para resolverem a questão, assinaram um novo acordo, em 1º de outubro de 1777, ao qual denominaram de Tratado de San Ildefonso, no qual a Espanha continuou com o domínio de Sacramento e Sete Povos das Missões, ficando Portugal com o direito de *uti possidetis*, sua soberania sobre a margem esquerda do Rio da Prata e faixas territoriais da região sul de Santa Catarina, sendo este o último acordo firmado entre Portugal e Espanha e, as terras acreanas continuavam sobre o domínio da Espanha (GIRALDO, 1999).

Em 27 de março de 1867, Brasil e Bolívia, visando definir suas fronteiras, assinaram o Tratado de Ayacucho, estabelecendo a linha Beni-Javari, em substituição à primitiva linha Madeira-Javari, com início da linha na foz do rio Beni, entretanto, por conta do difícil acesso às coordenadas geográficas da nascente do rio Javari, tornou-se impossível executar o traçado da fronteira.

De acordo com Cardoni (1986, p. 2) a colonização do Acre teve como precursor um cearense chamado João Gabriel de Carvalho e Mello, que atraído pela Amazônia viajou para Belém, empregando-se na casa aviadora do português Visconde da Santo Elias, conquistando a confiança deste que “forneceu-lhe dinheiro e mercadoria para a exploração da borracha no

Purus” Em 1875, João Gabriel já sendo um homem de recursos, retornou ao Ceará para buscar a família para trabalharem no Acre.

A esse fornecimento de mercadorias e outros artefatos deu-se o nome de aviamento. O sistema de aviamento funcionou como mecanismo de controle do capital comercial, durante o primeiro e segundo surto da borracha, gerando um processo de troca da borracha produzida pelos seringueiros por outros produtos necessários à permanência nos seringais. Assim, a troca funcionava “entre **Seringueiros/Seringalistas/Casas Aviadoras e casas Exportadoras** (SOUZA, 2005, p. 80, grifos do autor).

A partir de então, ocorreram milhares de outras ocupações, principalmente por egressos dos sertões nordestinos que fugiam da seca de 1877 e eram agenciados pelos novos seringalistas ou patrões, povoando a região, até então desabitada pelo homem branco e iniciando, assim, a conquista do território acreano.

Para Souza (2005), do ponto de vista do processo de ocupação, as terras acreanas deveriam pertencer a população indígena, que ocuparam e colonizaram a região muito antes da chegada do “homem branco” (nordestinos, bolivianos, dentre outros), enumerando várias tribos que aqui existiam antes da chegada dos brasileiros e bolivianos, que não tiveram como defender as terras e suas riquezas dos invasores por falta de armamentos adequados, vivendo hoje, em pequenas reservas.

Souza (2017), que divide o processo de ocupação das terras acreanas em “momentos históricos” pontua que antes da ocupação propriamente dita, houve a vinda dos “desbravadores” com o intuito de buscar produtos, informações e até com a missão de pacificar os índios. Esse autor cita personagens como João Rodrigues Cametá, Serafim Salgado, Manoel Clementino Carneiro Cunha, Manoel Urbano e tantos outros que de 1852 até 1866, além de visar conhecer geograficamente a região, também tinham por objetivo dominar os povos indígenas que aqui viviam.

A necessidade de pacificar os índios tinha dois objetivos: o primeiro era minimizar os obstáculos que eles representavam, uma vez que, em um primeiro momento, ofereciam resistência e tentavam defender seus territórios; em segundo, poderiam ser “mão de obra útil para exploração” (SOUZA, 2017, p.87).

Para Calixto (2003) “A chegada dos primeiros patrões “às *tierras non descubiertas*”, como eram definidas as terras acreanas nos mapas bolivianos, ocorreu num momento em que a demanda internacional por borracha surgiu e os preços cresciam assustadoramente. Esse autor pontua que com a explosão do “boom gomífero” houve uma “acelerada subordinação do capital

comercial das Casas Aviadoras ao capital da *haute finance*, representado, na Amazônia pelas Casas Exportadoras e bancos estrangeiros” (CALIXTO, p. 35).

O crescimento da demanda internacional e dos preços provocou uma acirrada disputa pelo controle das exportações do chamado ouro negro, pois quando a borracha passava pelo processo de vulcanização transformava-se em uma bola preta chamada de pele. As poucas casas exportadoras tinham o domínio da exportação e impunham seus preços de modo a deter o controle das fontes abastecedoras do látex. Esse fator teve como consequência regional, o investimento dos governos do Amazonas e Pará nas empresas de transportes.

Assim, no ano de 1878, em Belém cobrava-se

[...] um imposto de 3% sobre o embarque da borracha que, por cabotagem, chegava até Belém”. Manaus e Belém concorriam no quesito portos exportadores da borracha. “Se, em 1890, a arrecadação da receita regional (Amazonas e Pará) era de 17.745 contos de réis, em 1900 saltava para 88.962, uma diferença percentual superior a 500%” (CALIXTO, 2003 p. 38).

A Bolívia que até então considerava a região como *Tierras nom descubiertas* (terras não descobertas) em seus mapas antigos, resolveu exigir o reconhecimento do Acre como terras bolivianas, com base em acordos diplomáticos assinados anteriormente. Em 1899, passa a ocupar uma área, onde estabelece uma alfândega, a qual nominou de Puerto Alonso no atual município de Porto Acre-AC. As normas baixadas pelo Ministro boliviano Plenipotenciário¹ Paravicini trouxeram implicações de ordem social e econômicas, uma vez que o “decreto declarava abertos os rios Acre, Iaco e Purus à navegação internacional” (CARDONI, 1986, p. 3)

Nesse cenário, Calixto (2003), observa que o Tratado de Ayacucho, firmado em 1867, no contexto do liberalismo do partido progressista, que estava no poder, foi assinado sem que ambos os países conhecessem um palmo da região entre os rios Madeira e o Javari. Assim, com a definição dos limites nesse tratado, o Estado do Amazonas perderia a zona mais rica e mais produtiva de seu território que compreendia a região do alto rio Acre, todo o Iaco e o alto rio Purus. “Naquele ano – 1898 – cerca de 23.108 toneladas de goma elástica eram exportadas, via portos de Belém e Manaus, ao preço altíssimo de 10.560 réis o quilo” (CALIXTO, 2003, p. 99).

Após concessão de permissão assinada pelo Ministro brasileiro Dionísio Cerqueira, para adentrar no Acre e estabelecer postos aduaneiro, Paravicini chega ao Rio Acre ou Aquiri a 3 de janeiro de 1899, “principia, de jure e de fato, a institucionalização do poder boliviano”. Na

¹ No âmbito do direito internacional, um ministro plenipotenciário é um chefe de missão diplomática de categoria imediatamente inferior à de embaixador extraordinário e plenipotenciário

alfândega de Porto Acre deveriam ser arrecadados os impostos de importação e exportação de mercadorias, produtos naturais e manufaturados, conforme as leis tratadas e regulamentos vigentes e os que forem expedidos (CALIXTO, 2003, pp. 112-113).

Diante desses acontecimentos, as casas aviadoras do Amazonas e do Pará e também os correspondentes dos governos estaduais reagiram ao fato dos tributos passarem a ser recebidos pelos bolivianos. Assim, acusaram o governo brasileiro de liberalismo contrário aos interesses da nação, uma vez que reconhecia o domínio estrangeiro, sem contestar, em uma área ocupada por brasileiros natos a mais de trinta anos.

O governador do Amazonas, Ramalho Júnior e a maioria dos seringueiros, inconformados com a situação, continuaram seus planos de não deixar a Bolívia se apossar das terras acreanas, mesmo que para isso tivessem que ir contra as ordens do governo brasileiro, que considerando que a “Linha Cunha Gomes”, determinava que as terras pertenciam a Bolívia. Foi assim que o cearense José de Carvalho, advogado e jornalista, patrocinado pelo governo do Amazonas, veio para o Acre montar um plano de expulsão dos bolivianos (SOUZA, 2005).

3.2 O início do conflito

No seringal Bom Destino (atual município de Porto Acre), de propriedade de do sr. Joaquim Victor, José de Carvalho e os seringalistas traçaram seus planos para expulsar o delegado Santivanez Bezerra (2005). Partindo do seringal Caquetá, acompanhado de um grande número de seringueiros armados, chegaram a Puerto Alonso, no dia 1º de maio de 1899, às nove horas da manhã e intimaram “o Delegado Moisés Santivanez a deixar o Acre, numa demonstração clara de expulsão dos bolivianos das terras acreanas”. O autor, que denomina esse ato de “primeira Insurreição contra o governo boliviano no Acre”, pontua que não houve troca de tiros, nem sangue derramado. Santivanez deixou o Acre pacificamente (SOUZA, 2005, p. 152).

Porém, a Bolívia não desistiria facilmente e recorreu aos Estados Unidos, arquitetando uma maneira de possível arrendamento das terras aos empresários americanos e ingleses, para não perder a região acreana. Entretanto, essa negociação foi descoberta pelo espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias, que na época, era repórter do jornal “A Província do Pará”, em Belém, e fez chegar ao conhecimento do governador Pais de Carvalho, do estado do Pará, que o Ministro Paravicini estava prestes a firmar acordo com os Estados Unidos, no qual deveria assegurar a soberania das terras acreanas, mediante concessões aduaneiras e territoriais de

grande porte. A reportagem publicada por Galvez abalou toda a opinião pública brasileira (BEZERRA, 2005).

3.3 Primeiro ensaio do conflito: o Estado Independente do Acre e o imperador Galvez

Com o apoio do governo do Amazonas, Galvez decidiu chefiar uma expedição ao Acre, porém, o fez na surdina para não demonstrar oposição ao governo federal. Ao sair de Manaus leva consigo seringueiros e autoridades, passando-se por um homem de negócios até desembarcar no seringal São Jerônimo, sede da Junta Revolucionária–JRA, liderada pelo cearense José de Carvalho, da qual fazia parte seringalistas, comerciantes e outras figuras que se opunham ao domínio da Bolívia, dando ciência do acordo secreto entre Bolívia e Estados Unidos, fato que os convenceu a aderirem seus planos (CALIXTO, 2003).

Calixto (2003, p.152) considera que esse encontro já era algo há muito planejado, pois de acordo com “um precioso documento, Galvez mantinha ligações com a Junta Revolucionária do Acre, organizada desde 24 de fevereiro de 1899 e da qual era representante no Pará e Amazonas”.

Nesse contexto que no dia 14 de julho de 1899, com apoio da JRA, em Puerto Alonso, diante dos seringalistas e do povo, Galvez declarou o Estado Independente do Acre e foi aclamado Presidente da República do Acre, usando, na ocasião, o lema “Pátria e Liberdade” constituiu os principais mistérios e nomeando os seus ministros (CALIXTO, 2003; PARAVICINI, 1900).

De acordo com Calixto (2003), o primeiro decreto de Galvez oficializou a Proclamação da República do Estado Independente do Acre e estabeleceu seus limites. A capital passaria a se chamar Cidade do Acre, localizando-se onde ficava Puerto Alonso. O segundo decreto tratou da adoção de uma bandeira para a nova república composta da seguinte forma: dois triângulos retângulos ligados pela hipotenusa, sendo o superior de cor amarela e o inferior de cor verde, tendo no vértice superior uma estrela vermelha, solitária.

Assim, nasceu os primeiros princípios da formação do que seria mais tarde o estado do Acre.

Assim, durante o período de oito meses, tempo que durou a República, o presidente assinou vinte e sete decretos, revelando pleno domínio da técnica legislativa e esplêndida visão conjuntural.

Entretanto, nem tudo era perfeito. O Decreto de nº 10, por exemplo, que versou “sobre a fundação de centros agrícolas e pastoris”, não foi visto com bons olhos por aqueles que viviam

exclusivamente dos lucros da borracha. O artigo de nº 17 previu e outorgou uma Constituinte na qual o povo tivesse plena participação.

[...] o estatuto político da pátria humanitária de Galvez [...]. Era a ordem, agora legitimada por uma Constituição [...]. Uma república humanitária com sistema presidencialista de governo, mas com eleições indiretas (CALIXTO, 2003, p. 160-161).

Alguns grupos de proprietários de seringais, bem como Xapuri, que era chamada pelos bolivianos de Mariscal Sucre, não estavam de acordo com o Estado Independente. Dentre os seringalistas que faziam oposição a Galvez é citado como exemplo, Neutel Maia, dono do seringal Empresa (hoje Rio Branco, capital do Estado do Acre), Capitão Leite Barbosa, dono do seringal Humaitá (localizado em Porto Acre) e os seringalistas de Xapuri. Estes últimos, que viam Galvez como Invasor, chegaram a criar uma “Comissão Garantidora dos Direitos Humanos”, e preferiram obedecer às ordens do governo brasileiro, como mencionado pelos autores:

De Xapuri, Galvez receberia ofício assinado por Manoel Odorico de Carvalho, auto-intitulado ‘Prefeito de Segurança Pública pela vontade soberana do povo’, comunicando que, no Alto Acre, a população resolvia ‘não aderir a essa revolução sem primeiro ouvir a decisão do governo brasileiro’ [...]. Somava-se a este movimento dissidente do Alto Acre, um outro que, sob a denominação de ‘Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros’, procurava, de todas as formas, minar o governo provisório. No Baixo Acre, para completar, havia, ainda, a propaganda anti-Governo Provisório, liderado por Neutel Maia do seringal Empresa e pelo Capitão Leite Barbosa do seringal Humaitá, este último outrora ativo colaborador na administração Paravicini (CALIXTO, 2003, p. 162).

As movimentações alcançaram maiores proporções quando o Embaixador Dom Félix Avelino Aramayo e Frederich Wilinfred, da empresa Car Whitrig, dos Estados Unidos, assinaram o contrato que constituía o “*Bolivian Syndicate*”, formado por um capital inicial de 500.000 libras esterlinas, cujo objetivo era “explorar as riquezas naturais do território do Acre por um período de trinta anos, competindo-lhe auferir os proventos, sendo 60% dos quais reservados para a Bolívia e 40% para o sindicato” (SOUZA, 2005, p.155).

Estes movimentos tiveram como consequências o banimento de Galvez da presidência, assumindo em seu lugar Antônio de Souza Braga, no dia 28 de dezembro de 1899, por aclamação, como novo presidente do Estado Independente do Acre (SOUZA, 2005).

“Além da linha do equador tudo é permitido” (Provérbio quinhentista português) “Nem tudo” (Luiz Galvez, depoimento). (Excerto introdutório do livro Galvez Imperador do Acre. BEZERRA, 2005; SOUZA, 2001).

Com a queda de Galvez, Puerto Alonso sob o domínio boliviano e a derrota da última expedição brasileira, a “dos Poetas¹” como ficou conhecida, em 1901, o porto aduaneiro de Puerto Alonso teve uma renda de aproximadamente dois mil contos de réis. Com a pretendida instalação das alfândegas nos rios Iaco e Purus, esse valor poderia aumentar para oito vezes mais, somente com a exportação da borracha.

O *Bolivian Syndicate* possuía liberdade de exercer e assegurar, até pela força, os seus direitos e privilégios no Acre [...] navegar tranquilamente por todos os rios acreanos, explorar as minas existentes no Acre [...] e se preciso fosse, poderia manter uma força armada de navios de guerra, para a defesa da região acreana (SOUZA, 2005, p. 154-155).

Quando a notícia da assinatura do contrato tomou proporções mundiais, Brasil e Peru reagiram. O Peru passou a se interessar pelas questões do Acre, principalmente, pela região do vale do Juruá, onde mantinha seus “caucheiros” trabalhando na extração do caucho. Após algumas negociações, os Estados Unidos, visando apoio do Brasil em suas intervenções armadas em países da América Central, convenceu a Bolívia a concordar em desfazer o contrato, uma vez que o Brasil pagaria a indenização.

Entretanto, antes de desfazer o acordo, a Bolívia, por meio de Dom Lino Romero, Delegado Nacional das Colônias, em Puerto Alonso, aumentou os impostos e as taxas de importação, baixou instruções marcando prazo improrrogável de seis meses para se fazer o registro, medições e demarcações dos seringais. Ao final deste período, os que não tivessem cumprido todas as etapas, perderiam seus direitos sobre a propriedade das terras que seriam declaradas como terras devolutas. Diante da urgência da situação, foi formada uma Junta Revolucionária, no seringal Caquetá, dia 1º de julho de 1902, composta por Joaquim Victor, José Galdino, Rodrigo de Carvalho, Gentil Norberto e Plácido de Castro. Este último tinha um passado bem conhecido no Rio Grande do Sul, já tinha sido procurado por Rodrigues de Carvalho e outras figuras importantes da revolução, para entregar-lhe o comando das operações militares (BANDEIRA, 2000; TOCANTINS, 2001; SOUZA, 2005).

3.4 A Revolução Acreana com a chegada de um novo líder

Vasto verde estendal de campanha nativa, oficina ancestral das bravuras das raças, onde, ao grito revel do gaúcho que passa, tremula desdobrada uma

¹ Expedição Floriano Peixoto, conhecida como Expedição dos Poetas por ser composta, em sua maioria, por professores, poetas, advogados, médicos e engenheiros.

flamula altiva.[...] (Aurélio Porto, A Campanha. IN: Valdir de Oliveira Calixto. Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri, p. 175).

Plácido de Castro tinha 29 anos. Nascido em São Gabriel, Rio Grande do Sul, era bisneto, neto e filho de militares, além de já ter vasta experiência em guerras. Viera à Amazônia para trabalhar como agrimensor e só aceitou chefiar a revolução com a condição de que não houvesse interferência do governo de Manaus e que fosse constituída uma junta revolucionária totalmente obediente ao seu comando, sendo categórico em dizer que sem o aceite dessas condições preliminares, nada seria feito (CALIXTO, 2003).

Em pouco tempo, Plácido de Castro, tinha articulado um ambiente totalmente voltado para a revolução e a data em que o movimento seria deflagrado era dia 6 de agosto, por coincidir com a data da independência da Bolívia e, portanto, deveria ser de festa para os bolivianos. Estrategicamente escolheu Xapuri que na época era chamada pelos bolivianos de Mariscal Sucre, para o início da revolução, reuniu seu exército e deu início a sua guerra.

Posteriormente, em 7 de agosto de 1902, reunidos em Xapuri, na “Casa dos Srs Falk & Vieira”, reproclamava-se a independência do Acre, embora de fato ela já tivesse sido reproclamada no dia seguinte à deposição de D. Juan de Rios Barreto, Intendente de Xapuri, em 6 de agosto, data em que se comemora a independência da Bolívia (BEZERRA, 2005, p. 52).

Com a tomada da Vila Mariscal Sucre, em 6 de agosto de 1902, que volta a ser Xapuri, e exílio das autoridades bolivianas, Plácido delega a missão de consolidar a revolução, naquele local, a José Galdino e parte para visitar outros seringais com o intuito de recrutar homens e ensinar as artes militares (SOUZA, 2005).

Porém, avisado da tomada de Xapuri pelo exército acreano, o coronel boliviano Rezendo Rojas preparou uma emboscada e atacou as tropas de Plácido de Castro, no lugar chamado “Volta do Seringal Empresa” (atual Rio Branco), em 17 de setembro de 1902, dizimando grande parte dos soldados que compunham o batalhão acreano, fazendo seu líder recuar.

Plácido de Castro precisou recompor suas tropas e preparar militarmente cada soldado para atacar o Seringal Empresa e derrotar o exército boliviano. A batalha durou de 5 a 14 de outubro de 1902, quando “os soldados bolivianos vencidos pelas dos seringueiros acreanos e pela fome” tiveram que se render. Souza (2005, p. 156). De modo que, após cento e oitenta dias de confrontos armados entre as tropas brasileiras e as bolivianas, Plácido de Castro dominava todo o vale do rio Acre, com exceção do reduto de Puerto Alonso.

Portanto, a Independência do Acre foi proclamada no dia 6 de agosto, porém, a tomada de Porto Acre se deu somente em 24 de janeiro de 1903, cinco meses depois, com a rendição boliviana. “Agora era organizar o Estado, a ordem recém proclamada nos altos rios acreanos” (CALIXTO, 2003, p. 202). Essa organização se deu por meio de decretos, cujo primeiro assim dispõe:

Decreto nº 1.
Cidade do Acre [Puerto Alonso], 26 de janeiro de 1903.
José Plácido de Castro, Governador aclamado e commandante em chefe do Exército do Estado Independente do Acre
Decreta:
A justiça civil, a criminal e a comercial do Estado Independente do Acre ficarão sujeitas às disposições dos códigos, leis, decretos, etc, do E. U. do Brasil até que seja promulgada a sua constituição.
Art. 2º. Serão válidos os títulos de propriedades definitivos ou provisórios o presente expedido pela Bolívia ou pelo Estado do Amazonas, antes da ocupação do Acre por este República.
Art.3º. Fica sendo a língua oficial do Estado a portugueza.
Art, 4º. Fica considerado como typo monetário official do Estado Independente do Acre o mesmo dos E. U. do Brasil, sendo o papel moeda desse paíz válido aqui.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.
(CALIXTO, 2003, p. 202-203).

Sendo os limites do Estado Independente traçados somente no 3º decreto, datado de 28 de janeiro de 1903 e, com isso, tem-se mais um princípio para a formação do Acre com a delimitação dos seus limites e fronteiras.

Após assinatura dos primeiros decretos, Plácido de Castro não teve uma alternativa senão concordar com os termos do *Modus Vivendi*. Documento assinado entre Brasil e Bolívia, em 27 de março de 1867, cujo teor do artigo II preconizava que o território ao sul do paralelo de 10º, 20' era reconhecido como boliviano. Sendo designado para fazer cumprir o estipulado no acordo, o General Olympio. Assim, o decreto nº 7 trata da transferência da sede do governo do Estado Independente do Acre para Xapuri.

Calixto (2003) pontua que nesse contexto houve um retrocesso, uma vez que o General Olympio da Silveira impõe sua ordem, depondo Plácido de Castro e proclamando em 13/05/1903, nestes termos, o fim da revolução:

Considerando que a quase totalidade do exército acreano revoltou-se contra o coronel José Plácido de Castro e seus auxiliares.
Considerando que este Chefe, levado por sentimentos de patriotismo que muito o recomenda a benemencia da sua amada Pátria, declarou retirar-se d'este Território e não querer tentar represálias afim de evitar uma lucta fratricida, deixando o Exército Nacional a guarda de mesmo território, conforme ficou estabelecido no Convenio de 21 de março findo.

Considerando que em vista d'esta declaração do Coronel Plácido de Castro e da apresentação a este governo dos officiaes e praças de quase toda a força acreana, está extinta a Revolução (pág. 210-211).

Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, acordo assinado pelo Barão do Rio Branco e Assis Brasil (Ministro brasileiros) e por Fernando Guachala e Cláudio Pinilha (Ministro bolivianos), terminava os conflitos entre brasileiros e bolivianos. O Acre passou a pertencer ao Brasil e os limites entre Brasil e Bolívia foram definitivamente traçados. Souza (2005). Na sequência, o governo brasileiro, por meio da lei 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, organizou o Acre em Território Federal, dividindo-o em três departamentos autônomos, a saber: Alto-Acre, com sede em Rio Branco, Alto-Purus, com sede em Sena Madureira e Alto-Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, administrados por prefeitos de livre nomeação pelo Presidente da República. Isso, ao mesmo tempo em que consolidou o Acre como um lugar, também, assegurou a sua anexação a uma república, a federativa do Brasil.

Plácido de Castro foi nomeado prefeito do Departamento do Alto Acre em 24 de julho de 1906, permanecendo até 1907, quando voltou a trabalhar no seringal Capatará, de sua propriedade. SOUZA (2005, p.158) pontua que Plácido de Castro, durante sua atuação como líder da Revolução Acreana, “conseguiu alguns inimigos políticos”, motivo pelo qual acabou por sofrer atentado, sendo vítima de uma emboscada, quando regressava de Rio Branco para o seringal Capatará, recebendo dois tiros pelas costas. No local da tragédia foi afixada uma placa em mármore com os seguintes dizeres:

Foi aqui que caiu ferido pelas balas de assassinos desnaturados o grande patriota acreano, coronel José Plácido de Castro, a 9 de agosto de 1908, imperecível lembrança dos seus admiradores e amigos (CARDONI, 1986, p. 284).

O Estado do Acre foi criado no contexto do conflito armado conhecido como “Revolução Acreana”, e foi oficialmente integrado ao território brasileiro na Primeira República, com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903). Mas esse tratado não foi assinado gratuitamente. As condições para sua assinatura exigiam que o Brasil pagasse à Bolívia a quantia de 2 mil libras esterlinas; que o Brasil construísse uma estrada de ferro (Madeira-Mamoré), com um ramal que chegasse a Vila Bela, na Bolívia, visando a saída da produção boliviana para o Brasil, e ainda, que a Bolívia tivesse liberdade de transitar pela estrada de ferro Madeira-Mamoré e pelos rios acreanos.

Mas por que é importante o conhecimento desses fatos históricos? Bem, até recentemente o Acre era tido como inexistente para muitas pessoas, ou se existia, não fazia

parte do território brasileiro. Até houve campanha para provar que o Acre existe, uma vez que a maior referência que temos, em nível nacional e internacional, é Chico Mendes.

O desconhecimento da história local aumentou ainda mais a partir da mudança no sistema de seleção para o ingresso nos cursos superiores (antes vestibular e atualmente ENEM), quando deixou de ser cobrada questões sobre a história acreana, gerando um “silenciamento” e uma possível perda da identidade cultural à toda sociedade acreana, que passa a ser privada do pleno conhecimento da história da criação e formação do Estado do Acre. Como valorizar o Acre, se nem mesmo seus habitantes conhecem a sua história?

Quem sabe que aqui existiam, antes da chegada dos brasileiros e bolivianos, milhares de indígenas, com língua, sua cultura, seus costumes e suas tradições? Quem sabe que para cá vieram os nordestinos fugindo da seca e também em busca de dias melhores e que foram exatamente esses homens que se tornaram soldados-seringueiros do exército acreano, e que sob o comando de Plácido de Castro combateram na Revolução Acreana? A maioria de nós somos bisnetos ou netos de nordestinos e indígenas, não esquecendo outros povos como os sírios e libaneses que são partes da formação e constituição da sociedade acreana.

É com referência a essas questões que alguns autores, criticam a história contada “pela voz da colonização dita civilizatória”, em virtude de esse tipo de historiográfica considerar (mesmo se esforçando para não parecer), os povos que aqui viviam (nativos) e os que para cá vieram (nordestinos) “todos [...] como coisas/objetos prenhes de valor dispostos à livre exploração”, motivo pelo qual (Souza, 2017), cunha a Revolução Acreana de “Revolução dos Proprietários”, compreendendo que os maiores interessados na posse das terras acreanas, eram os donos de seringais, de casas aviadoras e exportadores do precioso ouro negro.

Calixto (2003), Souza (2017), Souza (2005) e Tocantins (2001) enfatizam que todo o movimento armado foi motivado pela riqueza advinda da produção de borracha na região acreana, que servia de matéria-prima às indústrias dos países europeus, principalmente Estados Unidos e Inglaterra. Na visão desses autores as terras acreanas pertenciam as populações indígenas que aqui habitavam bem antes da chegada dos nordestinos e bolivianos. Porém, estes povos não tiveram como defender seus territórios dos invasores, uma vez que não dispunham de armamento adequado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou discorrer sobre o processo de criação e formação do Estado do Acre, com foco na luta armada conhecida como “Revolução Acreana”, destacando os nomes

dos personagens que mais se envolveram no referido processo. O artigo contextualizou, ainda que sucintamente, o panorama mundial que motivou os interesses de empresas nacionais e internacionais nas terras acreanas.

Ao considerar os materiais utilizados nesta pesquisa, pode-se notar que o Estado do Acre é o único estado da federação brasileira a ter uma “certidão de nascimento” assinada e reconhecida em cartório (Tratado de Petrópolis), acordo lavrado em 1903, após muitas batalhas, sangue derramado e várias negociações. Acordo que custou aos cofres brasileiros o valor de 2 mil Libras Esterlinas para que as terras estrangeiras passassem a integrar definitivamente ao território brasileiro.

De tudo exposto, é possível inferir que em termos de ocupação, a Revolução Acreana foi fundamental para que a região, antes considerada nos antigos mapas bolivianos como *Tierras nom Descubiertas*, fossem anexadas ao Brasil. Essa luta armada envolvendo brasileiros e bolivianos, gerou um acréscimo considerável às riquezas nacionais, assim como originou uma sociedade mista de diversos povos, com cultura, crenças, mitos e tradições bastante peculiares.

Entretanto, observa-se que, se o princípio do *Uti Possidetis*, fosse válido para as populações indígenas, estas seriam, sem dúvidas, as verdadeiras donas das terras acreanas, uma vez que aqui já habitavam antes de todo processo de ocupação pelo “homem branco”, mas infelizmente, esse princípio foi inserido e válido somente nos acordados firmados entre Portugal e Espanha, que visavam assegurar a posse das terras por eles descobertas, no período das grandes navegações.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, José H. Fischel de; LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 46 n. 1, p. 94-117, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.43, n.2, p. 150-169. 2000.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a estado - um olhar social... São Paulo. USP.** Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – SP, 2005.

CARDONI, Hélio Guimarães. **A CONQUISTA DO ACRE: uma história em quadrinhos.** 2 ed. Curitiba, Linarth, 1986.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a Construção da ordem no Aquiri: contribuição à história das idéias políticas**. Rio Branco: FEM, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América Portuguesa: Do Tratado De Madri Ao Tratado De Santo Ildefonso (Portuguese America: From The Madrid Treaty To The Santo Ildefonso Treaty). Universidade Estadual de Mato Grosso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul-dez., 2014.

GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar as florestas: o tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. *Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil*. **Lisboa**: Núm. 40, outubro/Dezembro de 1999.

GÓES, Synésio Sampaio. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. *Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil*. **Lisboa**: Núm. 40, Outubro/Dezembro de 1999.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade” Invenção e reinvenção da Identidade acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016.

NARLOCK, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.

SOUZA, Carlos Alberto de. **História do Acre: novos temas, novas abordagem**. Rio Branco: Editor Carlos Alberto de Souza, 2005.

SOUZA, Márcio. **Galvez Imperador do Acre**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta**. Manaus: Valer, 2017.

TOCANTINS, Leandro: **Formação histórica do Acre**. 4. Edição- Brasília: Senado Federal, 2001.

TULUX, Bruno Mendes. A defesa do oeste colonial no contexto da segunda metade do século XVIII – O sul da capitania de Matto Grosso. **Mneme – Revista de Humanidades**. V. 9, n. 24. Caicó: UFRN, Set./out. 2008. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/. Acessado em 14/05/2021.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 03, n. 01, p. 25-37, ano 2021
Home page: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/SciNat>



ISSN: 2675-4088

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: ANÁLISE DO APLICATIVO UBER EATS.

Raquel Lins Brandão^{1*}

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9262-4600>

¹Discente da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*raquelbrandao40@gmail.com

Recebido em: 29/05/2021. Aceito em: 28/06/2021. Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.5070>

RESUMO

Este artigo se propõe a fazer uma análise sobre a tecnologia como um mecanismo de degradação do trabalho, utilizado pelo capitalismo, para subjugar e alienar seus trabalhadores, focando no caso do aplicativo de entrega de refeições Uber Eats. Tem como objetivo principal examinar as condições de trabalho altamente prejudiciais em que os funcionários são sujeitos, e o papel da falácia do empreendedorismo nesse cenário. Para isso, foram necessários discussões e análises de textos, leituras e sistematizações de obras bases para entender o capitalismo e suas facetas, a gradativa degradação do trabalho e como isso afeta diretamente os trabalhadores, além de textos, artigos e reportagens sobre o aplicativo em si, possibilitando desta forma um panorama acerca do quão prejudiciais são esses novos mecanismos trabalhistas que estão se colocando em vigência nos últimos anos.

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalho; e Uber Eats.

THE PRECARIOUSNESS OF LABOR: ANALYSIS OF UBER EATS APP

ABSTRACT

This article pretends to make an analysis about the technology as a mechanism of degradation of labor use by capitalism to subdue and alienate its workers, focusing on the delivery app of meals Uber Eats. It has as main aim to exanimate the work conditions highly injurious whereupon workers submit, and the role of the entrepreneurship fallacy in this scenario. For this, it was necessary discussions and analysis of wording, reading and systematization of base textual works. Making possible, in this way, a panorama around how prejudicial are these new labor mechanisms that are taking effect in recent years.

Key words: Capitalism; Labor; Uber Eats.

LA PRECARIEDAD DEL TRABAJO: ANÁLISI DEL APLICACIÓN UBER EATS.

RESUMEN

Este artículo se propone realizar un análisis sobre la tecnología como mecanismo de degradación del trabajo utilizado por el capitalismo para someter y alienar a sus trabajadores. Enfocado en el caso de la aplicación de entrega de comidas Uber Eats, este trabajo tiene como objetivo principal, examinar las

condiciones de trabajo altamente perjudiciales a los que los trabajadores son sometidos y el papel engañoso del emprendedurismo en este escenario. Para esto, fueron necesarias discusiones y análisis de textos, lecturas y sistematizaciones de obras fundamentales para entender el capitalismo y sus facetas, la progresiva degradación del trabajo y como eso afecta directamente a los trabajadores, además de textos, artículos y reportajes sobre el aplicativo en sí. Posibilitando, de esta forma, tener un panorama acerca de cuan perjudiciales son estos nuevos mecanismos laborales que vienen siendo adoptando en los últimos años.

Palabras clave: Capitalismo, Trabajo, Uber Eats.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a fazer uma sucinta análise sobre o capitalismo e a crise estrutural que o atingiu nos últimos tempos, resultando no surgimento de novas formas de trabalho, que são pautadas nos conceitos de globalização e tecnologia, originando a constituição dos trabalhadores de aplicativos digitais, integrados nesse novo mecanismo global de serviços.

O recorte aqui ocorrerá no aplicativo de entrega de refeições Uber Eats, buscando mostrar a realidade laboral diária que esses trabalhadores enfrentam, descobrindo as diversas formas de degradação e flexibilização evidenciadas nesse tipo de trabalho. O que nos permite analisar e constatar como se processa a relação entre o trabalhador e o aplicativo.

Em decorrência disso, será possível compreender a lógica do sistema capitalista e suas novas estratégias diante do processo de acumulação flexível, que tem gerado novas morfologias do trabalho como a terceirização e informalidade juntamente com a precarização do trabalho e flexibilização da legislação trabalhista.

Desta forma buscando entender o que levou esses trabalhadores a escolherem esse tipo de trabalho, porque esse aplicativo tem alcançado tanto espaço, e qual a razão para que uma parcela significativa de pessoas tenha encontrado como única saída para garantir uma fonte de renda o trabalho em aplicativo, aceitando desta forma condições cotidianas altamente precárias.

Como elencado por Antunes (2020), está ocorrendo um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, levando ao aumento da exploração do trabalho e o desmonte nas responsabilidades dos contratantes e nos direitos trabalhistas dos contratados, que são cada vez mais obliterados.

Com isso, o artigo se estrutura de modo a fazer uma reflexão sobre o papel do sistema capitalista na consolidação do mundo do trabalho que temos atualmente, para em seguida focar especificamente no aplicativo em si e em sua relação com os trabalhadores digitais.

2. METODOLOGIA

Inicialmente a discussão e temas abordados para a elaboração deste artigo ocorreram durante as aulas da disciplina Geografia do Trabalho e Conflitos Territoriais na Amazônia, ministrada pelo professor Dr. José Alves, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Acre. Em seguida, foram efetuadas diversas leituras e sistematizações dos textos disponibilizados na disciplina, tais como Geografia do trabalho por inteiro de Antonio Thomaz Junior, Os sentidos do trabalho de Ricardo Antunes, A Geografia do espaço-mundo de Ruy Moreira, e a tese de doutorado As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO) de José Alvez, e também em outros livros, artigos e reportagens pesquisados por conta própria, com o objetivo de criar embasamento teórico suficiente para discorrer sobre o tema.

Assim, a discussão realizada se propõe a estudar o caso dos entregadores do aplicativo Uber Eats, de modo qualitativo, buscando analisar o fenômeno na medida em que ocorre, com auxílio de pesquisas bibliográficas, que permitem identificar os fatores responsáveis pelo crescimento vertiginoso desse modelo de trabalho, refletindo assim acerca da realidade observada.

Para isso foi utilizado a leitura e pesquisa de livros, artigos e reportagens que tratam especificamente do aplicativo Uber Eats, assim como leitura de reportagens e análise de vídeos e entrevistas feitas com entregadores de aplicativo, de modo a analisar as condições encontradas diariamente na execução desse tipo de serviço.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A precarização do trabalho a partir do advento do sistema capitalista de produção.

A história da humanidade se desenvolve em uma relação profunda com o trabalho, pois foi a partir do momento em que as sociedades começaram a se apropriar da natureza e encontrar mecanismos de subsistência, que se iniciou a constituição dos primeiros grupos humanos, que posteriormente levaram a organização das sociedades.

Moreira (2016) afirma que toda sociedade tem sua fonte de origem no trabalho, e que este seria a atividade prática de gerar produtos a partir da relação de transformação dos elementos naturais, cujo modo específico de ser depende do caráter da relação de propriedade dos meios de produção. Enfatizando que se pode falar de diversos tipos de trabalho, tais como, o comunitário, escravo, servil, assalariado, variando de acordo com a sociedade que o está desenvolvendo. Trabalho seria então,

[...] atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2010, p. 218).

Desta forma, o trabalho é uma atividade que utiliza os recursos existentes para a satisfação dos anseios humanos e para o estabelecimento de um sistema de trocas entre os seres para otimizar os insumos produzidos. Uma forma primária de organização comercial, que gerou benefícios para os seres sociais que o compunham.

Todavia, essa atividade que objetivava criar elementos necessários ao uso cotidiano, beneficiando a humanidade, vai se transmutar com o advento do sistema capitalista de produção, em atividade destinada a geração de lucros. A lógica capitalista colocou a natureza em um patamar de recurso a ser utilizado para um determinado fim, e a relação sociedade e natureza passou a ocorrer somente nessa perspectiva, voltada para o valor de troca dos elementos.

Antunes (2009) afirma que o capital é uma dinâmica de dominação e mediação reprodutiva, que subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais, seja das relações desenvolvidas ou dos materiais produzidos, que são apropriados pelo capital para sua expansão e reprodução.

Essa é a base do sistema capitalista, a natureza apropriada oferece abundantemente as matérias-primas necessárias para que a produção possa se desenvolver, e a humanidade oferece a mão de obra para transformação desses insumos em produtos que serão comercializados para a sociedade em geral. Esse processo que resultará no consumo do elemento final produzido, proporciona o lucro ao sistema e, desta forma, instaura o valor de troca como essencial.

Nesse contexto, ocorre a separação do homem e dos meios de produção, o capitalismo usurpa esses dois seres, se apropriando dos recursos e do trabalho realizado pelo sujeito. Dessa maneira, os mercantilizando, levando somente alguns indivíduos a terem acesso a esses elementos, fazendo com que o benefício e controle desses componentes fique exclusivamente restrito a um grupo de pessoas, tornando-os propriedade privada.

Assim, o valor de troca estabelecido pelo capital determina que tudo aquilo que for produzido deve acarretar em ganhos, pois só assim a produção terá sentido. Com isso, o valor de uso é totalmente desconsiderado e substituído pelo valor de troca, mesmo os produtos destinados a satisfação de necessidades básicas devem, no final do ciclo produtivo, gerar montantes para o capital. Esse sistema vai se consolidar mundialmente, gerando fortes consequências no mundo do trabalho. Assim,

Separa os trabalhadores e os meios de trabalho, deixando na propriedade dos trabalhadores exclusivamente sua força de trabalho e passando à propriedade do capital o conjunto dos meios de produção, forçando a classe trabalhadora a ter de vender sua força de trabalho por uma quantidade diária de horas-trabalho [...] como forma e condição de ingresso no circuito do mercado, recebendo em troca um pagamento em dinheiro, o salário, que o trabalhador usa para comprar no mercado os meios de subsistência de que necessita para reproduzir-se como ser vivo. (MOREIRA, 2016, p.58).

Contudo, nas últimas décadas o capitalismo passou por um período de transformações, que repercutiu de maneira significativa nesse mundo do trabalho a nível global, devido ao processo que Mézáros (2011) chama de “crise estrutural e sistêmica”. Essa crise deu seus primeiros sinais nos anos de 1970, pela queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, crescimento excessivo da esfera financeira, crise do Welfare State e o advento evidente das privatizações. Na tentativa de sair da crise, o capital começou a se reestruturar, com uma nova ideologia e política de controle, notadamente a adoção do neoliberalismo, diminuição de direitos trabalhistas, privatizações, novas formas de trabalho como o empreendedorismo, colaboradores, trabalho intermitente, ocasionando uma precarização total. (ANTUNES, 2009).

Com isso, o capitalismo evidenciou sua intenção de diminuir cada vez mais o trabalho estável, para dar espaço as diversas formas de trabalho parcial. Assim, como discutido por Antunes “as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação.” (2009, p.52).

Importante ressaltar que essas estratégias adotadas, evidenciam que o processo de reestruturação do capital se realizou através da intensificação do mecanismo de exploração do trabalho, explicitando o fato de que o capital não encontra novas alternativas e só se aprofunda nos seus modos de subjugação do trabalhador e do trabalho, como discutido por Ponte (2014).

Além disso, é importante destacar que o capital começou a reduzir o tempo de vida útil dos produtos, pois assim iria:

Aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o *invólucro*, a *aparência* ou o aprimoramento do *supérfluo*, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. A “qualidade total”, por isso, não pode se contrapor à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, mas deve adequar-se ao sistema de metabolismo socioeconômico do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações e maquinarias e a própria força humana de trabalho. (ANTUNES, 2009, p.52, grifo do autor).

Como resultado, o capitalismo desdobrou-se em dois pontos centrais: a diminuição do tempo de vida útil dos produtos, o que levaria a busca por novos de modo mais recorrente; e a

construção de um ideal de vida e sucesso, que se baseia no quantitativo de bens e rendas que uma pessoa possui. Com isso, as vontades sociais são induzidas para servir ao mercado, as necessidades capitalistas, gerando uma transformação no modo de vida das sociedades.

Esse processo de mercantilização absoluta e de incentivo ao consumo desenfreado, se estabelecem no íntimo do humano como o ápice da felicidade e sucesso. À vista disso, se desenrola a crença na necessidade de trabalhar mais com a expectativa ingênua de ter mais dinheiro para comprar o máximo de produtos possíveis, que garantirão o correto desfrute da vida.

Este cenário demonstra a autovalorização dos rendimentos capitalistas em relação a vida humana, o sujeito é desprezado nesse circuito, suas vontades são desconsideradas. A humanidade se transmuta em algo inerte e apático, que para o capitalismo é só mais uma mercadoria a ser utilizada no cumprimento do necessário para a manutenção do sistema, ambicionando o aumento de rendimentos, que se mascaram em discursos de crescimento econômico enquanto anulam as relações humanas e sociais.

Isso nos leva a conclusão chegada por Cantor (2019), quando afirma que com a universalização do capitalismo, criou-se uma total subsunção da vida humana ao capital, isto é, todos os aspectos da vida foram mercantilizados e submetidos à tirania desse sistema, portanto o capital oblitera a separação que havia entre tempo de trabalho e tempo livre.

Assim, concordamos com a afirmação de que

Emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle ‘totalizante’ das mais poderosas. (...) dentro da qual tudo, inclusive os seres humanos, deve ajustar-se, escolhendo entre aceitar sua ‘viabilidade produtiva’ ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema de capital globalmente dominante”, que impõe “seu critério de viabilidade em tudo [...] desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, favorecendo sempre os mais fortes contra os mais fracos. (MÉSZÁROS, 1995 apud ANTUNES, 2009).

Mostrando a capacidade do capitalismo em se colocar como ferramenta de dominação em relação aos seres humanos, impondo sua totalidade e o anseio de que suas necessidades devam ser cumpridas impreterivelmente, atingindo todas as esferas da vida em sociedade e subjugando as vontades humanas aos imperativos capitalistas.

3.2 Uber, o novo ambiente de degradação do trabalho.

Diante do contexto abordado, ocorreu o surgimento da era digital no século XX, esse advento tecnológico passou a ter cada vez mais espaço no cotidiano geral. Sua eclosão e todas as vantagens que se sucederam pareciam indicar o início de uma nova fase, onde o trabalhador poderia otimizar seu tempo e ocupar-se menos, montando grupos de trabalho pelo WhatsApp para decisões rápidas, fazendo reuniões via Skype, preparando relatórios e mandando para o chefe no conforto da sua casa via e-mail, enfim, o labor diário passaria a ser substituído pela facilidade que os meios digitais proporcionariam. Contudo,

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. (ANTUNES, 2018, p. 30, grifo do autor).

Importante ressaltar aqui que o problema em si não é a tecnologia, mas o modo como o capitalismo se apropriou dela, deixando assim de ser algo favorável para a sociedade e se transformando em ferramenta de obtenção de lucros, como exposto por Prieb e Carcanholo (2011).

É nesse cenário que se manifesta uma nova morfologia do trabalho, o caso dos trabalhadores de aplicativos digitais da empresa Uber Eats - estadunidense, em atuação desde 2010 no Brasil¹. Essa empresa evidencia um novo tipo de negócio, conhecido como a Economia do Compartilhamento, uma nova onda empresarial surgida a alguns anos e que levou a Uber a um crescimento vertiginoso em relação as indústrias tradicionais.

De acordo com Slee (2017), a Economia do Compartilhamento é uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço para trocas no mundo físico, estabelecendo o comércio digital e prometendo ajudar prioritariamente indivíduos a se tornarem microempresários.

Respaldados nesse princípio, influenciando o processo de autogerenciamento, da ilusão de tomada de controle, temos um novo modelo flexível de trabalho onde os funcionários que se cadastram na plataforma da Uber são denominados de “parceiros” e colocados à frente de cenários de empreendedorismo, tais como: faça suas corridas quando quiser; ganhe dinheiro

¹ De acordo com o site da Uber: <https://www.uber.com/br/pt-br/>, 17 de novembro de 2019.

dirigindo no seu tempo; seja dono do seu próprio destino; ganhe dinheiro e atinja suas metas pessoais¹, entre outras falas.

Entretanto na prática essa empresa exemplifica as novas exigências do capital ao trabalhador, tais como: a flexibilidade e disponibilidade total, pois não existem horários pré-estabelecidos; não pagamento de um salário, se esse trabalhador apresentar problemas de saúde não terá nenhum respaldo, e ficará os dias de atestado médico sem receber; sem direitos trabalhistas de férias, décimo terceiro, seguro desemprego, dentre outros; além da pressão para cumprimento de metas que esses trabalhadores estão sujeitos.

Mais uma vez, o que poderia ser uma oportunidade de emprego ou de complementação da renda, leva o trabalhador a ficar subordinado a lógica capitalista de dominação, que o “aprisiona” nesse processo altamente degradante, onde a única preocupação é a geração cada vez maior de lucros, e o trabalhador se torna um agente que é massivamente engolido por todo esse mecanismo. Pois:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas introduz uma nova qualidade ao capitalismo, revolucionando as formas de exploração do trabalho e da acumulação do capital, fazendo com que cada vez mais o trabalhador seja conduzido a uma situação de subordinação ao capital e com que o trabalho se desqualifique e se deprecie com o fim dos ofícios efetuado pela divisão do trabalho. (PRIEB; CARCANHOLO, 2011, p. 156).

Tem-se, então, trabalhadores que exercem funções em péssimas condições, o que nos leva a entender que a sociedade do trabalho passa por um momento sombrio de sua história, com o crescimento acelerado da fugacidade e apodrecimento dos empregos e da vida humana.

Ao contrário do que é colocado pelas grandes empresas, que muitas vezes usam até do discurso da sustentabilidade para se promoverem e simularem preocupações ambientais, como o caso da Uber, que no seu site diz que uma das preocupações e objetivo da empresa é diminuir a necessidade de se ter um carro “evitando emissões de poluentes e consumo de combustível”, de acordo com o site oficial da Uber: <https://www.uber.com/br/pt-br/>.²

Mas a verdade é que essas empresas estão interessadas principalmente em aumentar os seus lucros, e exercer o mínimo possível de responsabilidade para com os seus trabalhadores, sobretudo pelo funcionamento e vinculação com essas plataformas digitais que ocorre praticamente de forma online.

¹ De acordo com o site da Uber: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/how-it-works/>, 14 de maio de 2021

² Acesso em 17 de novembro de 2019.

O trabalhador que deseja começar a exercer a função de entregador no Uber Eats por exemplo, se cadastra no aplicativo pela internet (onde pode sanar todas as dúvidas e entender as condições impostas) e decide qual será seu meio de trabalho, se o veículo escolhido para fazer as entregas for bicicleta, o trabalhador só precisa ir ao escritório da referida empresa buscar e pagar a mochila para carregar as refeições, no caso de motocicletas existe a necessidade de após o cadastro efetuar no Detran exame psicotécnico e de vista, pois só assim sua licença para começar a utilizar o aplicativo será liberada.¹

Após esse cadastro, o trabalhador organiza seus horários, e trabalha horas corridas sem descanso, utilizando seu próprio meio de locomoção, e arcando com gastos como o abastecimento, realização de manutenções periódicas que garantam o bom funcionamento do veículo, e por consequência a possibilidade de continuar trabalhando.

Um ofício com condições que não permitem intervalo entre as corridas, pois existe um prazo para que se chegue nos restaurantes que, se não atendido, acarreta no desligamento do aplicativo por determinado tempo, impossibilitando a realização de novas entregas e produzindo uma pressão naquele trabalhador, que se não poder estar disponível para uso do aplicativo a cada instante precisa desligá-lo. E, além disso, não tem garantias para si mesmo ou seu transporte em caso de acidente, pois a responsabilidade não recai nas empresas na maioria dos casos.

Segundo uma pesquisa publicada na BBC Brasil em 2019, realizada pelo Instituto de Pesquisa Locomotiva, existem mais de 5,5 milhões de pessoas cadastradas em aplicativos de entrega no Brasil, um número extraordinariamente considerável de trabalhadores inseridos nessa lógica. Alguns entrevistados elencaram como pontos negativos desse tipo de trabalho a gasolina, multas e impostos, se esquecendo do desgaste do veículo e de sua própria saúde. A reportagem elenca uma questão muito interessante, o surgimento de um novo modelo de patrão, sem rosto nem escritório, e que ainda exerce seu poder sobre os trabalhadores, e sabe de absolutamente tudo, o trajeto, o tempo, os desvios, a localização (informações a que nenhum superior jamais teve acesso, e basta que o aplicativo esteja ligado), alguns o denominaram de algoritmo.

Ainda de acordo com a reportagem, a propaganda feita pelos aplicativos, leva o trabalhador a acreditar em benesses do tipo “seja seu próprio patrão”, como salientado na fala do professor de sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Giovanni Alves, que foi

¹ Informações verbais, retiradas de entrevista realizada com “entregador 1”, em novembro de 2019.

entrevistado pela BBC: “O discurso ajuda o sujeito a se adaptar: você não vai mais depender de uma organização, agora você pode ser empreendedor, você é o responsável. Isso casa com um anseio verdadeiro das pessoas, que querem ter liberdade”.¹

Outro ponto discutido, diz respeito à questão da individualidade, muito perceptível durante a leitura da matéria publicada, pois o sucesso ou o fracasso daquele trabalhador recai unicamente nele mesmo, não são mensurados os aplicativos em si e a ausência de parceria e apoio, a política dessas plataformas, a conjuntura na qual o país se encontra, todos esses fatores são desconsiderados para se levar em conta quantas horas aquele trabalhador está disposto a fazer entregas.

Isso gera um contexto de submissão do trabalhador a qualquer oferta e oportunidade encontrada, tendo em vista que se depende só dele, um estado de bem-estar social poderá ser alcançado. Portanto,

A ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, em elemento de dominação. Em outras palavras, *não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também se constitui condição para a emancipação humana.* Assim, sob o modo capitalista de produção, contraditoriamente, o trabalho é transformado em algo alheio ao processo de emancipação do homem, exterior a si mesmo. O trabalho estranhado, alienado, separa o ser humano da sua condição de sujeito na relação homem-natureza e homem-homem, o que se materializa historicamente no distanciamento engendrado pelo capital entre o homem e os meios de produção, consubstanciando-se na propriedade privada, bem como na relação de assalariamento pelo processo de dominação entre sujeitos. (ALVES, 2014, p.98, grifo nosso).

Essa nova morfologia do trabalho gerou um ambiente de precarização, como lócus do capitalismo, tendo na tecnologia seu mais novo campo de realização, fazendo com que a modalidade de trabalho nos aplicativos deixasse de ser esporádica e se tornasse efetiva. Essa efetividade, se pauta em dois elementos: primeiro, as pretensas vantagens encontradas, como a questão de “autonomia”, flexibilização de horários, dinheiro rápido e “fácil”, salários (dependendo das jornadas de trabalho) maiores do que de alguns empregos com carteira assinada, para citar alguns exemplos; segundo, o índice de desemprego altíssimo que assola o país e que faz com que muitos trabalhadores encontrem nesses aplicativos a única saída para uma renda no final do mês.

Para exemplificar, podemos falar do caso de um trabalhador cadeirante do Uber Eats, que diante do desemprego que o acometia há cerca de um ano, e da justiça não aceitar sua

¹ Informação verbal disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49884077>.

aposentadoria por invalidez, devido a poliomielite que teve na infância, encontrou no aplicativo sua única saída como meio de subsistência, de acordo com matéria do jornal online G1.¹

Ainda de acordo com a reportagem as dificuldades encontradas pelo trabalhador são diversas, tanto os buracos e ladeiras na hora da locomoção, os apuros dos dias chuvosos, além de muitas vezes suas entregas serem canceladas pelos usuários devido ao tempo que demora para chegar ao destino, mostrando a precariedade de condições que o mesmo é submetido cotidianamente, tendo que trabalhar seis dias por semana, com jornadas diárias de longas horas, pois muitas vezes ele demora mais de uma hora somente com uma entrega, para ao final do mês ter uma renda de aproximadamente quatrocentos reais. Ainda de acordo com a reportagem, quem vê o trabalhador nas ruas não entende a seriedade da situação, e dirige a ele comentários do tipo “você é incrível” e “não está por aí se vitimizando”, demonstrando a total alienação social feita pelo capitalismo, que leva as pessoas a não enxergarem o absurdo e gravidade presentes numa situação de trabalho altamente prejudicial como essa. Prejuízo esse claramente demonstrado na fala de Ricardo Antunes, quando afirma que:

[...] expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*. (ANTUNES, 2018, p.34, grifo do autor).

Assim sendo, o homem se torna escravo do seu próprio trabalho, com o capitalismo sempre encontrando formas de subordinação e exploração, que fazem com que a servidão pareça um benefício, ou como demonstrado anteriormente motivo de orgulho.

A crise do capital levou a altíssimos índices de desemprego que só tornam esse trabalhador mais inserido nessa lógica subordinante, pois assim um exército de reserva será gerado para satisfazer as necessidades do capital, que mesmo em seus momentos de crise nunca sai perdendo, e essa massa de trabalhadores sem serviço, quando consegue uma oportunidade acha que tem sorte ou uma vantagem e se submete as mais esdrúxulas condições.

Desta forma, se levarmos em consideração que a era digital modificou áreas como educação, vida cotidiana, saúde e até mesmo relações pessoais e amorosas, seria impensável desconsiderar as alterações grandiosas que geraria no mundo do trabalho, proporcionando novos vínculos empregatícios, novos modos de subordinação, novas ilusões e alienações, para

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/02/18/oito-horas-sem-comer-so-consegui-tomar-agua-o-cadeirante-que-entrega-comidas-por-aplicativos-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

não falar de uma crueldade velada que se já existia quando pessoas eram sujeitas a pessoas, quanto mais agora que o “carrasco” se esconde atrás de telas e cliques, o que torna ainda mais difícil buscar maneiras de resistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a análise feita no artigo se propôs a abordar o modo como o capitalismo no seu processo de degradação do trabalho, se apropriou da tecnologia como um novo modo de criar relações trabalhistas precárias. Exemplificadas no caso do aplicativo Uber Eats onde se manifestou tipos de trabalho informais, auto exploratórios e onde o contratante não exerce nenhuma responsabilidade com seu empregado, que não possui qualquer direito ou segurança, principalmente com a falácia de “empreendedorismo” que impele o trabalhador a se sentir autônomo, quando na realidade laboral cotidiana se observa relações de exploração e controle da empresa-aplicativo.

Assim, muitos dos trabalhadores inseridos nessa lógica, acreditam que só fazem uso desses aplicativos para complementação da sua renda (o que gera extensivas horas de trabalho diariamente, sem amparo das leis trabalhistas e utilizando instrumentos de trabalho que ele mesmo precisa fornecer), ou que esse modo de trabalho foi uma escolha individual, sem considerar as nuances capitalistas que só proporcionam em muitos casos esse único método para subsistência, diante da ineficiência do sistema em gerar empregos formais.

Deste modo, possibilitou uma reflexão na tentativa de entender o capitalismo como mecanismo que degrada, oprime, subjuga e explora os trabalhadores de maneira generalizada, modificando a chamada sociedade, em uma sociedade do trabalho e da alienação. E com o intuito de abrir parâmetros para a discussão da tecnologia como a mais recente e importante ferramenta utilizada pelo capitalismo para ter mão de obra trabalhando e o lucro crescendo gradativamente.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BBC. **‘Oito horas sem comer, só consegui tomar água’**: o cadeirante que entrega comidas por aplicativos na avenida Paulista. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/02/18/oito-horas-sem-comer-so-conseguir-tomar-agua-o-cadeirante-que-entrega-comidas-por-aplicativos-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

CANTOR, Renán Veja. A expropriação do tempo no capitalismo atual. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAGUNDEZ, Ingrid. **Como ser ‘top’**: Ubers viram youtubers e faturam ensinando segredo do sucesso a motoristas e entregadores. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49884077>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro I. Tradução SANT’ANNA, Reginaldo, 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC). 2014. 360f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.



ANÁLISE ACERCA DA TEORIA E MÉTODO UTILIZADO NO LIVRO A GEOGRAFIA DO ESPAÇO-MUNDO DE RUY MOREIRA.

Raquel Lins Brandão^{1*}, Juliana Santos de Souza Cunha¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9262-4600>* e <https://orcid.org/0000-0002-6980-3114>

¹ Discentes da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*raquelbrandão40@gmail.com

Recebido em: 23/09/2020. Aceito em: 24/06/2021. Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.4379>

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo discutir brevemente o tópico a sociedade do trabalho, contido no livro *A Geografia do espaço-mundo – Conflitos e superações no espaço do capital*, de Ruy Moreira, abordando e demonstrando em qual teoria ele se baseia para desenvolver a discussão, assim como o método utilizado por ele em sua obra. Para isso, foi necessário leituras e sistematizações não só da obra em si, mas também de leituras complementares sobre métodos e teorias, que serviram de aporte para explicitar porque a obra citada se encaixava em determinada teoria e/ou método. E a partir daí, analisar a importância de se conhecer cada teoria e cada método, através da compreensão de como eles influenciam a obra da qual fazem parte.

Palavras-chave: Teoria; Método; Sociedade; Trabalho; Capitalismo.

ANALYSIS ABOUT THE THEORY AND METHOD USED IN THE BOOK THE GEOGRAPHY OF RUY MOREIRA'S SPACE-WORLD.

ABSTRACT

This article has as main objective briefly discuss the topic of labor society being on the book “The Geography of space-world – Conflicts e overcomes at the capital space” by Rui Moreira, approaching and demonstrating in which theory it is based to depveloment the discussion as well as the method used in his piece. For that, it was necessary lectures and systematizations not only from the piece itself but also complemetary lectures about methods and theories that served to explain why the work cited fit a certain theory and/or method. From there, analyse the importance of knowing each theory and each method, through the comprehension of how it influence the piece of which they are part of.

Keywords: Theory; Method; Society; Labor; Capitalism.

ANÁLISIS ACERCA DE LA TEORÍA Y MÉTODO UTILIZADO EN EL LIBRO LA GEOGRAFÍA DEL ESPACIO-MUNDO DE RUY MOREIRA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo principal discutir brevemente sobre el tópico la sociedad del trabajo en el espacio del capital, de Ruy Moreira, abordando y demostrando en cuál teoría él se basa para

desarrollar la discusión, así como el método utilizado por él en su obra. Para ello, fue necesario no solamente lecturas y sistematizaciones de la obra, sino también de lecturas complementarias sobre métodos y teorías, que sirvieron de aporte para explicitar el porqué la obra citada se encajaba en determinada teoría y/o método. A partir de ahí, analizar la importancia de que se conozca cada teoría y cada método, a través de la comprensión de cómo ellos influyen en la obra de la cual forman parte.

Palabras-clave: Teoría; Método; Sociedad; Trabajo; y Capitalismo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa discutir acerca da relevância da relação entre a teoria e o método a partir do livro *A Geografia do espaço-mundo – Conflitos e superações no espaço do capital*, de Ruy Moreira em consonância com abordagens no corpo teórico de outros autores.

Apresenta uma breve análise em relação ao que seria uma teoria e como ela se desenvolve, o que seria um método, alguns exemplos de métodos, suas principais diferenças e como eles influenciam no modo como a obra que os utiliza se estrutura. Esses métodos são escolhidos e utilizados a partir da teoria que serve de base para o estudo realizado.

Como forma de entender melhor essa questão, este artigo trabalha fazendo uma avaliação do livro *A Geografia do espaço-mundo – Conflitos e superações no espaço do capital*, de Ruy Moreira. Onde o autor descreve diversos elementos em cada capítulo para abordar os fundamentos, formas, contrastes, e transformações, da globalização, do capitalismo, da sociedade e do trabalho, além de muitos outros temas. O foco se deu na temática sobre a sociedade do trabalho, pois este assunto remete as concepções teóricas que já estudamos e desenvolvemos em outros trabalhos, e que desta forma continuarão a contribuir com a ampliação do conhecimento, além de certa propriedade e conforto já existente com o assunto abordado.

O artigo se estrutura, inicialmente de modo a apresentar brevemente o que seria uma teoria e o que seria um método, elencando alguns deles. Em seguida ocorre um breve resumo das principais ideias abordadas pelo autor no tópico em questão, como elas se desenvolvem, qual sua importância e por fim, são demonstrados qual o método e teoria utilizados na obra estudada proporcionando melhor compreensão.

Objetivando-se desta forma, uma demonstração do quão importante é conhecer a teoria e o método utilizado por cada autor, pois isto influi diretamente em como o objeto de estudo será apresentado, estudado, abordado e desenvolvido, levando conseqüentemente a interpretações e resultados diferentes ao final de cada análise.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente a discussão e temas abordados para a elaboração deste artigo ocorreram durante as aulas da disciplina de Teoria e Métodos, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Acre. Em seguida, foram efetuadas diversas leituras e sistematizações dos textos disponibilizados na disciplina, e também em outros livros e artigos pesquisados por conta própria.

Depois de feita a leitura e as sistematizações, o artigo começou a ser escrito com o auxílio principal de duas obras, *Geografia e Filosofia* do Eliseu Savério Sposito, que possibilitou a discussão principal sobre os métodos, e *A Geografia do espaço-mundo*, que além de sua rica contribuição teórica serviu de base para a demonstração de identificação da teoria e aplicabilidade do método.

Portanto, esse artigo foi construído com base em referenciais teóricos e bibliográficos, possibilitando e fundamentando a base de entendimento do assunto trabalhado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Geografia é de extrema importância para se discutir o espaço geográfico em sua dinâmica, a partir de ações e interações humanas que ao longo do tempo vem modificando, produzindo e reproduzindo esse espaço.

Estes acontecimentos estão relacionados com a necessidade de conhecer o local onde vivemos. Assim, o espaço geográfico pode ser entendido como o espaço produzido pelo homem e que está em constante transformação direta ou indiretamente através da ação humana ao longo do tempo, possuindo assim um caráter histórico.

Tendo como objetivo principal entender a dinâmica do espaço para auxiliar no planejamento das ações do homem sobre ele, a geografia busca entender as formas de relevo, os fenômenos climáticos, as composições sociais, os hábitos humanos em diferentes lugares do globo, reconhecendo sua importância para a manutenção da vida em sociedade.

Já a Ciência Geográfica, contém o conhecimento geográfico em partes, pois nem todo conhecimento geográfico é necessariamente ciência, afinal o senso comum pode ser um saber geográfico. O que vai caracterizar a construção do pensamento enquanto ciência são os paradigmas adotados, assim como a teoria e os métodos, explicados rapidamente a seguir.

Paradigma, conforme explicitado por Silva (2014), é uma palavra de origem grega que significa modelo, padrão de forma para ver, pensar e agir segundo uma determinada conduta situacional. Na história da Geografia e na sua interpretação e visão de mundo, dois paradigmas

se destacaram “Nascia se assim a ciência como base numa visão paradigmática dualista: o determinismo *versus* o possibilismo.” (SILVA, 2014, p.44,45).

Sposito por sua vez, elenca que os geógrafos têm se apoiado em vários paradigmas em suas investigações e buscas teóricas e empíricas, e define paradigma como “conjunto de ideias, teorias e doutrinas construídos com a intermediação do método e que caracterizam uma tendência científica.” (2001, p.100).

Contudo, como especificado por Silva (2014, p. 47):

Tem-se uma dicotomia de paradigmas postos em condições opositoras: aquelas que reforçam as bases hegemônicas com instrumento técnico/científico; e, outra que busca ser instrumento de luta para transformar, revolucionar a realidade e contribuir com o processo de construção de um caminho para uma práxis científica libertadora.

Deste modo, esse padrão de ideias tanto poderia servir para compactuar e engrandecer teorias e questões já postas, como poderia servir de instrumento para combater ideias e práticas sociais colocadas historicamente que podem ser refutadas e discutidas, apresentando-se uma nova perspectiva como a Geografia em muitos momentos fez com o capitalismo.

Desta forma é importante salientar de acordo com Silva (2014, p. 47) que:

O resgate das contribuições dos geógrafos anarquistas e a aproximação ao marxismo foi condição fundamental para a construção de uma Geografia que não estivesse a serviço do capital, mas fosse instrumento para desvendar a realidade desigual e injusta por ele produzida; inclusive, sendo capaz de constituir num instrumento para transformá-la.

É importante ressaltar, como discutido por Sposito (2001), que quando se fala em paradigmas é fundamental abordar teoria, auxiliando na compreensão de como as ideias serão apresentadas e discutidas acerca da realidade, pois sem teoria e paradigma a ciência não se desenvolve.

Assim, teoria seria o conjunto de leis, conceitos e definições que ajudam a entender uma questão da sociedade. Essas teorias podem ter três caminhos distintos: primeiro, ela pode se estabelecer como fundamental e servir de base para o conhecimento durante muitos anos; segundo ela pode ser ultrapassada por outras teorias ou paradigmas e; terceiro, ela pode ser menosprezada e esquecida, como apresentado por Sposito (2001).

E por fim, o método, que seria de maneira simplória o caminho tomado para se chegar a algum lugar, uma série de metodologias lógicas e funcionais que possuem o intuito de auxiliar

na compreensão de uma teoria posta. Assim o método funcionaria segundo Sposito (2004, p. 23):

[...] como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação.

Essa compreensão do autor nos leva a entender que o método consiste num conjunto de regras que visam atingir um resultado, proporcionando ao pesquisador chegar ao conhecimento verdadeiro sobre determinado objeto de estudo ligado diretamente a teoria que o fundamenta.

Os métodos podem ser os mais diversos, aqui optamos por destacar três deles: o método hipotético-dedutivo, o fenomenológico-hermenêutico e o método dialético.

O método hipotético-dedutivo segundo (JAPIASSU, MARCONDES, apud SPOSITO, 2004, p. 29-30) é aquele:

[...] através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas.

É importante destacar que mesmo levando em consideração a neutralidade científica, neste método o objeto prevalece sobre o sujeito, isto é, o objeto de estudo acaba interferindo na pesquisa e no modo como o pesquisador irá trabalhar aquele objeto a partir de seus conhecimentos, e ao final, os resultados obtidos serão descritos a partir de hipóteses e deduções, como demonstrado por Sposito (2004).

O método fenomenológico-hermenêutico pode ser descrito conforme Sposito (2004, p. 38-39):

[...] contém a redução fenomenológica e a intencionalidade, indo além do subjetivismo através da consciência. Na pesquisa científica, a figura do pesquisador faz-se presente na redução do fenômeno para a sua abordagem total.

Ao contrário do hipotético-dedutivo, aqui o sujeito representa a figura central, predominando sobre o objeto estudado, pois é a descrição feita pelo sujeito que definirá o objeto, sendo assim o objeto é somente um elemento de análise que se destaca a partir das contribuições intelectuais que o sujeito atribui a ele, conforme explicado por Sposito (2004).

Por último, temos o método dialético “[...] aquele que ‘procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão.’” (JAPIASSU, MARCONDES, apud SPOSITO, 2004, p. 39). Aqui, a relação que ocorre entre sujeito e objeto realiza-se de maneira controversa, onde nenhum dos dois ganha o caráter de superioridade em relação ao outro, ambos se concebem e se modificam mutuamente, e desta forma, os trabalhos que se baseiam nesse método acabam tendo uma criticidade muito mais elevada, mostrando as contradições presentes na realidade e objeto estudado, de acordo com Sposito (2004).

3.1 A sociedade do trabalho por Ruy Moreira.

Em seu livro *A Geografia do espaço-mundo – Conflitos e superações no espaço do capital*, Ruy Moreira se fundamenta em diversos pontos para discutir itens como globalização, sociedade, trabalho e capital. Levando em consideração que nossos estudos se encaminham no intuito de analisar questões de trabalho na sociedade atual, com uma análise de como o capitalismo faz parte deste processo, optamos por discutir o tópico A sociedade do trabalho, contido no livro.

Moreira (2016), começa a discussão enfatizando que a sociedade tem em sua base de gênese e consolidação o trabalho, pois é justamente este elemento o responsável por organizar a estrutura das sociedades, o seu modo de produção, que implicam diretamente nas relações entre sociedade e trabalho, e em todas as consequências disso, que como podemos ver historicamente, principalmente com o advento do capitalismo, trazem em sua grande maioria, resultados muito nefastos.

O trabalho, ainda segundo o autor, seria uma relação de transação entre a sociedade e a natureza, onde ocorrem mutuamente trocas, consolidando desta forma um processo de produção, entre a matéria-prima fornecida pela natureza, e a energia, esforço ou como dito pelo autor a matéria corpórea do homem. Esta troca gera diversos tipos de trabalho, como discutido pelo autor quando elenca que:

O trabalho, tal como o vemos nas sociedades, é a atividade prática de gerar produtos a partir da relação de transformação dos elementos naturais ou semitransformados do local com que lida, cujo modo específico de ser depende do caráter da relação de propriedade dos meios de produção que emprega produtivamente, assim podendo-se falar do trabalho comunitário, escravo, servil, assalariado, correspondente à forma histórica de sociedade em que se desenvolve. (MOREIRA, 2016, p. 54).

Ainda ocorre uma diferenciação entre dois tipos de trabalho, o concreto e o abstrato, segundo o autor, concreto seria o encontrado em todos os tipos de sociedade, sendo a atividade por meio da qual um produto seria gerado, já o abstrato seria aquele onde a principal relação é o valor gerado, os produtos gerados a partir do valor de troca alcançado, este tipo só pode ser encontrado nas sociedades de modo de produção capitalistas, onde as relações de mercado são o foco.

Deste modo, podemos perceber que a sociedade do trabalho é “[...] a forma de relação societária que surge na decorrência do surgimento do trabalho abstrato”. (MOREIRA, 2016, p. 55). O que acaba levando a uma análise das sociedades pré-capitalistas e as capitalistas em si, que irão se organizar de modos diferentes, como exibido a seguir (Quadro 1):

Quadro 1- análise das sociedades pré-capitalistas e as capitalistas em si

Quadro 1	
<i>Sociedades Pré-Capitalistas</i>	<i>Sociedades Capitalistas</i>
Estabelecida e sistematizada pela concentração no trabalho concreto.	Estabelecida e sistematizada pela concentração no trabalho abstrato.
Produção de valores de uso (autossustentabilidade).	Produção de valores de troca (mercadorias).
Baseadas no trabalho produtor de valor de uso.	Baseadas no trabalho produtor de valor de troca.
No processo de produção vão do trabalho concreto ao usufruto direto do valor de uso da natureza.	Focadas na economia de mercado, vão do trabalho abstrato ao valor de uso natural orientado no valor de troca.

Fonte: MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo:** conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

Org.: Raquel Brandão.

Diante desse processo de transição, e após a consolidação do capitalismo, a sociedade foi afetada drasticamente, pois o capital fez o homem escravo do próprio trabalho. O trabalho parou de ser um mecanismo de gratificação por assim dizer, tornando os indivíduos dignos de seu trabalho, e com condições para sua sobrevivência, para se transformar em um mecanismo que degrada seus sujeitos.

Os elementos utilizados pelo capital colocam o trabalhador em situação de exploração, enganação, com retornos lucrativos baixíssimos, com altas taxas de esgotamento físico, e ainda taxas de desemprego crescente, e o mais grave de todos é o recurso da alienação, que faz com

que uma grande parcela de trabalhadores, não perceba os malefícios citados anteriormente, onde a responsabilidade recai totalmente em suas costas, gerando assim uma sociedade alienada.

Portanto, a ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, em elemento de dominação. Em outras palavras, não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também se constitui condição para a emancipação humana. Assim, sob o modo capitalista de produção, contraditoriamente, o trabalho é transformado em algo alheio ao processo de emancipação do homem, exterior a si mesmo. O trabalho estranhado, alienado, separa o ser humano da sua condição de sujeito na relação homem-natureza e homem-homem, o que se materializa historicamente no distanciamento engendrado pelo capital entre o homem e os meios de produção, consubstanciando-se na propriedade privada, bem como na relação de assalariamento pelo processo de dominação entre sujeitos. (ALVES, 2014, p.98).

Assim, como concluído pelo próprio autor “[...] a sociedade do trabalho mostra a forma conspícua de sociabilidade alienada”. (MOREIRA, 2016, p. 57). Onde é possível destacar uma crise, na sociedade em si, e no modo como as relações de trabalho estão ocorrendo “a sociedade do trabalho transformando-se na sociedade dos serviços”. (MOREIRA, 2016, p. 59).

Essa crise, chamada de “estrutural e sistêmica” por Mészáros (2011) deu seus primeiros sinais nos anos de 1970, pela queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, crescimento excessivo da esfera financeira, crise do Welfare State e o advento evidente das privatizações. Na tentativa de sair da crise, o capital começou a se reestruturar, com uma nova ideologia e política de controle, notadamente a adoção do neoliberalismo, diminuição de direitos trabalhistas, privatizações, novas formas de trabalho como o empreendedorismo, colaboradores, trabalho intermitente, ocasionando uma precarização total. (ANTUNES, 2009; MÉSZÁROS, 2011).

Assim sendo, para se falar de sociedade é necessário se falar de trabalho que segundo Santos (2018, p. 20) “falar de trabalho é falar de transformação. Transformação do ser humano, sua história e seu meio, sendo uma troca constante entre homem e natureza”. Corroborando com essa ideia Marx (2010, p. 211), diz que o trabalho “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. E como factualmente essa relação foi sendo construída a partir de uma evolução onde o homem não se apropriava mais do trabalho, mas se tornava um mecanismo dele, concomitante ao momento em que o capitalismo se tornou a base do modo de produção global. E esta relação é construída no seio das discussões geográficas, que se preocuparam sempre com o homem enquanto sociedade e suas relações com

a natureza, e que gradativamente foi entendendo a importância de se analisar, discutir, debater (entender), e criticar a sociedade do trabalho que se estabeleceu com o passar dos anos.

Marx (2010) diz que o trabalho é assim uma condição de existência do homem, condição independente de todas as formas de sociedade, uma eterna necessidade natural para mediar troca material entre homem e natureza e, portanto, a vida humana.

Para exemplificar melhor o entendimento a esse respeito Marx traz o conceito de trabalho em uma passagem afirmando que “antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 326).

A linha teórica que Ruy Moreira utiliza nesta obra é centrada e fundamentada no marxismo, onde o trabalho ocupa um papel essencial para o entendimento da sociedade em seu processo de gênese e desenvolvimento. Alicerçada em discutir a dinâmica entre dois grupos principais, o primeiro formado por um pequeno número de indivíduos que detém os meios de produção e o segundo na figura daqueles utilizados apenas como ferramentas para cumprir determinadas tarefas que gerarão lucro em grande escala para os primeiros. É importante salientar que este segundo grupo é o majoritário. Esses dois grupos são denominados no marxismo como burguesia e proletariado, respectivamente.

Entendendo basicamente como são compostos esses dois grupos, e a disparidade de benesses presentes em cada um, para não se falar na injustiça descarada do capitalismo, é necessário falar sobre a luta de classes que se torna inevitável como meio para tentar diminuir essa desigualdade entre esses dois grupos. Pois o modo de produção capitalista acaba gerindo e ditando todo o modelo de vida em sociedade, afetando também parâmetros intelectuais e políticos.

Por fim, essa teoria busca alinhar as reflexões postas nos estudos, com a veracidade de interpretar e esclarecer as engrenagens utilizadas no capitalismo para enganar, alienar, subjugar e se apropriar da sociedade, expondo o qual escusos e tirânicos são os mecanismos utilizados para esse fim. Assim como, propor ideias e saídas que possam levantar o questionamento a essa realidade imposta, e discutir sobre possíveis soluções que poderão modificar o modo de vida até então dominante. Segundo Santos (2018, p. 22), “isso porque nos dias de hoje, as transformações no trabalho e no mundo do trabalho adquirem uma importância central nos debates econômicos, políticos, nas ciências sociais e na sociedade em geral, em razão da profundidade de tais mudanças”.

Desta forma, o trabalho permeia a vida do ser humano desde a história de seu nascimento, ele é considerado uma máquina que move os setores de funcionamento de uma sociedade, pois é a partir do trabalho que o homem evolui, cria e recria suas condições de existência frente à reestruturação produtiva do capital, seja na esfera individual ou na esfera coletiva. Essa reestruturação do capital acabou precarizando ainda mais o trabalho nos dias de hoje. Em relação ao método:

Para Marx, a dialética compreende necessariamente a noção de movimento na História. Esse movimento ocorre quando, na confrontação de tese e antítese, a síntese contém aspectos positivos da tensão anterior, e apresenta-se como estágio superior que, por sua vez, se coloca também como uma nova tese. (SPOSITO, 2004, p. 44)

Ruy Moreira se utiliza desse método, que como já mostrado no início deste artigo, encaminha-se no sentido de contrapor as crenças populares, exibindo suas incoerências, a fim de apresentar-se a realidade, tal qual ela ocorre cotidianamente. O que pode ser visto como objetivo claramente na obra citada.

Mediante isso, Sposito (2004, p. 44) afirma que foi:

A concepção marxista de história, que possibilitou a elaboração de conceitos (renda absoluta, mercadorias) e de teorias (mais-valia, por exemplo), permitiu a mais elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido com todas as suas determinações.

Portanto, para o autor essa concepção não só possibilitou a consolidação dos conceitos já formulados a respeito da origem do capitalismo, mas, também o entendimento de que o mesmo já vinha sendo propagado há muito tempo na história da humanidade e impondo suas formas de dominação, que aos poucos ia ganhando espaço no mundo hoje globalizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se preocupou de maneira clara e objetiva possível, demonstrar e explicar o que seria um paradigma, uma teoria e um método, qual a importância de cada um para a estruturação de um trabalho, como eles auxiliam na construção e desenvolvimento do pensamento, no modo como as ideias serão apresentadas e como o objeto de estudo será abordado, a partir da análise acerca da teoria e método utilizado no livro *A Geografia do espaço-mundo* de Ruy Moreira.

Isso influi diretamente em como os trabalhos irão se apresentar no seu resultado final, em como os desfechos descobertos se pautarão de modo diferente a partir de cada teoria e a

partir de cada método. Por isso a importância de conseguir identificar ambos, e a necessidade de nas leituras está também ser uma preocupação, pois assim ficará mais claro a abordagem contida, e as críticas feitas.

Diante do exposto abordado neste artigo, buscou-se possibilitar a compreensão dessa importância, além de uma análise sobre como o trabalho influencia na sociedade e como o trabalho é influenciado pelo capitalismo, a partir de uma visão pautada em uma discussão da teoria marxista, que metodologicamente pretende desvendar conhecimentos e exibir para a população as verdades secretas que muitas vezes não são enxergadas.

5. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a Universidade Federal do Acre, mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas discussões propostas nas disciplinas e aos professores maravilhosos que enriqueceram as discussões e indicaram bibliografias que ajudaram a compor este artigo, além de proporcionarem um enriquecimento teórico profundo.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** V.1, Tradução: Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** – Tradução SANT`ANNA, Reginaldo. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010. P. 211-231.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.
MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo:** conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

SANTOS, Luiz Eduardo de Freitas. **Trabalho no turismo: faces da precarização de um proletariado contemporâneo e de serviços** / Luiz Eduardo de Freitas Santos; orientadora Rita de Cássia Ariza da Cruz. – São Paulo, 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

SILVA, Silvio Simione da. **Da geografia vivida à geografia estudada:** para além das formalidades acadêmicas - contradições, conflitos e proposições. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, n°5, p. 27-53, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/geouece>.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea.** Terra Livre, São Paulo, n° 16, p.99-112, 1º semestre/2001. Disponível em: <http://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/351>.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.



O ESPAÇO GEOGRÁFICO AO LONGO DAS CORRENTES DA GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

Iago Sales de Paula^{1*}, Maria da Conceição Marques de Souza¹, Pollyana Furtado Machado Anute¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6380-0289>; <https://orcid.org/0000-0002-5738-0636>;
<https://orcid.org/0000-0002-2715-4515>.

¹Discente da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*iago.ufac@gmail.com

Recebido em: 23/03/2021; Aceito em: 18/06/2021; Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.4623>

RESUMO

Não há dúvidas de que nos dias atuais o espaço se configura como o objeto da Geografia, sobre o qual todas as demais categorias (território, região, lugar, paisagem e natureza) estão assentadas. Tendo tanta importância, podemos ter a impressão que, desde a institucionalização da Geografia, por volta de 1870, o espaço já se configurava com tal imponência, o que na verdade só veio a se concretizar mais à frente. Durante a Geografia Tradicional o espaço era tratado com pouca importância e, em alguns casos, de forma um pouco confusa, muito próximo da categoria de território. Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Vidal de La Blache (1845 – 1918) e Richard Hartshorne (1899 – 1992) foram os principais geógrafos que fizeram contribuições importantes sobre o espaço nesse período. Com o advento da Nova Geografia, novas metodologias passam a ser implementadas na Geografia, de forma que o espaço começa a ser discutido por alguns geógrafos como o objeto da ciência geográfica. Nos basearemos nos escritos de Antonio Christofolletti e David Harvey para explanar o modo como o espaço foi abordado durante essa corrente, mas veremos que, mesmo recebendo maior destaque, o tratamento que essa categoria recebeu não diferenciou muito daquele empregado durante a Geografia Tradicional, com características mais técnicas e descritivas. É somente na Geografia Crítica que o espaço passa a ser considerado efetivamente como o objeto dessa ciência, recebendo também uma nova abordagem, não mais descritiva, a qual analisaremos a partir dos pensamentos de Henri Lefévre (1901 – 1991) e Milton Santos (1926 – 2001). **Palavras-chave:** Espaço; Geografia; Correntes Geográficas.

THE GEOGRAPHICAL SPACE ALONG GEOGRAPHY CHAINS: AN EPISTEMOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT

There is no doubt that today space is configured as the object of Geography, on which all other categories (territory, region, place, landscape and nature) are based. Having so much importance and appearing so frequently in the geographic literature, we can have the impression that, since the institutionalization of Geography, around 1870, the space was already configured with such magnificence, which in fact only came to be realized later on. During Traditional Geography, space was treated with little importance and, in some cases, in a slightly confused way, very close to the category of territory. Friedrich Ratzel

(1844 - 1904), Vidal de La Blache (1845 - 1918) and Richard Hartshorne (1899 - 1992) were the main geographers who made important contributions to space during this period. With the advent of New Geography, new methodologies are being implemented in Geography, so that the space begins to be discussed by some geographers as the object of geographic science. We will base ourselves on the writings of Antonio Christofolletti and David Harvey to explain how the space was approached during this current, but we will see that, even receiving more emphasis, the treatment that this category received did not differ much from that used during Traditional Geography, with characteristics more technical and descriptive. It is only in Critical Geography that space is effectively considered as the object of this science, also receiving a new, no longer descriptive approach, which we will analyze from the thoughts of Henri Lefébvre (1901 - 1991) and Milton Santos (1926 - 2001).

Keywords: Space; Geography; Geographic Currents.

EL ESPACIO GEOGRÁFICO A LO LARGO DE CADENAS GEOGRÁFICAS: UN ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO

RESUMEN

No cabe duda de que hoy en día el espacio se configura como el objeto de la Geografía, en el que se asientan todas las demás categorías (territorio, región, lugar, paisaje y naturaleza). Teniendo tanta importancia y apareciendo con tanta frecuencia en la literatura geográfica, podemos tener la impresión de que, desde la institucionalización de la Geografía, hacia 1870, el espacio ya estaba configurado con tal magnificencia, que de hecho solo llegó a realizarse más tarde. Durante la Geografía Tradicional, el espacio fue tratado con poca importancia y, en algunos casos, un poco confuso, muy cercano a la categoría de territorio. Friedrich Ratzel (1844-1904), Vidal de La Blache (1845-1918) y Richard Hartshorne (1899-1992) fueron los principales geógrafos que realizaron importantes aportaciones al espacio durante este período. Con la llegada de la Nueva Geografía, se están implementando nuevas metodologías en Geografía, por lo que el espacio comienza a ser discutido por algunos geógrafos como objeto de la ciencia geográfica. Nos basaremos en los escritos de Antonio Christofolletti y David Harvey para explicar cómo se abordó el espacio durante esta corriente, pero veremos que, cobrando aún más protagonismo, el trato que recibió esta categoría no difirió mucho del utilizado durante la Tradicional Geografía, con características más técnicas y descriptivas. Es solo en Geografía Crítica que el espacio es efectivamente considerado como el objeto de esta ciencia, recibiendo también un nuevo enfoque, ya no descriptivo, que analizaremos a partir de los pensamientos de Henri Lefébvre (1901 - 1991) y Milton Santos (1926 - 2001).

Palabras llave: Espacio; Geografía; Corrientes geográficas.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o espaço, visto como uma dimensão relacional, é tido como o objeto principal da Geografia, em torno do qual todas as demais categorias geográficas (território, região, lugar e paisagem) estão inseridas. Entretanto, desde que essa disciplina se estabeleceu como uma ciência acadêmica, por volta de 1870, o espaço nem sempre teve essa importância nas análises realizadas pelos geógrafos, pelo contrário, ele passou por diversas e diferentes abordagens ao longo da história da Geografia.

De acordo com Suertegaray (2001), a Geografia, enquanto área do conhecimento autônoma, sempre teve como foco compreender a relação entre o homem e o meio que o cerca, algo que confere a si uma característica única entre as demais ciências, classificadas sempre em sociais ou naturais. Apesar de tal característica ser um privilégio, acabou representando também

um obstáculo para que a Geografia conseguisse definir seu método e seu objeto de estudo, pois o social e o natural possuem métodos e objetos distintos e que muitas vezes seguem direções distintas. Entendemos hoje que o campo de estudos da Geografia é o espaço geográfico, mas nem sempre foi assim.

Holanda (2008) explica que se atualmente o espaço é tido como um dos principais pilares da Geografia para se estudar as questões sociais, não o era até a década de 1970, não sendo considerado até então como uma categoria importante para tais análises, pois a visão de espaço geográfico estava muito atrelada às questões naturais, já que essa era a premissa não apenas da Geografia, mas de outras ciências humanas.

Já Milton Santos (2004) afirma que o espaço só se tornou o objeto da Geografia a partir do momento em que os geógrafos pararam (mesmo que tardiamente) de se dedicar apenas aos estudos da Geografia em si, e começaram a se debruçar sobre seu objeto de estudos. De acordo com Holanda (2008) a Geografia é uma ciência que analisa, interpreta e produz conhecimento a partir da realidade em curso, ou seja, compreende e explica o presente através de seu objeto, o espaço, que por sua vez, não pode ter limites preestabelecidos, pois trata-se de uma instância social que resulta da própria sociedade através da materialidade das ações humanas.

Assim, mediante esses apontamentos, nos propomos a responder duas perguntas, a nosso ver, centrais nesse artigo: 1) como o conceito de espaço foi abordado pelos geógrafos desde que a Geografia foi institucionalizada? 2) Como ele perpassou durante os diferentes períodos da história geográfica, também denominados de correntes geográficas? O objetivo central desse trabalho é compreender a forma como o espaço se tornou o objeto central da Geografia.

Para responder a esses questionamentos, abordaremos três correntes geográficas muito recorrentes na literatura quando nos referimos à categoria espaço: a Geografia Tradicional, na qual analisaremos os apontamentos feitos por Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Vidal de La Blache (1845 – 1918) e Richard Hartshorne (1899 – 1992); a Nova Geografia, a partir das ideias de Antonio Christofolletti e David Harvey; e a Geografia Crítica, com Henri Lefévre (1901 – 1991) e Milton Santos (1926 – 2001). É claro que existem muitos outros autores dentro dessas correntes que também possuem uma ampla bibliografia sobre o espaço. Todavia, optamos pelos pensadores citados acima pelo fato de os mesmos sempre figurarem como referências na ampla gama de trabalhos acadêmicos e escolares quando versam sobre as questões espaciais a partir da lógica das respectivas correntes geográficas.

2. A GEOGRAFIA TRADICIONAL E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE O ESPAÇO

Denominamos de Geografia Tradicional um conjunto de correntes que coexistiram durante o período de 1870, quando a Geografia se institucionalizou como uma ciência acadêmica, até aproximadamente 1950, período em que ocorreu a denominada *revolução teórica-quantitativa*. (CORRÊA, 2000). Essa vertente tradicionalista tinha como fundamento filosófico principal o Positivismo.

Corrêa (2000) explica que durante esse período o espaço não era tido como uma categoria primordial da Geografia, aparecendo de maneira muito vaga nos escritos de Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e Richard Hartshorne. De acordo com Suertegaray (2001), o conceito de *espaço natural* ganhou grande repercussão nas análises geográficas, visto que o estudo do ambiente físico era considerado de suma importância, e se dava a partir da paisagem natural. Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, por exemplo, propunham, ainda que de forma diferente, um objeto para a Geografia centrado na relação homem-meio (natureza). Dessa maneira, a Geografia acabava trabalhando mais com a ideia de comunidade do que com o conceito de sociedade.

Todavia, é preciso ressaltar que, teoricamente, havia sim uma preocupação em se realizar análises espaciais, pois de acordo com as propostas de Kant, a História era a responsável por analisar os eventos ocorridos no tempo, e à Geografia cabia a tarefa de estudar os fenômenos ocorridos no espaço. (SANTOS, 2004). Em síntese, enquanto a História era a responsável por organizar os eventos de forma temporal, cabia à Geografia os organizar espacialmente, de acordo com a organização histórica. Entretanto, isso não significa que a Geografia não possa fazer tal exercício, desde que ele seja realizado de forma concisa e realizando as devidas reflexões.

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p. 81. Grifo do autor)

Tido como o principal geógrafo do denominado determinismo, Ratzel afirmava que o espaço era a base primordial da vida humana, pois era ele que propiciava as condições naturais

ou sociais do homem. Dessa forma, ter domínio pleno sobre o espaço era essencial para manter a base da vida e garantir a evolução da humanidade. Em sua obra *Antropogeografia*, Friedrich Ratzel elabora o conceito de *espaço vital*, que significa o equilíbrio entre os recursos naturais que uma determinada sociedade necessita para seu desenvolvimento tecnológico. (CORRÊA, 2000).

Cazarotto (2000) esclarece ainda que Friedrich Ratzel elaborou essa ideia de espaço em um período histórico no qual as atuais territorialidades (Estado/Nação) estavam se constituindo e se consolidando na Alemanha. Por isso, ao lermos suas obras, podemos perceber que os conceitos de espaço e território aparecem de maneira muito próxima, não que um seja sinônimo do outro, mas ambos estão, de certa forma, relacionados.

Assim, pode-se entender o espaço vital como o espaço de vida, da territorialidade instituída, onde se encontram as condições essenciais da vida, como matéria e energia. Por seu turno, esse espaço deve ser defendido pelos membros da coletividade, visando proporcionar as condições de existência de todas as formas de vida, nas gerações presentes e futuras. Constata-se ainda que na concepção de espaço vital, em Ratzel, aparece com muito mais ênfase a ideia de defesa do território do que a ideia de ampliar ou expandir o mesmo. (CAZAROTTO, 2000, p. 39).

O território, portanto, não equivalia ao espaço, embora as vezes, possamos ter essa impressão ao lermos os escritos de Ratzel. O espaço era o *locus* onde se tinham condições necessárias para a sobrevivência e o desenvolvimento da população, no qual o poder estatal estava plenamente constituído. De acordo com Rocha (2008) o território era a concretização formal desse espaço. “O espaço ratzeliano era o espaço do poder estatal, consolidado por intermédio da expansão territorial. O território para Ratzel seria a concretização formal do espaço, consolidada pela ocupação de uma determinada área por um grupo humano exclusivo.” (ROCHA, 2008, p. 129).

Já Vidal de La Blache, importante geógrafo francês e mentor do possibilismo, nos apresenta uma outra perspectiva sobre o espaço. Para ele, a Geografia Humana deve abordar tanto questões naturais quanto questões humanas, desde que ambas sejam estudadas de forma conjunta. (BRAGA, 2007). Vidal La Blache criticava de maneira contundente a visão Ratzeliana de espaço, pois a mesma acabava naturalizando o homem e tratando-o simplesmente como um componente do espaço geográfico que não tinha nenhuma autonomia. De acordo com ele, ao mesmo tempo em que o homem tem domínio sobre a natureza, a mesma tem domínio sobre o homem.

Dessa forma, o espaço era definido por La Blache como o local onde ambos (homem e natureza) coabitam e se adaptam. O homem, ao transformar o meio natural de acordo com suas necessidades, acaba enraizando suas técnicas e seu modo de vida. A cultura (modo de vida) impressa nesse meio natural acaba gerando um território. Dentro de toda essa conjuntura, o espaço seria, portanto, a coabitação entre o homem e a natureza e tal relação é permeada pela intencionalidade humana. Vidal de La Blache (1911 *apud* Santos, 2004) propôs ainda o conceito de *gênero de vida*, e com base em tal conceito, “[...] o espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a ideia de região como unidade do estudo geográfico.” (SANTOS, 2004, p. 36).

Por fim, dentro dessa linha geográfica tradicional merecem destaque também os pontos de vista de Richard Hartshorne, que de acordo com Corrêa (2006), afirma que o conceito de espaço é essencial para os geógrafos, pois cabe a eles descrever e analisar seus fenômenos e suas interações. O espaço é, portanto, absoluto, isto é:

Um conjunto de pontos que têm existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência. Trata-se de uma visão kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. (CORRÊA, 2006, p 18).

Em outras palavras, o espaço seria o local onde todos os fenômenos ocorrem. É uma área que não possui fronteiras ou demarcações pré-definidas, mas que existe de maneira abstrata e não real, dependendo sempre dos fenômenos que ocorrem dentro de si. Richard Hartshorne concorda com a ideia de Vidal de La Blache, de que dentro de uma mesma área ocorrem fenômenos naturais e sociais. Dessa forma, cada área do espaço absoluto possui uma combinação única na qual não é possível realizar generalizações. Cada área é, portanto, única.

Assim, algumas características em comum permeiam as ideias desses três autores, sendo a principal delas a descrição do espaço e não sua compreensão aprofundada, algo de certa forma compreensível, pois dentro da corrente tradicional era esse o método que permeava todos os estudos. Outra característica marcante nessa etapa tradicional da Geografia é que a mesma não priorizava o espaço e nem fazia dele seu objeto de estudos.

Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a Geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo ‘uma viúva do espaço’. Para esse resultado contribuiu o fato de terem sido perdidos muito esforço e muito talento na busca de soluções imediatistas para problemas considerados imediatos, em perseguir respostas particulares para problemas considerados específicos. Acabamos por isso tendo uma multiplicidade tão grande de

Geografias que justificaria a um espírito irônico dizer que, nos dias de hoje, há muitas Geografias, mas nenhuma Geografia. (SANTOS, 2004, p. 119).

Vale destacar ainda que outros autores se destacaram nesse período em relação ao estudo do espaço, mas seus trabalhos foram muito influenciados por Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e Richard Hartshorne. Por isso realizamos uma análise mais centrada sobre eles. O modo como o espaço era abordado só mudou com o advento da *Nova Geografia*, que passou a priorizar essa categoria, lançando as bases para que a mesma alcançasse a importância que possui hoje.

3. A ABORDAGEM ESPACIAL DURANTE A NOVA GEOGRAFIA

A corrente geográfica que denominamos de *Nova Geografia* surgiu após o final da Segunda Grande Guerra, em um período marcado por transformações científicas e tecnológicas em diversas áreas do saber e em um ritmo acelerado e intenso

De acordo com Azevedo e Barbosa (2011), o paradigma tradicional da Geografia já não era suficiente para explicar novos processos e fenômenos trazidos pelas recentes tecnologias e pela nova organização mundial, assim como também era incapaz de continuar mascarando a nova realidade trazida pelo período pós-Guerras. Por isso, é importante ressaltar que essa nomenclatura *Nova Geografia* não diz respeito a uma antiga Geografia, como se uma nova ciência surgisse, mas que simplesmente se baseia em uma corrente filosófica diferente, o positivismo lógico, e em novas abordagens e perspectivas.

Ao se chamar um acontecimento de novo, há a pressuposição da existência de algo mais antigo que, ao se contrapor, pode ser chamado de velho. Desta maneira, a utilização dos adjetivos *novo* e *velho* serve para rotular dois conjuntos diferentes na Geografia, com as suas ideias, concepções teóricas e implicações no procedimento do geógrafo. Tais adjetivos não revelam uma sucessão precisa no tempo, pois na atualidade existem trabalhos científicos sendo produzidos sob ambas as perspectivas. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 01).

Mas e o espaço? Como ele passou a ser abordado dentro desse paradigma geográfico? Antes de avançarmos nessa discussão, precisamos lembrar que essa categoria geográfica, hoje tida como o objeto central nessa disciplina, nem sempre foi tratada dessa maneira, tendo a importância que possui atualmente. De acordo com Christofolletti (1976) tal discussão só começou a ganhar destaque graças aos escritos de Ullman (1954) e Watson (1955). Até então as categorias paisagem e região detinham grande importância nos estudos geográficos tradicionais.

Christofolletti (1976) explica que o objetivo maior nesse período era definir um objeto central para a Geografia, tendo em vista que os critérios regionalistas e as análises da paisagem haviam sido muito presentes durante a Geografia Tradicional e já não davam conta de, sozinhas, explicar a realidade de maneira satisfatória. O autor explica que tais abordagens expressavam de forma muito coerente a relação entre o homem e a natureza, mas não possibilitavam uma compreensão precisa sobre a totalidade.

O desenvolvimento da Geografia com base no estudo da paisagem, procurando descobrir as harmonias e os traços dominantes em cada área, tinha como finalidade a compreensão da 'totalidade da paisagem'. Todavia, ao estudar a paisagem, os geógrafos não procuravam levar em conta todos os seus aspectos, mas selecionar os mais significativos [...]. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 12. Grifo do autor).

Dessa forma, as categorias paisagem e região se tornaram insuficientes para compreender a nova conjuntura internacional surgida após a Segunda Guerra Mundial. Passa a se utilizar então o conceito de *Sistema Espacial* (ou *Organização Espacial*) para tentar responder aos novos questionamentos impostos à Geografia.

Houve, portanto, uma transformação no objeto da Geografia, trazendo maior precisão a seus objetivos. A Geografia, pois, pode ser definida como a *ciência que estuda as organizações espaciais*. A delimitação e precisão de seu objetivo estabelece critérios para se propor a escala dos fenômenos a serem analisados, os elementos componentes das estruturas e a classificação dos fatos geográficos. Em decorrência, penetramos no assunto da própria divisão da ciência geográfica. Logicamente, o sistema organização espacial é composto de elementos e relações (processos). Os elementos correspondem às categorias de fatos geográficos, que são caracterizados por diversos atributos. A denominação das categorias de fatos e dos processos, realizada pelo emprego de adjetivos diferenciadores, refletirá as classes e a subdivisão da Geografia. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 14. Grifo do autor).

Dessa forma, Christofolletti (1976) define dois conceitos de espaço: o primeiro é denominado por ele de *espaço absoluto*, que está diretamente baseado na noção de localização absoluta. Ou seja, o espaço pode ser localizado com precisão a partir de instrumentos cartográficos como mapas, cartas e redes de coordenadas. Essa noção de espaço tem como função localizar a ocorrência de fenômenos e objetos e delimitar sua área de atuação.

A segunda noção espacial, denominada de *espaço relativo*, vai além do espaço absoluto, pois não leva em consideração unicamente os delimitadores cartográficos e geométricos de determinados fenômenos e objetos, mas também o seu comportamento, ou seja, as suas movimentações dentro dessa área (espaço). Essa noção relativa do espaço está intimamente ligada ao tempo e ao movimento, e está atrelada diretamente à localização relativa.

A *localização relativa* é a posição que um lugar ocupa em relação às outras localidades, podendo ser expressa das mais diversas maneiras (em tempo de percurso, em custo dos transportes, em frequência de comunicações e outras técnicas). Enquanto a posição absoluta dos lugares permanece constante, fixa, a posição relativa pode sofrer transformações com o decorrer do tempo, em virtude das inovações técnicas e dos meios de circulação e comunicação, fazendo com que haja aproximação e intensificação dos contatos. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 16. Grifo do autor).

A partir de Christofolletti, podemos perceber que o conceito de espaço, apesar de ter ganhado mais importância em relação à Geografia Tradicional, ainda aparece de forma muito descritiva. A análise dos fenômenos não possui muita importância, mas sim suas localizações.

Suertegaray (2001) explica que todas essas transformações e concepções científicas trazidas no período pós-Segunda Guerra permitiram falar de um novo espaço. Ela corrobora a ideia de Christofolletti e afirma que os conceitos de espaço absoluto e relativo foram amplamente utilizados durante a Nova Geografia. “Neste contexto, os geógrafos passaram a falar de espaço como algo definível a partir de variáveis pré-estabelecidas, definidas *a priori*, a partir dos objetivos de delimitação.” (SUERTEGARAY, 2001, p. 03). Assim, o espaço pode ser representado em cartas e mapas, possuindo uma delimitação clara. Essa é uma definição clássica e geral, mas alguns autores fizeram contribuições importantes que aprofundaram essas noções de espaço.

David Harvey em seu livro *Justiça Social e a Cidade* (1980), difere um pouco dos pensamentos de Christofolletti a respeito do espaço. Enquanto este trabalha em uma visão sistêmica e organicista - para ele o espaço é um organismo, um todo sistemático funcionando e buscando harmonia - Harvey trata o espaço como um conjunto de relações de conflitos contraditórios que produzem uma realidade em que a harmonia é efêmera. O conflito, portanto, é o motor das transformações. Em síntese, Harvey aborda o espaço sob uma perspectiva dialética, tratando-o ao mesmo tempo como *absoluto*, *relativo* e *relacional*. Trata-se de uma abordagem mais complexa, pois o espaço é absoluto enquanto existência material, relativo se comparado a outros objetos, e relacional, pois contém e está contido em outros objetos.

O espaço, portanto, não é um objeto simples, mas existe somente na medida em que contém e representa dentro de si relações com outros objetos. Logo, o espaço pode se transformar rapidamente, adquirindo outros significados e interpretações, dependendo sempre das circunstâncias. Assim, David Harvey corroborou significativamente para a ideia de espaço enquanto absoluto e relativo, tão norteadores dentro das concepções da Nova Geografia, e acrescentou ainda a noção de *espaço relacional*.

Vale destacar que alguns geógrafos alinhados com essa corrente neopositivista, como Nystuen (1968 *apud* Corrêa, 2000), consideram a Geografia como uma ciência espacial. Na visão deles, os fenômenos sociais e naturais devem ser descritos e analisados sobre uma mesma ótica. Análises sobre a vegetação, a hidrografia, a população e o tipo de economia, por exemplo, devem ser feitas com o mesmo método. “O espaço geográfico pode assim ser representado por uma única matriz e sua expressão topológica, o grafo.” (CORRÊA, 2000. p. 22).

Portanto, é inegável que durante a Nova Geografia, o espaço ganhou mais destaque, sendo inclusive tratado como o objeto geográfico. Todavia, diversas críticas foram feitas ao longo dos anos direcionadas tanto para essa corrente quanto ao modo como ela abordou os conceitos geográficos, em especial o espaço, que embora passasse a ideia de um conceito renovado e moderno, acabou caindo em definições semelhantes aos da vertente tradicional da Geografia, ou seja, era muito limitado e dava excessiva ênfase à distância e à descrição. Tais críticas levaram alguns geógrafos a pensar em uma nova forma de abordar o espaço (e outras categorias), visto agora sobre um olhar mais crítico.

Foram justamente esses novos olhares feitas à abordagem espacial dentro da lógica neopositivista e tradicional que possibilitaram um novo tratamento sobre esse conceito geográfico, estabelecendo-o definitivamente como o principal pilar da Geografia, sobre o qual as demais categorias e a maioria dos estudos geográficos passariam a se basear: a concepção de espaço na Geografia Crítica.

4. A GEOGRAFIA CRÍTICA E A NOVA ABORDAGEM ESPACIAL

Por volta de 1970, a Geografia Crítica emerge no cenário mundial tendo como princípios norteadores a dialética e o materialismo histórico. Fazendo críticas contundentes tanto à Geografia Tradicional quanto à Nova Geografia, o espaço volta a aparecer como um dos centros de debates e discussões, se efetivando definitivamente como o objeto central da Geografia. (LEFÉBVRE, 2000). Intensificam-se os debates na comunidade de geógrafos visando estabelecer novos métodos de análise mediante as mudanças econômicas e sociais que vinham ocorrendo no mundo após a Segunda Guerra Mundial.

No caso da geografia, a crise tornou-se mais grave porque a acumulação de equívocos cristalizou o erro e cada progresso aparente era, na verdade, um passo gigantesco para trás. Foi assim que a geografia pode ser definida, desde sua fundação, mas sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, por um conjunto de postulados que, ao invés de ajudar a descobrir o real, contribuía para escondê-lo. (SANTOS, 2004, p. 120).

Desde o advento da Geografia enquanto disciplina autônoma, o espaço vinha sendo considerado como um “receptáculo ou um espelho externo da sociedade.” (CORRÊA, 2000, p. 24). Sobre esse tratamento, Lefébvre (2008), tece algumas críticas, afirmando que o espaço possui um papel fundamental nas análises totalitárias do sistema. Para o autor, essa categoria não deve ser vista simplesmente como ponto de partida e muito menos como ponto de chegada de determinadas análises, recebendo a alcunha de “absoluto” ou “relativo”. O espaço não é um simples fruto da sociedade (embora a mesma contribua grandemente sobre ele), mas um *lócus* onde se reproduzem as mais diversas relações sociais, econômicas e de produção. Trata-se, portanto, de uma categoria ampla, complexa e que não pode ser medida através de simples cálculos e medições.

Essa crítica ao espaço proposta por Lefébvre, baseada no materialismo histórico e na dialética, ganhou grande repercussão na época e foi abordada e aprofundada por diversos geógrafos, inclusive Milton Santos (1977) que propôs o conceito de *formação socioespacial*, defendendo a ideia de que as sociedades apenas se concretizam devido ao espaço, e este só se torna inteligível graças à sociedade. Trata-se, portanto, de uma relação mútua, na qual um influencia e recebe influência do outro. Espaço e sociedade não podem jamais ser abordados de maneira separada ou individual.

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real. (SANTOS, 1977, p. 89, grifo do autor).

Assim, o modo de produção não envolve apenas relações sociais, mas todos os aspectos imateriais decorrentes dessas. São as necessidades econômicas, políticas e sociais que impulsionam as transformações espaciais e geram a totalidade, pois o espaço só se reproduz em sua totalidade quando esta evolui em função do modo de produção. (SANTOS, 1977).

Dessa forma, para que possamos realizar uma análise espacial completa, Milton Santos (1997) propôs quatro categorias de análises: a *forma*, que é o aspecto visível e exterior de um objeto (casa, bairro, cidade); a *função*, que corresponde à atividade ou o papel que o objeto exerce (habitação, trabalho, lazer); o *processo*, que se configura como uma ação que se realiza de modo contínuo e visa um resultado qualquer; e a *estrutura*, que diz respeito ao tipo de organização social e econômico de um dado espaço em um determinado tempo.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais. (SANTOS, 1977, p. 92).

Portanto, a partir dos apontamentos feitos por Milton Santos em suas obras, podemos definir o espaço, dentro dessa correte crítica, da seguinte forma:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p. 10).

Não estamos afirmando, com isso, que apenas a definição de Milton Santos para a categoria espaço seja a única ou a correta, pelo contrário, vários autores têm se debruçado sobre o tema. Mas, para a elaboração deste trabalho, optamos por analisar apenas as ideias de Milton Santos, visto que o mesmo é um dos autores mais recorrentes sobre esse assunto.

Ressaltamos ainda que, embora haja diferenças quanto ao tratamento do espaço na literatura geografia, uma grande parte dos autores que seguem essa linha crítica concordam que o modo como o espaço vinha sendo abordado era deveras descritivo e não possibilitava aprofundamentos analíticos sobre os fenômenos e objetos espaciais. A partir da Geografia Crítica, o espaço é reafirmado enquanto o objeto principal da geografia, o qual deve ser estudado mediante todos os seus elementos (naturais, sociais, econômicos, populacionais etc.) de forma conjunta.

Portando, a partir dessa corrente denominada de Crítica, o espaço passa a ser encarado através de uma integração maior entre as questões sociais e espaciais a partir do estudo da realidade, principalmente à luz dos modos de produção e das formas socioeconômicas impostas pelo capitalismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico é, sem dúvida, o principal objeto da Geografia nos dias atuais. Aparecendo como a principal categoria geográfica sobre a qual todas as demais estão baseadas, vimos que possui uma riqueza de definições e muitas abordagens diferentes. Todavia, ficou claro que o espaço nem sempre teve a importância que possui hoje, pelo contrário, tal fato só se concretizou a algumas décadas atrás.

Durante a Geografia Tradicional, o espaço aparecia de forma um tanto quanto vaga, sendo confundido, inclusive, com o conceito de território e abordado de maneira inferior às principais categorias da época, como a paisagem e a região. Com o advento da Nova Geografia, a situação se inverte e começam as discussões que visavam inserir o espaço como o principal objeto dessa ciência. A preocupação, no entanto, era mais em delimitar seu tamanho do que propriamente compreendê-lo.

Por fim a Geografia Crítica estabeleceu definitivamente o espaço como objeto principal da Geografia. A partir de então o objetivo passa a ser o de discutir as problemáticas sociais, ambientais, econômicas, etc. que estavam inseridas dentro dessa categoria de análise.

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO José Roberto Nunes de; BARBOSA, Tulio. A Geografia Quantitativa: ensaios. **Espaço em Revista**, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16893>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP-Espaço e tempo**, v. 11, n. 22, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066/77708>. Acesso em: 31 nov. 2020.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. **Desenvolvimento sustentável: o paradigma territorial a partir do conceito de espaço vital de friedrich ratzel - 1844 – 1904**. 2000. 99 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado) da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/634/1/Rosmari.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da nova geografia. **Geografia**, vol. 1, n. 1, 1976. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14720/11362>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CORRÊA. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. 1 ed. (brasileira). São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. Geografia e leitura do espaço: aportes introdutórios. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos. 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RATZEL, Friederich. Geografia do Homem (AntropoGeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 27, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15724/8897>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acesso em 08 nov. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel. 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 5, n. 93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 09 dez. 2020.



CARACTERIZAÇÃO TEMPORAL DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA NA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL, ACRE, BRASIL

Jefferson Rodrigues dos Santos Silva^{1*}, Matheus Kucmanski Taveira², Anderson Azevedo Mesquita³, Rodrigo Otávio Peréa Serrano⁴, José Genivaldo do Vale Moreira⁴
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8732-4187>; <https://orcid.org/0000-0003-4233-8782>; <https://orcid.org/0000-0003-0947-8070>; <https://orcid.org/0000-0002-7786-8305>; <https://orcid.org/0000-0002-2994-8482>

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciência, Inovação e Tecnologia para Amazônia da UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil; ²Acadêmico do curso de Bacharelado em Agronomia da UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil; ³Doutorando do Programa de pós-graduação em Geografia da UNIR, Porto Velho, Rondônia, Brasil; ⁴Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia da UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil
*jeffersonrodriguessilva@gmail.com

Recebido em: 14/01/2021. Aceito em: 18/05/2021. Publicado em: 30/07/2021
DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.4585>

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar diagnóstico do comportamento dos registros pluviométricos mensal e anual na cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, ocorridos entre os anos de 1970 a 2019, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, que são importantes ferramentas de análise exploratória para variáveis quantitativas contínuas. Estatísticas como média e Coeficiente de Variação, além de técnicas gráficas foram destacadas como elementos de apoio à tomada de decisão em relação ao comportamento da precipitação pluviométrica registrada para a localidade em estudo. Os resultados convergiram para a confirmação de um período seco, compreendido de maio a setembro, além de um período notadamente chuvoso, de outubro a abril. O valor médio mensal de precipitação foi de 178,1 mm, tendo o mês de março o maior valor médio de precipitação total mensal, enquanto o menor valor médio foi registrado no mês de julho. Os resultados permitiram concluir que os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março apresentam as menores variações pluviométricas para os 49 anos avaliados, com coeficientes de variação menor o igual a 35,95%. Além disso foi verificado que a precipitação mensal registrada para Cruzeiro do Sul apresentou grande variabilidade, com intervalo de 32,38% a 71,65% no coeficiente de variação, tendo o maior valor atribuído ao período seco (baixo valor médio de precipitação total) e o menor valor associado ao período chuvoso.

Palavras-chaves: Precipitação pluviométrica. Variabilidade. Período seco. Período chuvoso

TEMPORAL CHARACTERIZATION OF RAINFALL IN THE CITY OF CRUZEIRO DO SUL, ACRE, BRAZIL

ABSTRACT

This work aims to perform a diagnosis of the behavior of monthly and annual rainfall records in the city of Cruzeiro do Sul, Acre, occurred between 1970 and 2019, based on data provided by the National

Institute of Meteorology – INMET. Descriptive statistical techniques were used, which are important exploratory analysis tools for continuous quantitative variables. Statistic tools, such as mean of data and Coefficient of Variation, in addition to graphic techniques, were applied as elements to support decision-making in relation to the behavior of rainfall recorded for the locality under study. The results converged to confirm a dry period, from May to September, and a remarkably rainy period, from October to April. The average monthly precipitation value was 178.1 mm, being March the month having the highest average monthly total precipitation value, whereas the lowest average value was recorded for July. The results allowed us to conclude that the months of December, January, February, and March present the lowest rainfall variations for the interval of 49 years evaluated, with variation coefficients less than 35.95 %. In addition, it was verified that the monthly precipitation recorded for Cruzeiro do Sul presented great variability, with an interval from 32.38 % to 71.65 % in the coefficient of variation, with the highest variation attributed to the dry period (low mean total precipitation value) and the lowest value associated with the rainy season.

Keywords: Rainfall; Variability; Dry season; Rainy season.

CARACTERIZAÇÃO TEMPORAL DE LA PRECIPITACIÓN PLUVIOMÉTRICA EN LA CIUDAD DE CRUZEIRO DO SUL, ACRE, BRASIL

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo realizar el diagnóstico del comportamiento de los registros de lluvias mensuales y anuales en la ciudad de *Cruzeiro do Sul, Acre - Brasil*, ocurridos entre los años 1970 y 2019, desde los datos que el *Instituto Nacional de Meteorología (INMET)* dispone. Se utilizaron técnicas de estadística descriptiva, que son herramientas importantes para el análisis exploratorio de variables cuantitativas continuas. Se destacaron estadísticas, como promedio y coeficiente de variación, así como técnicas gráficas, como elementos de apoyo a la toma de decisión acerca del comportamiento de la precipitación registrada para localidad en estudio. Los resultados convergieron para asegurar un período seco, de mayo a septiembre, además de un período notablemente de lluvias, de octubre a abril. El valor promedio mensual de precipitación fue de 178,1 mm, siendo el mes de marzo el que presentó el valor promedio más alto de precipitación mensual total, mientras que el valor promedio más bajo se registró en el mes de julio. Los resultados permitieron concluir que los meses de diciembre, enero, febrero y marzo presentan las menores variaciones de precipitación para los 49 años evaluados, con coeficientes de variación menores o iguales al 35,95%. Además, se verificó que la precipitación mensual registrada para *Cruzeiro do Sul* mostró gran variabilidad, con un intervalo de 32,38% a 71,65% en el coeficiente de variación, con el valor más alto atribuido al período seco (valor promedio bajo de precipitación total) y el valor más bajo asociado con la temporada de lluvias.

Palabras clave: Precipitación pluviométrica. Variabilidad. Temporada seca. Temporada lluviosa.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre as questões ligadas ao clima ganhou notoriedade em esferas distintas da sociedade: científica, ambiental, econômica e política. Visto que as alterações nos padrões climáticos têm provocado diversas modificações, tanto na escala temporal quanto espacial, monitorar e conhecer sobre a variabilidade climática e suas consequências tornou-se fundamental, especialmente sobre as variáveis hidrológicas, cujos impactos são mais evidentes (COUTINHO *et al.*, 2018; FREITAS; PAIVA, 2018).

Uma das variáveis hidrometeorológicas de maior importância para a sociedade é a precipitação pluviométrica, por influenciar diretamente na atividade exercida pelo homem,

onde seu excesso (enchentes) ou escassez (secas) tendem a ocasionar danos socioeconômicos e ambientais significativos (DINIZ, 2013).

A chuva é uma variável que demonstra enorme variação no tempo e no espaço, e é totalmente influenciada pela localização geográfica, relevo e por diversas variáveis meteorológicas que incidem sobre o balanço de energia no planeta. Por isso, o estudo da variabilidade pluviométrica é importante, sobretudo àqueles voltados à tomada de decisão ao planejamento agrícola e a gestão de riscos em eventos extremos que afetam dada região (ALVES *et al.*, 2016).

As variações dos elementos meteorológicos têm sido reconhecidas ao longo dos anos e determinam as características climáticas das diversas zonas terrestres, como tal sua estrutura socioeconômica e até mesmo os meios de produção são inteiramente dependentes dessas características (MARIN *et al.*, 2000). Com efeito, a variabilidade pluviométrica pode afetar diretamente a vida econômica e social da população de diferentes formas, a exemplo da atividade agrícola, que impulsiona economicamente o Produto Interno Bruto (PIB), de diversas regiões produtivas do país, como a Mesorregião Vale do Juruá, no estado do Acre, com evidente potencial para a produção de mandioca (BRITTO *et al.*, 2008; SILVA *et al.*, 2020).

De acordo com Santos *et al.* (2018), o regime pluviométrico é influenciado por muitos eventos, a exemplo do El Niño e La Niña, cuja ocorrência pode ser preponderante ao planejamento agrícola de certas regiões, já que é um setor de total dependência da ocorrência de chuvas para a produção significativa e capaz de impactar no desempenho econômico de uma região.

Neste sentido, Medeiros (2018) revela que os estudos manifestam carência de correlação de chuvas com acontecimentos climáticos de larga escala, a exemplo do El Niño e La Niña. O autor avaliou a influência da variabilidade pluviométrica com o número de dias de chuva na cidade de Recife-PE e suas afinidades com os fenômenos El Niño e La Niña, e verificou que no quadrimestre seco, correspondendo os meses de outubro a janeiro, não se verificou interferência de tais episódios e concluiu que os dias de ocorrência de chuva no Recife pouco são influenciados pelos fenômenos El Niño e La Niña, pois nos meses em que ocorrem maiores intensidades desses episódios, as chuvas ocorridas evidenciaram estabilidade. Resultados parecidos foram encontrados em estudos realizados por Medeiros *et al.* (2016) para o município de Bom Jesus do Piauí.

Nesse contexto Schaab (2018) concluiu em seu estudo que o impacto exercido na agricultura decorrente dos fenômenos que interferem no regime pluviométrico impacta sobre a

produtividade agrícola. Diante disto, é notável que o setor agrícola no Brasil é grande influenciador nas esferas da matriz de produção, e uma variação na sua demanda reflete em toda a economia.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi realizar um diagnóstico do comportamento dos registros pluviométricos na cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, materializados no período compreendido entre os anos de 1970 a 2019, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET.

2. MATERIAL E MÉTODOS

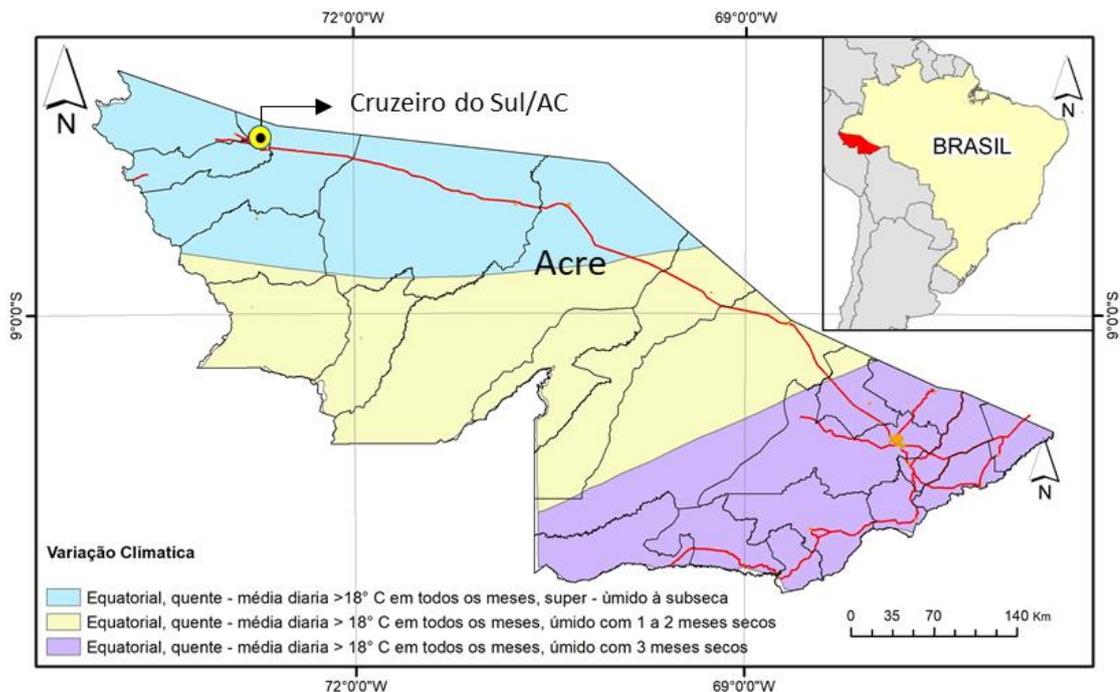
O município de Cruzeiro do Sul-AC (Figura 1) localiza-se na mesorregião Vale do Juruá, nas coordenadas geográficas de latitude 7° 37' 52" S e longitude 72° 40' 12" W. É a segunda cidade mais populosa do estado do Acre, com cerca de 90 mil habitantes e extensão territorial de 7.781,5 km² (IBGE, 2010), além de uma altitude média de 182 m em relação ao nível do mar. O clima predominante na região em estudo é classificado, segundo Köppen, como equatorial quente e úmido (Af), com temperatura média anual de aproximadamente 24,5 °C (MOREIRA *et al.*, 2020).

A classificação climática de Nimer (1979), destaca a influência da temperatura e da umidade na diversidade climática, baseando-se na climatologia dinâmica e no ritmo das massas de ar. De tal modo, para a região de estudo observa-se o tipo climático Equatorial Quente, com média diária de temperatura superior a 18°C em todos os meses, e com distribuição de umidade do tipo super úmido a subseco (Figura 1).

Essa região é dividida em dois períodos, um mais seco (maio a setembro) e um período notadamente chuvoso (outubro a abril). A precipitação média anual da região é de 2.000 mm e média mensal de 60 mm (MOREIRA *et al.*, 2016; MOREIRA *et al.*, 2019). Assim sendo, observa-se que entre as três zonas de variação de umidade identificadas na classificação de Nimer (1979), a região de Cruzeiro do Sul se destaca por ter a maior distribuição de umidade.

Os dados utilizados nesse trabalho foram de precipitação pluviométrica total mensal e anual, anotados para a cidade de Cruzeiro do Sul, durante o período de 1970 a 2019, gravados na estação meteorológica 82704 (7°38'S; 72°40'W, em *datum* WGS84), operada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (MOREIRA *et al.* 2019; SILVA *et al.*, 2020) (Figura 1). Ocorreram falhas pontuais dos registros nos anos de 1991 e 1992, correspondendo a 4% das informações, cujos valores mensais foram preenchidos pela média aritmética de números anteriores (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Figura 1: Localização da cidade de Cruzeiro do Sul e variação climática ao longo do estado do Acre (Fonte: SILVA et al., 2020).



No tocante à análise dos dados, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva que, de acordo com Lobato *et al.* (2018), são importantes ferramentas de análise exploratória para variáveis como a precipitação pluviométrica. Estatísticas como média e Coeficiente de Variação, além de técnicas gráficas forneceram elementos importantes de apoio à tomada de decisão no tocante ao comportamento da precipitação pluviométrica registrada para a cidade de Cruzeiro do Sul.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A precipitação pluviométrica total mensal e anual atinentes aos registros para a cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, no período compreendido entre os anos de 1970 e 2019, é representada através de um resumo descritivo, cujos resultados estão expostos na Tabela 1.

Ao avaliar as médias totais mensais e anuais dos 49 anos, verificou-se que na cidade de Cruzeiro do Sul há duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa (outubro a abril) e uma seca (maio a setembro) (Tabela 1). A determinação do período úmido e árido predominante em determinada região é importante, com relevância demonstrada em vários estudos, a exemplo daqueles executados por Pizzato *et al.* (2012), Silva *et al.* (2013), Mossini Junior *et al.* (2016)

que, avaliando a distribuição de precipitação de Cáceres-MT, Sapezal-MT e Nova Mutum-MT, simultaneamente, também conseguiram alcançar e definir de forma sinuosa quais estações para as devidas cidades analisadas de secas e chuvosas. Seus resultados se assemelham ao que se observou no presente estudo, em que as regiões analisadas apresentaram duas estações bem definidas, sendo elas o período de seca (maio a setembro) e o chuvoso (outubro a abril).

Tabela 2: Resumo descritivo das observações de precipitação pluviométrica total mensal e anual registradas em Cruzeiro do Sul, Acre, no período de 1970 a 2019.

Mês	Média (mm)	Mínima (mm)	Máxima (mm)	CV (%)
Janeiro	246,20	75,50	484,00	35,87
Fevereiro	246,20	61,80	454,80	35,71
Março	273,90	40,80	448,50	35,94
Abril	216,40	59,80	448,70	38,48
Maio	148,40	42,20	308,00	43,24
Junho	88,33	1,20	219,20	54,68
Julho	70,26	4,20	230,90	71,65
Agosto	77,28	10,50	194,70	46,62
Setembro	122,90	30,20	340,30	54,79
Outubro	196,70	62,60	508,70	47,49
Novembro	210,20	54,80	480,20	44,38
Dezembro	240,30	99,00	438,10	32,38
Anual	2.137,00	1.100,50	2.848,10	18,03

Ao avaliar as médias totais mensais e anuais dos 49 anos, verificou-se que na cidade de Cruzeiro do Sul há duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa (outubro a abril) e uma

seca (maio a setembro) (Tabela 1). A determinação do período úmido e árido predominante em determinada região é importante, com relevância demonstrada em vários estudos, a exemplo daqueles executados por Pizzato *et al.* (2012), Silva *et al.* (2013), Mossini Junior *et al.* (2016) que, avaliando a distribuição de precipitação de Cáceres-MT, Sapezal-MT e Nova Mutum-MT, simultaneamente, também conseguiram alcançar e definir de forma sinuosa quais estações para as devidas cidades analisadas de secas e chuvosas. Seus resultados se assemelham ao que se observou no presente estudo, em que as regiões analisadas apresentaram duas estações bem definidas, sendo elas o período de seca (maio a setembro) e o chuvoso (outubro a abril).

Do resumo descritivo apresentado na Tabela 2, nota-se que o mês de março apresentou maior valor médio de precipitação total mensal para o período em análise, enquanto o menor valor foi atribuído ao mês de julho, típico de um mês subseco, com precipitações superiores a 60 mm, construída a partir da classificação climática de Nimer (1979). Tal informação é ratificada na (Figura 2). Nota-se, ainda, que o mês de dezembro, com coeficiente de variação igual a 32,38%, apresentou menor variação em relação ao valor médio de precipitação total mensal e que, juntamente com janeiro, fevereiro e março representam os meses com as menores variações pluviométricas encontradas nesses 49 anos avaliados.

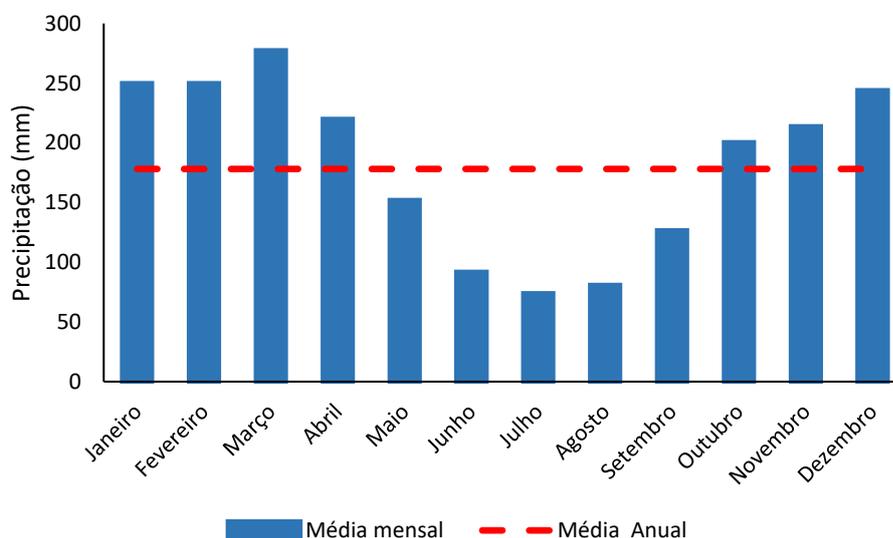
Por outro lado, constatou-se que a precipitação total mensal registrada para Cruzeiro do Sul apresentou uma grande variabilidade, com o coeficiente de variação compreendido no intervalo de 32,38% a 71,65%. Ficou evidente, ainda, que o maior valor ocorreu no período seco (baixo valor médio de precipitação total) e o menor estando associado ao período chuvoso.

Muitas são as causas que podem estar relacionadas a essa variabilidade verificada, incluídos os padrões de circulação atmosférica que prevalecem na região amazônica, além da influência de perturbações tanto em escala regional quanto global. Tais perturbações afetam o regime hidrológico da região em sua escala temporal (NOBRE *et al.*, 2007; NÓBREGA, 2014). Alguns processos tais como ENSO (El Niño – Oscilação Sul), ZCAS (Zona de Convergência do Atlântico Sul), AB (Alta da Bolívia) entre outros podem estar relacionados à variabilidade verificada, uma vez que o estudo sugerido por Santos *et al.* (2013) mostrou como parte de suas conclusões que fenômenos como estes influenciam o regime pluviométrico da Amazônia, onde está localizado a região em estudo. Além disso, verificou-se que a cidade de Cruzeiro do Sul apresentou valor médio da precipitação total anual de 2.137 mm para o período em destaque.

Em relação ao período de maior e menor concentração das chuvas, Silva *et al.* (2019) apresentam como parte de suas conclusões que o regime pluviométrico da região que abrange o município de Goiana, no estado de Pernambuco, é diferente dos resultados encontrados no

presente estudo. O referido estudo concluiu que o mês de junho é o mais chuvoso enquanto o mês de novembro é o que apresenta menor volume pluviométrico. Já o estudo conduzido por Bortoluzzi *et al.* (2019) obteve conclusões semelhantes ao presente estudo no regime de precipitação pluvial registrado na cidade de Gaúcha-PR, onde o comportamento da precipitação provável mensal, apresentaram chuvas bem distribuídas sobre o domínio (setembro a março) e os meses mais secos (correspondentes ao inverno). As ponderações revelam a importância de estudos em escala regional frente ao planejamento de atividades influenciadas pelo regime pluviométrico, especialmente nos projetos voltados ao setor agrícola, haja visto as particularidades de cada cultura e região.

Figura 2. Precipitação pluviométrica com média mensal entre janeiro e dezembro. E média anual para os anos 1970 a 2019.



No período analisado, o mês que teve a menor precipitação foi o de julho, com 70,3 mm (Figura 2), enquanto o mês que se teve a maior precipitação foi o mês de março, com 273,9 mm. Percebeu-se ainda que os meses tiveram distantes da média anual, tanto para mais quanto para menos, confirmando um período mais seco (maio a setembro) e um período notadamente chuvoso (outubro a abril). O município de Cruzeiro do Sul apresentou, durante a série histórica avaliada, média mensal anual de precipitação pluviométrica de aproximadamente 178,1 mm, representada pela linha pontilhada na Figura 2.

Os resultados evidenciam, adicionalmente, que os meses em que foram registradas as maiores médias mensais foram dezembro, janeiro, fevereiro e março, sendo que o mês de março apresentou o maior total médio de precipitação mensal, com 273,9 mm, enquanto o mês de julho observou-se a menor média, com 70,3 mm. Resultados parecidos foram encontrado como

parte das conclusões do trabalho apresentado por Souza *et al.* (2018), que obteve-se uma média anual de precipitação de 1.017,11 mm, com alta variabilidade entre os anos em estudo, e que o mês com maior média de precipitação foi dezembro e menor foi observado no mês de julho. Resultados inversos são encontrados por Bezerra *et al.* (2010) concluindo que as variabilidades da precipitação mensal para o município de Porto Velho-RO entre os decênios, em todos os meses, não ultrapassaram 85 mm nos meses chuvosos e apenas 28 mm nos meses de estiagem.

4. CONCLUSÕES

Os resultados do presente estudo permitiram concluir que os registros pluviométricos na cidade de Cruzeiro do Sul apontam um período seco, compreendido de maio a setembro e um período notadamente chuvoso, de outubro a abril. Para a série estudada obteve-se um total de precipitação mensal médio anual de 178,1 mm para cada mês, tendo o mês de março o maior valor médio de precipitação total mensal para o período em análise, enquanto o menor valor foi registrado para o mês de julho.

Os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março são os meses que apresentam as menores variações pluviométricas para os 49 anos avaliados, com coeficiente de variação menor ou igual a 35,94%. Além disso foi verificado que a precipitação mensal registrada para Cruzeiro do Sul apresentou grande variabilidade, com intervalo de 32,38% a 71,65% no coeficiente de variação, tendo o maior valor atribuído ao período seco (baixo valor médio de precipitação total) e o menor associado ao período chuvoso.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, J. O.; PEREIRA, P. C.; QUEIROZ, M. G.; SILVA, T. G. F.; FERREIRA, J. M. S.; JÚNIOR, G. N. A. Índice de anomalia de chuva para diferentes mesorregiões do estado de Pernambuco. **Pensar Acadêmico**, v.14, n.1, p.37-47, 2016.
- BEZERRA, R. B.; DANTAS, R. T.; TRINDADE, A. G. Caracterização temporal da precipitação pluvial do município de Porto Velho/RO no período de 1945 a 2003. **Sociedade & Natureza**, v.22, n.3, p.609-623, 2010.
- BORTOLUZZI, D. D'O.; PRADO, G.; HARA, A. T.; SOUZA, A. C. S. Precipitação mensal provável no noroeste do Paraná. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, v.13, n.2, p.3314 - 3326, 2019.
- BRITTO, P. F.; BARLETTA, R.; MENDONÇA, M. Variabilidade espacial e temporal da precipitação pluvial no Rio Grande do Sul: influência do fenômeno El Niño Oscilação Sul. In: **Revista Brasileira de Climatologia**, v.3/4, p.37- 48, 2008.

COUTINHO, E. de C.; ROCHA, E. J. P.; LIMA, A. M. M.; GUTIERREZ, L. A. C. L.; BARBOSA, A. J. S. B.; PAES, G. K. A. A.; BISPO, C. J. C.; TAVARES, P. A. Variabilidade climática da precipitação na bacia amazônica brasileira entre 1982 e 2012. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 22, p.476-500, 2018.

DINIZ, J. M. T., Variabilidade da precipitação e do número de dias com chuvas de duas cidades distintas da Paraíba, **Holos**, v. 3, p. 171-180, 2013.

FREITAS, A. R. P.; PAIVA, L. E. B. Revisão da produção científica internacional de brasileiros acerca das mudanças climáticas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. v. 12, n. 3, p.95-113, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acessado em 04 de janeiro de 2021.

LOBATO, W. T. S.; ALMEIDA, G. M.; ALVES, K. N. A.; SOUZA, A. M. B.; LIMA, B. M.; LIMA, E. S. F.; SOUZA, A. A. S.; LIMA, M. J. A. Precipitação pluviométrica mensal e anual do município de Tracuateua, Pará. **Agroecossistemas**, v.10, n.2, p.255-272, 2018.

MARIN, F. R.; SENTELHAS, P. C.; NOVA, A. V. Influência dos fenômenos El Niño e La Niña no clima de Piracicaba, SP. In: **Revista Brasileira de Meteorologia**, v.15, n.1, p.123-129, 2000.

MEDEIROS, R. M. Mudanças do ENSO com relação à precipitação e dias com chuva em Recife - PE, Brasil. **Revista Mirante**, v.11, n.8, p.222 – 240, 2018.

MEDEIROS, R. M.; BRITO, J. I. B.; SILVA, V. M. A.; MELO, V. S.; COSTA NETO, F. A. El Niño/La Niña e sua influência no número de dias com chuva em Bom Jesus – Piauí, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.11, n.2, p.16-23, 2016.

MOREIRA, J. G. V.; CRAVEIRO, R. L.; SERRANO, R. O. P.; FORMOLO, A. K. Temporal trend and frequency of maximum precipitations in Cruzeiro do Sul, Acre, Brazil. **Nativa**, v. 4, n. 2, p. 97-102, 2016.

MOREIRA, J. G. V.; AQUINO, A. P. V.; MESQUITA, A. A.; MUNIZ, M. A.; SERRANO, R. O. P. Stationarity in Annual Daily Maximum Streamflow Series in the Hydrographic Basin of the Upeer Jurá River, Western Amazon. **Revista Brasileira de Geografia Física**. V. 12, n. 2, p. 705-713, 2019.

MOREIRA, J. G. V.; MUNIZ, M. A.; MAIA, G. F. N.; MESQUITA, A. A.; PEREIRA, L. B.; SERRANO, R. O. P. Franquency Analysis of maximum flows recorded in the upper Jurua river basin, Acre, Brazil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 7, n. 2, p. 23-36, 2020.

MOSSINI JUNIOR, D., RAMOS, H.C., DALLACORT, R., SILVA, F.S. distribuição e probabilidade de precipitação para Nova Mutum, Mato Grosso, Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, v. 13, n. 24, p. 435-447, 2016.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. Mudanças climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 59, n. 3, p. 22-27, 2007.

NÓBREGA, R. S. Impactos do desmatamento e de mudanças climáticas nos recursos hídricos na Amazônia ocidental utilizando o modelo SLURP. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 29, n. esp., p. 111-120, 2014.

NIMER, E. Um modelo metodológico da classificação de climas. **Revista Brasileira de Geografia - IBGE**, v. 41, n. 4, p. 59-89, 1979.

OLIVEIRA, L. F. C.; FIOREZE, A. P.; MEDEIROS, A. M. M.; SILVA, M. A. S. Comparação de metodologias de preenchimento de falhas de séries históricas de precipitação pluviométrica anual. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 14, n. 11, p. 1186-1192, 2010.

PIZZATO, J. A.; DALLACORT, R.; TIEPPO, R. C.; MODOLO, A. J.; CREMON, C.; MOREIRA, P. S. P. Distribuição e probabilidade de ocorrência de precipitação em Cáceres (MT). **Revista Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 42, n. 2, p. 137-142, 2012.

SANTOS, D. C.; MEDEIROS, R. M.; CORREIA SANTOS, D.; BRITO, J. I. B. Variabilidade climática de regiões pluviométricamente homogêneas na Amazônia Ocidental. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 6, n. 4, p. 903-918, 2013.

SANTOS, R. A.; MARTINS, D. L.; SANTOS, R. L. Balanço hídrico e classificação climática de Köppen e Thornthwaite no município de Feira de Santana (BA). **Geo UERJ**, n.33, p.1-17, 2018.

SCHAAB, L. L. Impacto dos efeitos El Niño e La Niña sobre o setor agrícola brasileiro: uma análise de insumo-produto. **Revista da FAE**, v.21, n.2, p.131-146, 2018.

SILVA, J. R. S.; MESQUITA, A. A.; SERRANO, R. O. P.; MOREIRA, J. G. V. Produtividade de mandioca na mesorregião Vale do Juruá, Acre, Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, v.17, n.33, p.381-391, 2020.

SILVA, E. G. F. A.; POLYCARPO, J. S. M.; MELO, R. F.; MOUSINHO, F. H. G.; OLIVEIRA FILHO, J. E.; CORREA, M. M. Determinação de precipitação provável mensal para o município de Goiana-PE. **Revista GEAMA**, v. 5, n. 1, p. 41-46, 2019.

SILVA, E. S., ZAVISLAK, F. D., DALLACORT, R., CARVALHO, M. A. C., ARAUJO, D. V. Distribuição de probabilidade de chuva no município de Sapezal, MT. **Enciclopédia Biosfera**, v.9, n.17, p.1112-1122, 2013.

SOUZA, D. O.; OLIVEIRA, F. G.; CASTRO, I. L.; SOARES, J. B. S.; REIS, M. M.; FIGUEIREDO, F. P. Frequência de ocorrência de precipitação pluviométrica em Montes Claros-MG. **Revista Agrarian**, v.11, n.42, p.337-342, 2018.



AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A BIODIVERSIDADE DA REGIÃO

Saimon Lima de Britto¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5168-8747>

¹Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG); Fiscal Ambiental do Instituto Natureza do Tocantins; Araguaína, Tocantins, Brasil.

*saimonlima@live.com

Recebido em: 24/03/2021; Aceito em: 18/06/2021; Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.4697>

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a importância das unidades de conservação do norte do Estado de Tocantins para a proteção da biodiversidade local. Na pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, a confecção de mapas para melhor retratar a pesquisa, além de trabalho de campo na região. Foi diagnosticado a presença de seis unidades de conservação na região norte do Estado do Tocantins, cada uma delas com sua importância específica para a região, tais como a preservação da fauna e da flora da área de transição dos biomas Cerrado e Amazônia, a presença indígena vinculada a preservação ambiental e as áreas de uso sustentável que unem preservação ambiental com ações antrópicas.

Palavras – chave: Unidades de Conservação; Estado do Tocantins; Biodiversidade; Bioma Cerrado; Bioma Amazônia.

ENVIRONMENTAL CONSERVATION UNITS IN THE NORTH OF THE STATE OF TOCANTINS AND THEIR IMPORTANCE FOR THE BIODIVERSITY OF THE REGION

ABSTRACT

This research aims to analyze the importance of conservation units in the north of the State of Tocantins for the protection of local biodiversity. In the research, a bibliographic survey was carried out on the subject, the making of maps to better portray the research, in addition to fieldwork in the region. The presence of six conservation units in the northern region of the State of Tocantins was diagnosed, each one with its specific importance for the region, such as the preservation of fauna and flora in the transition area of the Cerrado and Amazon biomes, the indigenous presence linked to environmental preservation and sustainable use areas that combine environmental preservation with anthropic actions.

Keywords: conservation units; Tocantins State; biodiversity; savanna biome; Amazon biome.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins; Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (NEPAT/IESA/UFG); Membro do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários (NURBA/UFT); Fiscal Ambiental do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins.

LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN AMBIENTAL EN EL NORTE DEL ESTADO DE TOCANTINS Y SU IMPORTANCIA PARA LA BIODIVERSIDAD DE LA REGIÓN

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la importancia de las unidades de conservación en el norte del estado de Tocantins para la protección de la biodiversidad local. En la investigación se realizó un relevamiento bibliográfico sobre el tema, la elaboración de mapas para retratar mejor la investigación, además del trabajo de campo en la región. Se diagnosticó la presencia de seis unidades de conservación en la región norte del Estado de Tocantins, cada una con su importancia específica para la región, como la preservación de fauna y flora en el área de transición de los biomas del Cerrado y Amazonas, la presencia indígena vinculada a la preservación ambiental y áreas de uso sustentable que combinan la preservación ambiental con acciones antrópicas.

Palabras clave: Unidades de Conservación; Estado de Tocantins; biodiversidad; bioma de la sabana; Amazon Biome.

1 - INTRODUÇÃO

As práticas humanas estão cada vez mais destruindo os recursos naturais essenciais à vida na Terra, a produção capitalista, bem como o aumento populacional, pressiona o meio ambiente, que não consegue se recuperar na mesma velocidade em que é destruído / consumido. Gradualmente precisamos implementar práticas sustentáveis em nosso cotidiano, com vistas a manter a vida, mas não somente, mas também a vida com qualidade, e para isso precisamos respeitar e preservar o ciclo natural dos nossos biomas, fauna e flora.

Dessa forma a criação de Unidades de Conservação (UC) são ferramentas indispensáveis para essa preservação ambiental da biodiversidade e o uso sustentável consciente, porém essas áreas devem ser implantadas integralmente, ou seja, na lei e na prática, paralelo a educação ambiental com a população envolvida na criação dessas áreas para que assim possam participar desse processo entendendo sua importância. O Estado do Tocantins está localizado na região norte do Brasil, tem todo o seu território inserido na Amazônia Legal¹ e no MATOPIBA².

De acordo com Júnior, Coutinho e Freitas (2009, p. 25):

Ao longo dos anos 80 do século XX, a preocupação com a conservação da biodiversidade do planeta adquiri importância internacional diante das

¹ A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região. (Ipea, 2021).

² O MATOPIBA é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados (MA + TO + PI + BA). Se destaca pelo cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão (Embrapa, 2021).

emergências de suas situações: a comunidade científica começa a identificar novo processo de extinção de espécies com taxas muito elevadas, particularmente nos trópicos, e a ciência descobre novos usos e aplicações para a biodiversidade biológica, como matéria-prima para modernas biotecnologias em atividades econômicas. (JÚNIOR, et al, 2008, p. 25).

Dois pontos chave são identificados na fala dos autores, onde se diz que “novo processo de extinção de espécies com taxas muito elevadas”, ou seja, uma ameaça veemente de extinção da vida humana na terra através dos desequilíbrios biológicos do sistema e, “a ciência descobre novos usos e aplicações para a biodiversidade biológica, como matéria-prima para modernas biotecnologias em atividades econômicas” deixando claro a importância econômica para a comunidade mundial na fabricação de fármacos, cura e tratamento para doenças, cosméticos, entre outros.

Segundo Associação O Eco (2014), a diversidade biológica ou biodiversidade é o grau de variação da vida. Definida em termos de genes, espécies e ecossistemas. No seu uso comum, o termo é usado para descrever o número e a variedade dos organismos vivos. Ou seja, a importância da biodiversidade vai além das possibilidades econômicas, mas em especial para a preservação da vida na Terra como a conhecemos. Para Wilson (P.1, 1997) a biodiversidade se define:

Biodiversidade é toda variação em todos os níveis de organização, desde os genes dentro de uma simples população local ou espécie, até as espécies que compõem parte de uma comunidade local e, finalmente, as próprias comunidades que compõem a parte viva dos ecossistemas multiforiais do mundo. A chave precisa para a efetiva análise da biodiversidade está em cada nível de organização que está sendo discutido (WILSON, p.1, 1997. Apud. OLIVEIRA; MARANDINO).

Região de transição do bioma Cerrado para o bioma Amazônia, a região trata-se de grande variedade de espécies endêmicas, rica em biodiversidade. A pesquisa se faz importante pelas particularidades locais e regionais, essas por sua vez incluem aldeias indígenas, pequenas cidades, espécies endêmicas, e ao mesmo tempo uma região totalmente incluída na última fronteira agrícola, o MATOPIBA, recebendo grande pressão do agronegócio moderno e globalizado. Propõe – se através do reconhecimento e caracterização dessas áreas uma maior conservação e preservação ambiental, através das Unidades de Conservação (UC), dessas áreas abundantes em biodiversidade.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise da importância das Unidades de Conservação (UC) para a biodiversidade da região norte do Estado do Tocantins. Foi realizado a especificação de cada UC presente na região norte do Estado do Tocantins levando em

consideração que se trata de uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, e por fim comentar sobre a presença indígena na região e suas relações com essas áreas protegidas por lei para preservação da fauna e da flora.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

2.1 – Aspectos Teóricos

As Unidades de Conservação (UC) se constituem em um meio mais que importante para a preservação da natureza. Através delas ações antrópicas são evitadas, pois, são áreas protegidas por leis e fiscalizadas pelos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, cada um dentro da sua jurisdição. Dentro delas o controle é rígido, pois dependendo da classificação nenhuma atividade pode ser desenvolvida dentro dessas áreas. Sobre as Unidades de Conservação, de acordo com Garbalini (2011, p.7):

As Unidades de Conservação constituem o meio para o estudo e preservação da fauna e flora nativas de um bioma e caracteriza-se como importante instituto na proteção ambiental e compatibilização do uso dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico, social e turístico de uma região. (GARBALINI, 2011, P.7).

Garbalini esclarece de forma clara e sucinta a importância das Unidades de Conservação e sua função social voltada para os estudos e preservação da fauna e da flora, bem como a compatibilização do uso dos recursos naturais, em alguns casos. Sobre a criação e implantação das Unidades de Conservação, ainda de acordo com Garbalini (2011):

O desafio está na efetiva implementação destas unidades de conservação, as quais são criadas por atos do poder público, mas, corriqueiramente, não são concretizadas as medidas necessárias para a sua regular existência, como a elaboração do plano de manejo, a constituição do conselho e a regularização fundiária, quando for o caso. (GARBALINI, 2011, p. 5).

A autora ressalta a “efetiva implantação” das unidades de conservação, uma vez que são implantadas mediante leis, decretos e normas, porém, na prática, faltam investimentos do poder público em efetivar essas unidades de conservação com a elaboração e aplicação do plano de manejo, a instituição e atuação dos conselhos ambientais, municipais, estaduais e federais e as regularizações fundiárias existentes na maioria desses procedimentos. Outro ponto relevante para a implantação efetiva dessas áreas é o fortalecimento dos órgão ambientais fiscalizadores. Ainda sobre a implantação de Unidades de Conservação Baptista e Oliveira (2002) afirmam que:

A instituição de Unidades de Conservação se dá por ato do poder público, devendo ser realizados estudos técnicos prévios para que se determinem sua localização, sua dimensão e seus limites. É interessante notar que uma vez instituída uma Unidade de Conservação, mesmo através de um decreto ou de uma norma inferior, sua extinção ou redução somente pode ser feita através de lei específica. (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2002, p.20).

Vemos que após sua instituição por ato do poder público, as Unidades de Conservação só podem ser extintas mediante aprovação de lei, ou seja, deve passar novamente pelo poder legislativo, o que torna a criação mais fácil do que sua extinção. Essa ferramenta jurídica se dá justamente para evitar que Unidades de Conservação já criadas sejam extintas em prol de interesses particulares que por ventura se dão com as mudanças de governos.

De acordo com Chiavenato (1991, p.10) em seu livro, O Massacre da Natureza, diz que “A Terra é frágil. Melhor, ficou frágil.”, o autor se refere ao uso exaustivo que o ser humano faz do nosso planeta Terra, pois afirma que não “é” “ficou”, devido a intensidade dos usos dos recursos naturais que não permitem que a natureza se recomponha em tempo hábil para estar disponível novamente para a humanidade. Para Castro Junior (et al, 2009):

Pensando além das razões ambientais, socioeconômicas e políticas relacionadas a conservação ambiental, a complexidade que enreda a materialidade da biodiversidade cria desafios conceitual-teóricos no debate sobre a conservação do meio ambiente e seu uso sustentável pelo sistema capitalista de produção (CASTRO JR. ET AL. 2009).

O autor pontua um equilíbrio difícil de ser colocado em prática, a conservação do meio ambiente com o uso sustentável pelo sistema capitalista de produção. Isso porque sabemos que o sistema capitalista visa unicamente o lucro, a produção do mais valor para a acumulação do capital e isso significa custos baixos de produção o que dificilmente irá estar alinhado com o uso sustentável dos recursos naturais.

Em 18 de julho de 2000, foi instituída a Lei Federal nº 9.985 que Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esse sistema estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no país. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. (BRASIL, 2018).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, na categorização do SNUC, são 12 os tipos de Unidades de Conservação, e são divididos em dois grupos as “Unidades de Proteção Integral” e as “Unidades de Uso Sustentável”. Essa categorização se dá para melhor gestão e controle de uso e proteção dessas áreas, na tentativa de mitigar ao máximo os impactos ambientais causados pela ação humana. Segue quadro 1 com as divisões por grupos de UC.

Quadro 1.: Tipos de Unidades de Conservação

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2018). Org. Saimon Lima de Britto, (2018).

De acordo com o MMA (2018), as Unidades de Proteção Integral têm como principal objetivo a proteção da natureza, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto dos recursos naturais são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, aulas campo, educação ambiental, entre outras.

Já as Unidades de Uso Sustentável, ainda de acordo com o MMA (2018), são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada. Atividades nessas áreas requerem licenciamento ambiental ou anuência dos órgãos ambientais competentes.

2.2 – Aspectos Metodológicos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, que serviu para embasar e conduzir a pesquisa. De acordo com Leite (2008, p.47) “A pesquisa bibliográfica é fundamental, pois, além de ser autônoma, isto é, independente das outras, serve de base, de alicerce para o fundamento e alcance dos objetivos dos outros tipos de pesquisa.”. Foram realizadas catalogação de obras literárias, bem como leis, decretos e normas que tratam da temática.

Também foram realizadas análises e confecções de mapas da região norte do Estado do Tocantins referente aos biomas em questão e a identificação e localização das referidas Unidades de Conservação. Para complementar a pesquisa foi usada informações de sites de órgãos oficiais do governo do Estado do Tocantins e do Governo Federal, além de trabalhos de campo na região para análise visual da paisagem e registros fotográficos. No mais foi realizado um levantamento dos tipos e conceitos de Unidades de Conservação presentes na região ressaltando suas importâncias socioambientais como um todo.

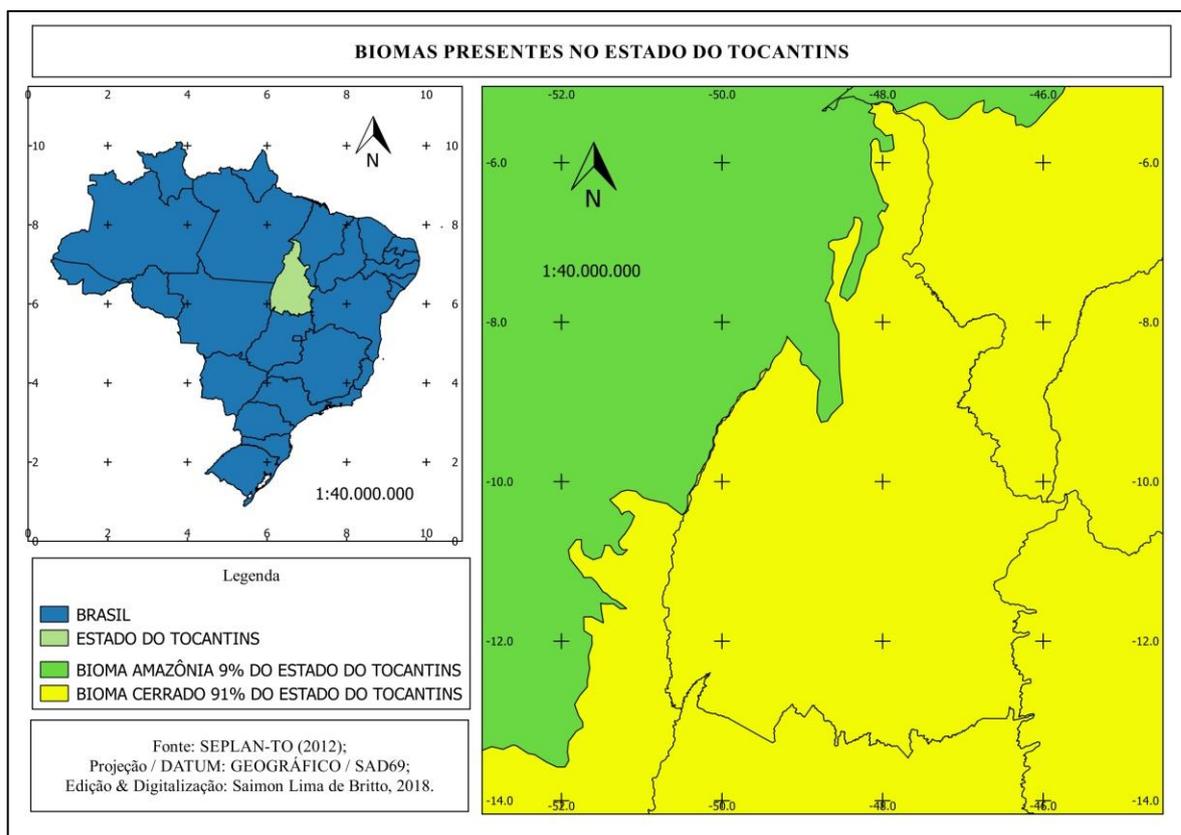
3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 – Caracterizações da área de estudo

É importante detalhar cada tipo de Unidade de Conservação presente na região norte do Estado do Tocantins. Dos 12 tipos de UC's existentes no Brasil, a região norte do Estado do Tocantins possui quatro tipos de Unidades de Conservação de *Uso Sustentável*, são três Áreas de Proteção Ambiental (APA), e uma Reserva Extrativista (RESEX) e uma UC de *Proteção Integral*, o Monumento Natural. A referida região também contém duas Reservas Indígenas, que não constam na lista de Unidades de Conservação, possui legislação própria, porém é de grande importância para a preservação da biodiversidade. Para melhor entendimento a seguir vamos compreender qual o papel de cada uma dessas áreas.

Para entendermos o quão importante são essas áreas de preservação da natureza, não podemos deixar de explicar sobre os biomas presentes na referida região. O Estado do Tocantins está localizado na região Norte do Brasil e tem seu território coberto por 91% de bioma Cerrado e 9% de bioma Amazônia. Por se tratar de zona de transição entre os dois biomas, a região também é rica em espécies endêmicas, tanto da fauna como da flora. Segue Figura 1 do Mapa dos Biomas presentes no Estado do Tocantins.

Figura 1: Mapa dos Biomas Presentes no Estado do Tocantins



Fonte: Seplan-TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2018).

A forte presença do bioma Cerrado e a parcela de bioma Amazônia fazem com que haja a necessidade de criação de Unidades de Conservação, ora pelo Estado, ora pelos Municípios, ou pelo Governo Federal no intuito de preservar a biodiversidade garantindo a qualidade e a manutenção da vida. A região norte do Estado do Tocantins comporta a transição entre os biomas e merece toda nossa atenção em relação às Unidades de Conservação presentes nessa área.

3.1.1 O Bioma Amazônia

O bioma Amazônia é o maior bioma do Brasil, com território de 4,196.943 (quatro milhões, cento e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e três) km², crescem 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas das 100 mil da América do Sul (BRASIL, 2018). Do território tocantinense 9% são de bioma Amazônia. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2018), a bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, cobre cerca de 6 milhões de km² e têm 1.100 afluentes. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região

para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água a cada segundo.

Seus recursos naturais incluem enormes estoques de madeira, borracha, castanha, peixe e minérios, por exemplo, e representam uma abundante fonte de riqueza natural. A região abriga também grande riqueza cultural, principalmente provindos das comunidades tradicionais, como é o caso dos indígenas, incluindo o conhecimento tradicional sobre os usos e a forma de explorar esses recursos naturais sem esgotá-los nem destruir o habitat natural.

O ecossistema local é frágil, a floresta vive a partir de seu próprio material orgânico, e seu delicado equilíbrio é extremamente sensível a quaisquer interferências. Os danos causados pela ação antrópica são muitas vezes irreversíveis. A demais, a riqueza natural da Amazônia se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização. Desta forma, o uso dos recursos florestais é estratégico para o “desenvolvimento” da região.

3.1.2 O Bioma Cerrado

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018), o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 (dois milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito) km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre 15 Estados, entre eles o Estado do Tocantins com 91% de seu território coberto pelo bioma cerrado. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul, Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata, o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

O MMA (2018) afirma que do ponto de vista da diversidade biológica, o cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 (onze mil seiscentos e vinte e sete) espécies de plantas nativas já catalogadas. O Cerrado apresenta extrema abundância de espécies endêmicas, que sofre uma excepcional perda de seu habitat através das grandes lavouras, especialmente de soja e silviculturas de eucalipto. Essa situação se agravou com a implantação do território do MATOPIBA, onde o bioma cerrado se vê ameaçado com o avanço das grandes produções de grãos.

Ainda de acordo com os dados oficiais do MMA (2018), são elevados os números de espécies no Cerrado, 199 espécies de mamíferos são conhecidas, a avifauna compreende cerca de 837 espécies, cerca de 1200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos

para anfíbios e répteis, 28% e 17%, respectivamente. De acordo com estimativas recentes, o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros, camponeses, entre outros, que juntas fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e tocantinense, e que detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade. Esse conhecimento empírico vai passando de geração a geração, porém, também está ameaçado juntamente com extinção dos povos e comunidades tradicionais.

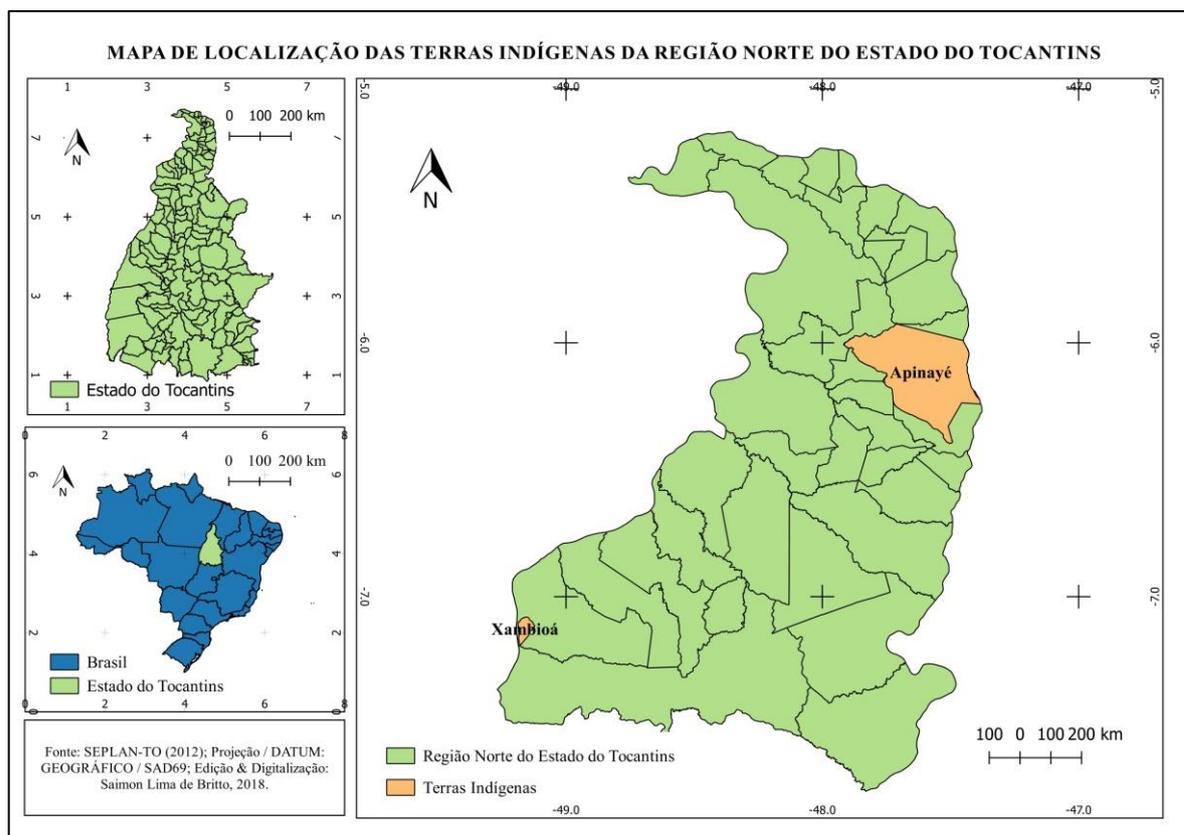
3.2 – Terras Indígenas na Região Norte do Estado do Tocantins

A região norte do Estado do Tocantins possui duas Terras Indígenas, que não são Unidades de Conservação, pois possui sua legislação própria através da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6001 de 1973 (Estatuto do Índio) e do Decreto Federal nº 1775 de 1996, porém, as Terras Indígenas acabam funcionando como uma UC, vez que sua instituição e demarcação para uso exclusivo dos indígenas acabam por proteger a fauna, a flora e os recursos hídricos, essenciais para a manutenção da cultura e sobrevivência dos indígenas.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins – Seplan-TO (2012) as Terras Indígenas são áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Ainda de acordo com a Seplan-TO (2012) as Terras Indígenas presentes no norte do Estado do Tocantins são, a Terra Indígena Apinajé ocupada tradicionalmente pela etnia Apinajé e a Terra Indígena Xambioá ocupada tradicionalmente pelas etnias Guaraní e Karajá. O Decreto Federal s/n de 03 de Novembro de 1997 homologa a demarcação administrativa das Terras Indígenas Apinajé e Xambioá. Segue figura 2 com o mapa de localização das Terras Indígenas da região norte do Estado do Tocantins.

Figura 2: Mapa de localização das Terras Indígenas da região norte do Estado do Tocantins



Fonte: Seplan – TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2018).

De acordo com informações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2018) a Terra Indígena Apinajé possui 141.904,2092 hectares de área demarcada e se localiza em cinco municípios tocantinenses, são eles, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha, São Bento do Tocantins e Tocantinópolis, já a Terra Indígena Xambioá possui uma área de 3.326,3502 hectares e se localiza no Município de Santa Fé do Araguaia – TO.

3.3. Unidades de Conservação no Norte do Estado do Tocantins

De acordo com Coelho, et al. (2009, p. 78) “As unidades de conservação são criadas por força de lei e consolidadas por práticas e instituições regulatórias criadas e mantidas por indivíduos ou grupos sociais, acordadas e legitimadas pelo Poder Público” é importante observar que a proteção de áreas sejam públicas ou privadas se dá sempre com aval do poder público e suas agências e instituições fiscalizadoras e reguladoras.

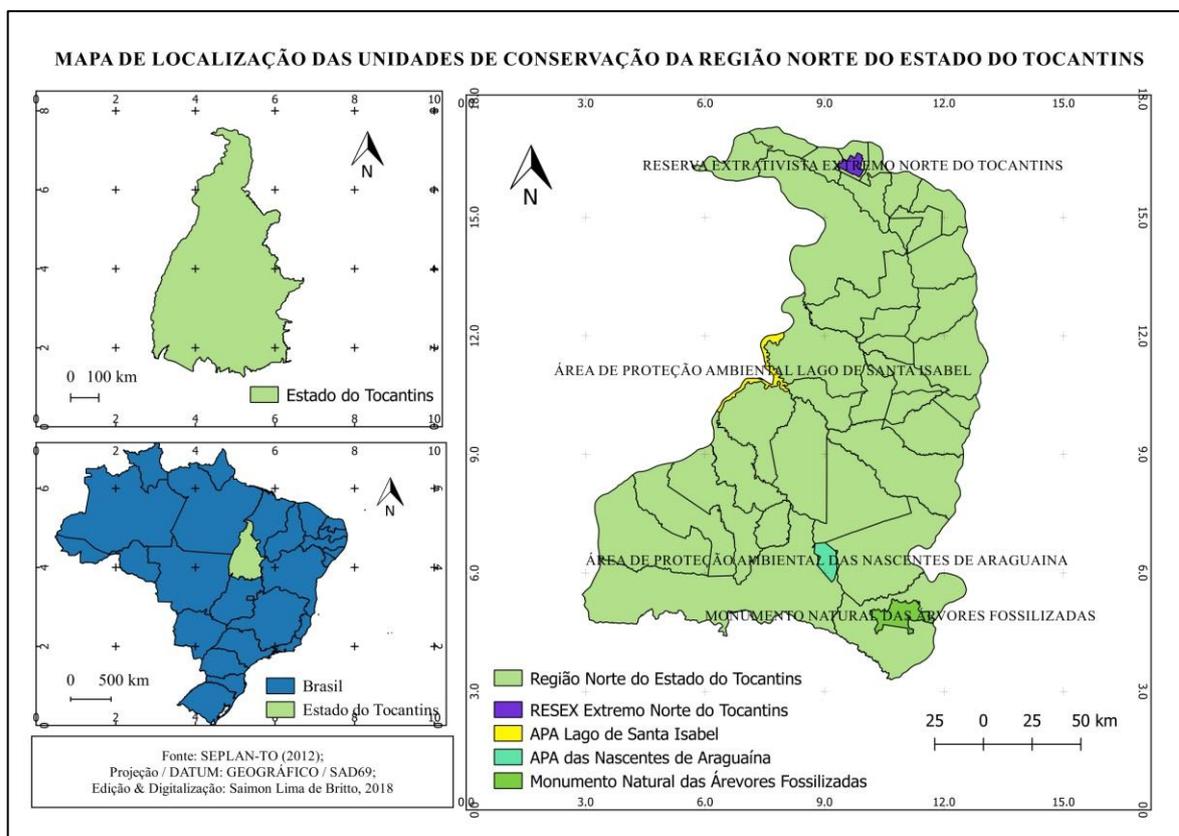
Muitos são os desafios tanto para implantação, como para a preservação dessas áreas, pois são diversos os conflitos sociais presentes nesses processos, uma vez que envolvem interesses públicos e privados de donos de terras, produtores rurais, prefeituras, comunidades

tradicionais, entre outros. Geralmente, proprietários de terras que possuem em suas propriedades uma UC, se sentem prejudicados por não poderem usar sua terra de forma integral, uma vez que ao ser reconhecida como uma Unidade de Conservação a área passa a ser tutelada pelo estado e nada pode ser feito sem o consentimento justificado deste.

Em 5 de abril de 2005 o Governo do Estado do Tocantins instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades que o constituem. O SEUC é um sistema que faz a gestão das Unidades de Conservação no âmbito Estadual contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, a proteção das espécies endêmicas e contribuindo para a preservação e a restauração da diversidade dos ecossistemas.

O SEUC é composto pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN, o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS e os órgãos Municipais Ambientais. Segue figura 3 do Mapa de localização das Unidades de Conservação na região norte do Estado do Tocantins.

Figura 3: Mapa de localização das Unidades de Conservação na região norte do Estado do Tocantins.



Fonte: IBGE (2018). Org. Saimon Lima de Britto (2018).

Atualmente a região Norte do Estado do Tocantins possui 6 Unidades de Conservação, algumas já implantadas, outras apenas demarcadas e fixadas em Lei. São elas, a saber: a Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína; a Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel; o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins; a Reserva Extrativista Extremo Norte do Estado do Tocantins; a Área de Proteção Ambiental Sapucaia; a Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari. Essas duas últimas não constam no mapa por falta de dados geográficos nos órgãos oficiais IBGE e Seplan-TO. O SEUC tem o papel importante na gestão dessas áreas, inclusive na inter-relação com as comunidades locais. A seguir especificaremos cada uma das Unidades de Conservação presentes na referida região com base nas informações técnicas dos órgãos oficiais.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2018), a Área de Proteção Ambiental (APA) é de Uso Sustentável, área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas. Nessas áreas é permitido o uso sustentável, através de licenciamentos ambientais dos órgãos competentes, quando couber. A seguir listaremos as APA's presentes na região norte do Estado do Tocantins e detalharemos cada uma delas.

A **Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína** foi criada pelo Governo do Estado do Tocantins em 09 de dezembro de 1999, através da Lei Estadual nº 1.116, localiza-se em sua maior parte no município de Araguaína. Contém uma área de 15.821,50,00 ha, localizada nos municípios de Araguaína, Babaçulândia e Wanderlândia. Ocupa uma área de remanescentes de floresta amazônica (1,53%), com um cerrado mais denso, típico da região de transição dos biomas, com (98,47%) de cerrado.

A APA das Nascentes de Araguaína, como o próprio nome já diz, tem por finalidade proteger as nascentes, os cursos d'água, a flora e os recursos naturais com potencial turístico, de forma a garantir o seu aproveitamento equilibrado, sustentável e compatível com a conservação de ecossistemas locais. Esta APA apresenta um elevado grau de antropização e nesse sentido o Conselho Gestor da APA contribui na proposição de programas de recuperação de nascentes e matas de galeria profundamente alteradas, bem como outros programas de educação ambiental e projetos voltados para a produção sustentável.

A **Área de Proteção Ambiental Sapucaia** fica localizada no município de Piraquê – TO e contém uma área de 17.208,80 hectares, foi criada pela Lei Municipal de nº 104 de agosto de 2004.

A **Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel** foi criada pelo governo do Estado do Tocantins através do Decreto nº 1.558 de agosto de 2002 e tem uma área de 18.608,1500 hectares, localiza-se nos municípios de Ananás, Riachinho, Xambioá e Araguaianã. Foi criada com a finalidade de proteger e conservar as diversidades biológicas e disciplinar o processo de ocupação das áreas de entorno do reservatório a ser formado pela futura usina hidrelétrica de Santa Isabel.

A **Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari** fica localizada no município de Araguatins-TO e foi criada pela Lei Municipal de nº 806 de dezembro de 2002. A APA do Rio Taquari contém uma área total de 26.152 hectares (vinte e seis mil, cento e cinquenta e dois hectares), e fica na microbacia do Rio Taquari. De acordo com a referida Lei, em seu inciso 1º a APA tem por objetivo “proteger a qualidade das águas e as vazões do manancial que abastece a cidade de Araguatins, assegurando as condições de sobrevivência necessárias para a população humana”.

A Unidades de Proteção Integral presente no norte do Tocantins é o Monumento Natural, detentor de patrimônio natural ímpar, singular ou raro, que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2018):

É área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC. (BRASIL, 2018).

O **Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins** – MONAF é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, instituída pelo Estado do Tocantins através de Lei Estadual de nº 1.179 de 04 de outubro de 2000. O MONAF é gerido pelo Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins e conta com o trabalho técnico de Inspetores, Historiadores, Biólogos, Geógrafos, Guarda-Parques e Fiscais Ambientais do órgão.

A sede administrativa do MONAF está situada em Bielândia, distrito do município de Filadélfia, e abrange uma área de 32.067,1000 hectares de cerrado. Sua Zona de Amortecimento engloba parte do município de Babaçulândia, a aproximadamente 30 km de distância de Bielândia. De acordo com o Gesto-TO (2018) há alguns milhões de anos o Tocantins abrigou

uma floresta que hoje é considerado um dos maiores registros de vegetais fossilizados do mundo. Segue figura 4, fotos do sítio paleontológico do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins.

Figura 4: fotos do sítio paleontológico do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins



Fonte: Saimon Lima de Britto. Trabalho de campo (2020).

A existência de tais sítios paleontológicos e arqueológicos onde são encontrados os fósseis de árvores tais como pteridófitas, esfenófitas, coníferas e cicadácias, é laboratório a céu aberto para escolas e universidades do Brasil e do mundo, o monumento recebe regularmente grupos de pesquisadores de diferentes lugares, em especial dos cursos de biologia e geografia da Universidade Federal do Tocantins, que tem o MONAF como parte de sua agenda de aulas de campo, contribuindo assim para o estudo e o desenvolvimento da humanidade (GESTO, 2018).

Também presente na região norte do Estado do Tocantins está a Unidade de Conservação de uso Sustentável, se trata da Reserva Extrativista (RESEX), que segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018):

É uma área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica. (BRASIL, 2018).

A Reserva Extrativista Extremo Norte do Estado do Tocantins, a única Unidade de Conservação Federal do norte do Estado, foi criada pelo Decreto Federal nº 535, de 20 de maio

de 1992, pelo então Presidente Fernando Collor de Melo. A Reserva fica localizada nos municípios de Carrasco Bonito-TO e Sampaio-TO. Possui uma área total de aproximadamente 9.124,98 hectares de babaçuais com o objetivo de assegurar a extração de coco babaçu pelas quebradeiras de coco e pelas demais comunidades tradicionais. A Reserva é de responsabilidade do IBAMA.

Sobre o babaçu é importante ressaltar que o Estado do Tocantins, em 2008, instituiu a Lei nº 1.959 de 14 de agosto, popularmente conhecida por “Lei do Babaçu”, que dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco babaçu e adota outras providências. O intuito é preservar a palmeira nativa e garantir a extração do coco pelas comunidades tradicionais do Estado. O Naturatins é o órgão estadual responsável pela fiscalização do cumprimento desta Lei.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É de consenso nas bibliografias que a porção norte do Estado do Tocantins é de relevante importância para a preservação da biodiversidade bem como a manutenção das comunidades tradicionais. É na porção Norte / Oeste do Estado do Tocantins que se encontra os 9% de bioma Amazônia e a Norte / Leste um grande faixa de área de transição dos biomas Cerrado e Amazônia.

A região norte do Estado do Tocantins é muito rica em biodiversidade, possui 2 Terras Indígenas demarcadas e regularizadas pelo Governo Federal, que garantem a preservação da biodiversidade e das comunidades tradicionais que nelas ocupam. Além dessas a região possui 1 Unidade de Conservação Federal, 3 Estaduais e 2 Municipais. Nelas habitam camponeses, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco, indígenas, entre outros.

As Unidades de Conservação são de extrema importância não somente para a sociedade local, mas para toda a humanidade. Elas garantem a preservação dos cursos hídricos, da fauna e da flora. Além disso, essas áreas garantem também o modo de vida cultural das comunidades tradicionais locais, seus conhecimentos empíricos que são repassados dos pais para os filhos e filhas. As Unidades de Conservação preservam também o clima local e regional, como o período das chuvas e a umidade do ar, que está totalmente ligado a saúde pública.

O que se percebeu foi que as Unidades são criadas em Leis, porém falta um plano de manejo para estabelecer as normas e restrições para o uso dessas áreas, também falta uma educação ambiental com a sociedade local no intuito de esclarecer do que se trata e seus benefícios. Outro ponto que causa grande problema na implantação e gestão dessas áreas são

as indenizações por parte do Estado à sociedade impactada diretamente, essas indenizações geralmente demoram a acontecer e nem sempre as pessoas impactadas se sentem satisfeitas com o resultado. As unidades de conservação precisam de não apenas de uma legislação que as resguarde, é preciso também a participação massiva e consciente da sociedade que as cercam, bem como o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores.

5. REFERÊNCIAS

ARAGUATINS. Lei Municipal nº 806 de 20 de dezembro de 2002. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA do Rio Taquari, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.araguatins.to.leg.br/leis/leis-sancionadas/2002/lei-no-806-de-20-12-2002/view> Acesso em: 11 mai. 2018.

BAPTISTA. Adriana Mathias; OLIVEIRA, Jaime César de Moura. **O Brasil em Fóruns Internacionais sobre Meio Ambiente e os Reflexos da Rio 92 na Legislação Brasileira**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 102, p. 5-27, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813386> Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Decreto s/n de 3 novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Xambioá, localizada no Município de Araguaína, Estado do Tocantins. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Decreto s/n de 3 novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apinayé, localizada nos Municípios de Itaguatins, Maurilândia e Tocantinópolis, Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1997/decreto-46573-3-novembro-1997-591232-publicacaooriginal-116333-pe.html> Acesso em: 11 mai. 2018.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sobre o Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema> Acesso em: 4 de junho de 2021.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Modalidades de Terras Indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acesso em: 11 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências**. Disponível em: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. IBGE. **Mapa de Biomas e de Vegetação**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm> Acesso em: 12 de mai. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é? Amazônia Legal. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28 Acesso em: 5 de junho de 2020

BRASIL. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Amazônia**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia> Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado> Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao> Acesso em: 14 abr. 2018.

CASTRO JR., et al. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, Maria C. N. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Massacre da Natureza**. (Coleção Polêmica) São Paulo: Moderna, 1989.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagens da ECO, O. **O que é a Convenção sobre a Diversidade Biológica**. 22 de Maio de 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28347-o-que-e-a-convencao-sobre-a-diversidade-biologica/> Acesso em: 13 de mai. 2018.

GABELINI, S. M. **Manual Prático de Unidades de Conservação**: Ministério Público do Estado de Goiás, ESMP, 2011, 79 p.

GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org). **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa** (Monografias, Dissertações, Teses e Livros). Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2008.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Juará, 2005.

OLIVEIRA, Adriano Dias de. MARANDINO, Martha. **A biodiversidade no saber sábio: investigando concepções de biodiversidade na literatura e entre pesquisadores**. Revista de educação ciência e matemática. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/1587> Acesso em: 5 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Leonardo Basso de. **As Concepções de Biodiversidade: do professor-formador ao professor de Biologia em serviço**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

TOCANTINS. Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/uc/> Acesso em: 14 abr. 2018.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Áreas de uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental**. Julho de 2012. Disponível em: http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/20120906150226-to_areas_uso_legal_restrito_jul2012.pdf Acesso em: 13 abr. 2018.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS



(RELATOS DE EXPERIÊNCIAS)
O JOGO, A GAMIFICAÇÃO E O LÚDICO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Janiara Almeida Pinheiro Lima^{1*}
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5183-7693>

¹ Mestra em Geografia – PPGEO – UFPE; Professora de Geografia efetiva da Rede Municipal de Ensino do Recife e da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco; Membro do Grupo de pesquisa em Ensino de Geografia e Construção de Conceitos Geográficos – GEOCONCEITO/UFPE; Membro do Laboratório de Pesquisa e Inovação – LEGEP/UFPE; Recife, Pernambuco, Brasil
*janiara8890@gmail.com

Aprovado como destaque no I Simpósio Nacional de Metodologias Ativas na Educação Profissional e Tecnológica (I SinmaEPT).

Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.5136>

RESUMO

O presente trabalho é referente ao uso de jogos didáticos, construídos a partir da plataforma digital *Wordwall*, como recurso didático nas aulas remotas de Geografia, durante o ano de 2020, correspondente ao período pandêmico, para turmas de 7º ano do Ensino Fundamental – Anos finais, da Escola Municipal São Cristóvão, localizada na periferia da cidade do Recife-PE. Nesse trabalho procurou-se explorar o lúdico através dos jogos para alcançar o interesse dos estudantes pelos objetos de aprendizagem da Geografia, dispostos no currículo da Rede Municipal, por meio da Aprendizagem Baseada em Jogos e da Gamificação.

Palavras-chave: Jogos; Gamificação; Lúdico; Geografia; Ensino.

GAME, GAMIFICATION AND PLAYER IN TEACHING GEOGRAPHY DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

The present work refers to the use of educational games, built from the digital platform *Wordwall*, as a teaching resource in remote Geography classes, during the year 2020, corresponding to the pandemic period, for classes of the 7th year of Elementary School - Final years, from São Cristóvão Municipal School, located on the outskirts of the city of Recife-PE. In this work we tried to explore the playfulness through games to reach the students' interest in the objects of learning of Geography, arranged in the curriculum of the Municipal Network, through Learning Based on Games and Gamification.

Keywords: Games; Gamification; Ludic; Geography; Teaching.

JUEGO, GAMIFICACIÓN Y JUGADOR EN LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19

RESUMEN

El presente trabajo se refiere al uso de juegos educativos, contruidos a partir de la plataforma digital *Wordwall*, como recurso didáctico en clases de Geografía a distancia, durante el año 2020, correspondiente al período pandémico, para las clases del 7 ° año de Primaria - Últimos años. , de la Escuela Municipal São Cristóvão, ubicada en las afueras de la ciudad de Recife-PE. En este trabajo se intentó explorar la lúdica a través de juegos para llegar al interés de los estudiantes por los objetos de aprendizaje de la Geografía, dispuestos en el plan de estudios de la Red Municipal, a través del Aprendizaje Basado en Juegos y la Gamificación.

Palabras clave: Juegos; Gamificación; Lúdico; Geografía; Enseñando.

1. INTRODUÇÃO

Ensinar Geografia no contexto de pandemia tem sido um grande desafio. Uma vez que, diante das dificuldades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, a mudança de ambiente escolar, do convívio presencial para o convívio virtual, mudou também a percepção de estudantes e professores sobre como utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) para fins educacionais.

A Geografia enquanto ciência que estuda o espaço geográfico e suas espacialidades, insere-se no contexto escolar como um arcabouço de saberes que proporciona o entendimento do mundo e das cotidianidades (CAVALCANTI, 2014; CALLAI, 2015). Mais do que nunca, foi preciso, diante da pandemia provocar-nos a entender o novo contexto cotidiano em que fomos inseridos diante da crise sanitária provocada pelo Sars-CoV-2.

Assim, as escolas e suas comunidades empenharam-se para superar os desafios que esse contexto ambiental nos imputou e, mais do que nunca, professores e estudantes puseram-se a aprender novas maneiras de ensinar e aprender, ou adaptar a velha maneira de fazer a educação funcionar, em espaços escolares inovadores e criativos, para além dos muros da escola (LIMA, 2020).

Nas aulas de Geografia, para estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, da Escola Municipal São Cristóvão, foram elencadas como recursos didáticos os jogos produzidos na plataforma digital *wordwall*, a fim de gamificar as aulas e transformar as aulas remotas de Geografia em espaços de aprendizagem ativa e significativa (MOREIRA, 1999), aos estudantes que tinham acesso a elas.

Considerando que a gamificação representa a “[...] utilização da mecânica dos games, em cenários *non games*, criando espaços de aprendizagem mediados pelo desafio, pelo prazer

e entretenimento” (ALVES et al., 2016, p. 76), buscou-se fazer uso desse conceito e pô-lo em prática.

Como objetivo geral deste trabalho enunciou-se Ensinar Geografia de forma lúdica através do uso de jogos e da Gamificação. E decorrentes deste, como objetivos específicos pode-se enumerar: Promover a aprendizagem por meio de jogos; criar espaços participativos de ensino da Geografia; Engajar os estudantes na participação das aulas de Geografia.

Nesse contexto, a aprendizagem baseada em jogos procurou proporcionar um cenário de aprendizagem divertido, atrativo e participativo, onde os estudantes puderam interagir nas aulas de Geografia, construindo coletivamente seus saberes, mesmo diante de um cenário desafiador e a longo prazo cansativo/ repetitivo como das aulas remotas.

Daí, usar a gamificação e a ludicidade como ferramenta didática de engajamento dos estudantes nas aulas de Geografia foi uma maneira de tornar diferente e atraentes as aulas *on-line* e motivar os estudantes a não abandonarem a vida escolar, mesmo diante das dificuldades.

2. FUNDAMENTANDO E EXPERIENCIANDO A ENSINAGEM DA GEOGRAFIA COM OS JOGOS, A GAMIFICAÇÃO E O LÚDICO NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Este trabalho fundamenta-se na Gamificação e seus benefícios educacionais conforme Alves et al. (2014), na Gamificação como metodologia ativa de acordo com Bacich e Moran (2018) e Moraes e Castellar (2018), no jogo como ferramenta didática como enuncia Mendonça (2018), na aprendizagem baseada em jogos de acordo com Sena et al. (2016) e no lúdico no ensino e aprendizagem de Geografia tomando como base Luckesi (1994), Santos (2000) e Silva (2016).

Desse modo, é mister compreender as nuances que embasaram esse trabalho a fim de compreender o porquê da prática docente vivenciada, uma vez que, enquanto professores, também somos pesquisadores de nossa prática e a fundamentamos teoricamente com base nas pesquisas realizadas sobre o que pretendemos fazer e o que fazemos na sala de aula, o que nos permite buscar novos caminhos para proporcionar aos estudantes novos espaços de aprendizagem.

Portanto, ao pesquisar sobre a Gamificação é sobremaneira importante o que nos enuncia Alves et al. (2016) quando aponta que a Gamificação colabora, nos distintos espaços educacionais, para a aquisição de habilidades diversas, dentre elas, as cognitivas e sociais.

Bacich e Moran (2018) por sua vez, reiteram que as metodologias ativas elevam as relações entre estudantes e professores a um patamar de cooperação e integração. Nessa mesma linha de pensamento, Moraes e Castellar (2018) enunciam que o ensino de Geografia por meio de metodologias ativas, expressas em jogos, colaboram para estimular a construção de conceitos geográficos durante o processo de ensino e aprendizagem.

Dialogando com os autores, entende-se que ensinar Geografia pode ser divertido e a criatividade ao apresentar os conteúdos, conceitos, temas e objetos de aprendizagem da Geografia pode fazer diferença no estímulo aos estudantes, pois, criar uma atmosfera de acolhimento e divertimento, por meio de metodologias e cenários educativos que despertem a curiosidade dos estudantes é um grande passo para quererem aprender o que estão sendo provocados.

Os jogos, colaboram para essa “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2007). Sena et al. (2016, p.2) reforça ainda que “Os jogos trazem em si uma infinidade de conceitos que estimulam a aprendizagem, pois, permitem a interação com o meio e a construção coletiva de conceitos e experiências, bem como a geração de conhecimento”.

Nesse contexto, diante das mudanças bruscas de espaços de aprendizagem imputadas pela pandemia, a necessidade de inovar e buscar caminhos para alavancar os novos espaços de aprendizagem, de forma a serem atrativos aos estudantes, tem impulsionado os docentes à apropriação de ferramentas digitais para fins educacionais e alertam para urgência de dialogar com as TDIC's mais intimamente, à medida que também expõem nossas fragilidades em relação a elas.

Mendonça (2018) chama atenção sobre um importante aspecto, ela elucida que o uso de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem desdobra-se em aprendizagem significativa para os estudantes. Sendo, portanto, coerente conhecer e usar – se possível – tais tecnologias.

É por meio das ferramentas digitais que muitos docentes têm conseguido manter viva a sala de aula, embora sejam inegáveis as diferentes realidades e contextos socioespaciais que despontam país afora. Contudo, são as tecnologias digitais e a internet que ainda tem feito a distância entre docentes e discentes se encurtar frente a um contexto de incertezas. Elas também representam um caminho para explorar o lúdico e junto a ele somam-se as oportunidades de construção do saber.

Luckesi (1994, p.115) corrobora com esse diálogo quando nos provoca a refletir sobre o lúdico, ao mencionar sua importância na educação escolar como possibilidade do estudante

aprender de maneira contextualizada e divertida, para ele “O lúdico significa a construção criativa da vida, enquanto ela é vivida”. O que reforça a ideia de Silva (2016) quando enuncia que “O lúdico é um instrumento que contribui positivamente na aquisição de diversas habilidades do sujeito, sendo ainda capaz de promover o aprendizado da criança de maneira prazerosa principalmente em seu âmbito escolar”.

Santos (2000, p. 60) contribui para a discussão quando afirma que “a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão”, pois que aprender de forma divertida é apenas mais uma forma de aprender. O que chama a atenção para a importância do lúdico no contexto escolar e sua relevância frente as metodologias que podem ser aplicadas em diferentes etapas do ensino.

Contextualizando a realidade pandêmica em que estamos inseridos e frente aos tantos desafios que ainda estão por vir, mitigar as distâncias, as incertezas, as angústias, o sofrimento por meio de uma sala de aula lúdica é um amálgama tanto para discentes quanto para docentes, pois que, com essa forma de interação, as relações passam a ganhar confiança e trazer aconchego, para além do ensinar e aprender os conteúdos da ciência geográfica, ao mesmo tempo em que promove a construção de valores e senso crítico sobre que se pretende aprender com esta ciência.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho consistiu de procedimentos que inseriram a gamificação como mecanismo para promover o ensino de Geografia de forma lúdica e significativa em aulas para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal São Cristóvão, durante o período pandêmico.

As aulas em formato remoto foram dinamizadas pelo uso da ferramenta didática *on-line* chamada *wordwall*, disponível no site wordwall.net (Figura 1), que permite ao docente usar jogos já disponíveis na plataforma ou criar jogos que condigam com a realidade em que está inserido. Neste caso, foram criados jogos para abordar os objetos de aprendizagem e conteúdos curriculares da Geografia do 7º ano previstos no currículo da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife.

Figura 1: Plataforma digital *Wordwall*.



Fonte: *Wordwall*, 2020.

Dessa forma, durante as aulas de Geografia dos 7^{os} anos B, C e D, realizadas nas tardes de quinta e sexta-feira, de forma *on-line*, pelo *Google Meet*, conceitos de Geografia foram inseridos por meio de jogos elaborados conforme os objetos de aprendizagem da semana em questão e os planos de ensino disponíveis no site UNIREC¹.

Os tipos de jogos mais utilizados durante as aulas remotas de Geografia foram: caça-palavras, quiz, anagrama, palavras-cruzadas e combinar, escolhidos dentre os modelos gratuitos disponíveis na plataforma. A Figura 2 ilustra o início de um dos jogos elaborados para as referidas turmas.

Figura 2: Layout inicial do caça-palavras sobre a agricultura familiar

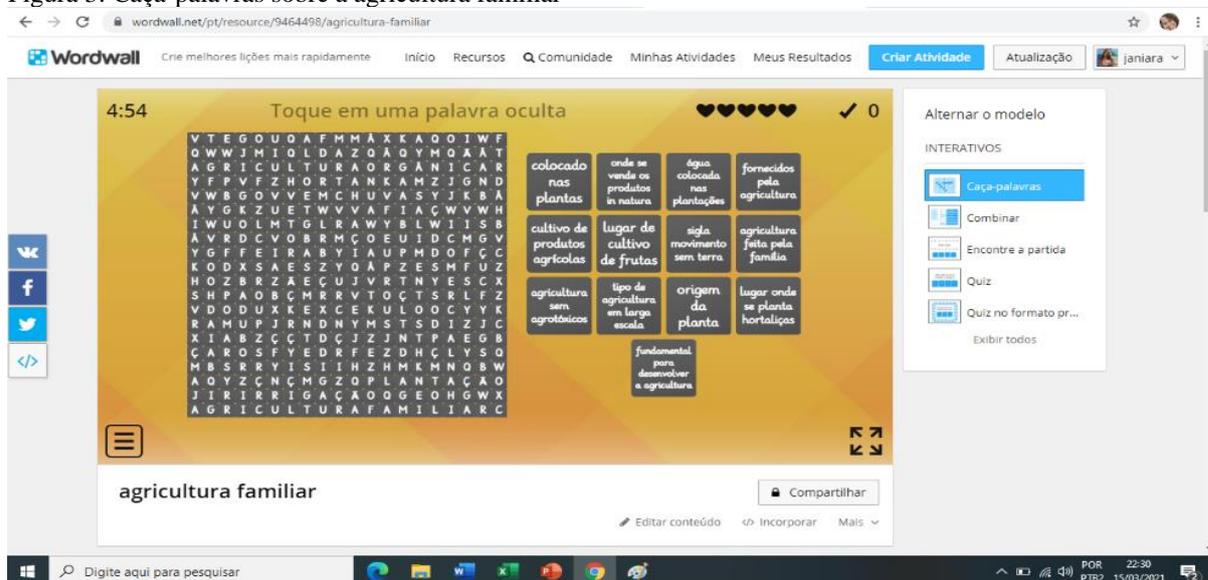


Fonte: A Autora, 2020.

¹ A UNIREC é a plataforma digital que a Secretaria de Educação do Recife utiliza para promover cursos para professores e estudantes. Foi nesta Plataforma que os planos de estudos semanais elaborados pelos técnicos da PCR foram disponibilizados como um currículo a ser utilizado pelo professor durante o período de aulas remotas. Podendo ser adaptados aos contextos socio estruturais de cada sala de aula, como foi realizado neste trabalho. Neste mesmo site, também são disponibilizadas, na parte do estudante, atividades, textos, mapas mentais. Além de espaços de interação professor-aluno por meio de chats e fóruns.

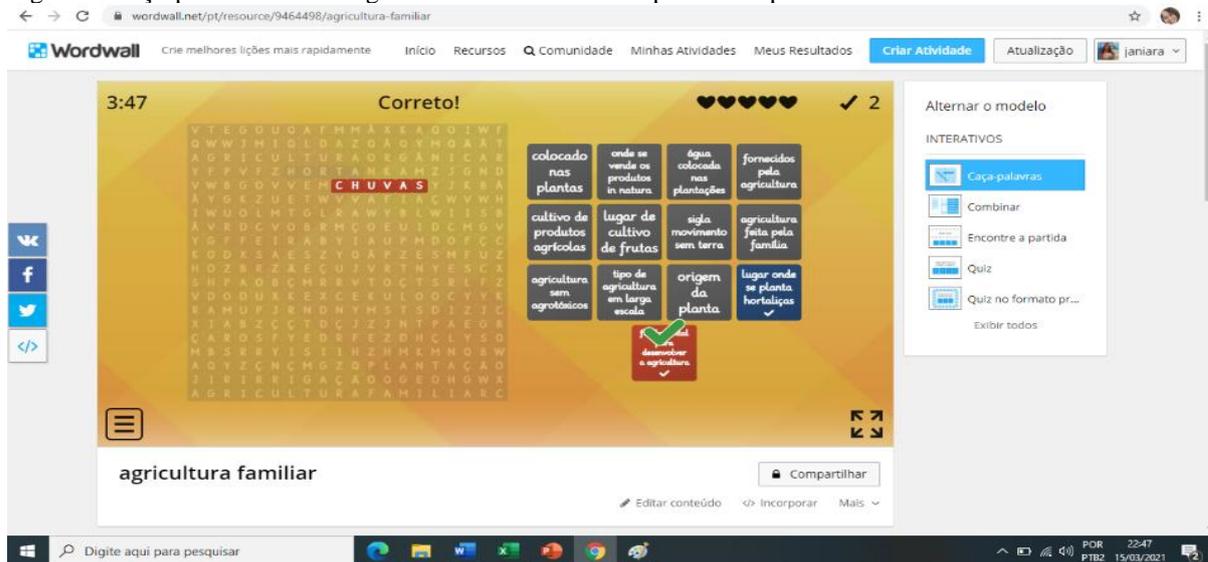
Conforme demonstra o caça-palavras (Figuras 3 e 4), é um jogo onde as palavras devem ser decifradas em meio as letras embaralhadas e depois os estudantes precisavam fazer a correspondência da palavra encontrada com a sua característica correspondente.

Figura 3: Caça-palavras sobre a agricultura familiar



Fonte: A Autora, 2020.

Figura 4: Caça-palavras sobre a agricultura familiar e correspondência palavra-característica.



Fonte: A Autora, 2020.

Como pode ser observado, foram elencadas treze palavras acerca do tema agricultura familiar. Foram elas: adubo, irrigação, feira, alimentos, horta, chuvas, agricultura orgânica, agricultura familiar, plantação, sementes, pomar, MST, agricultura comercial. A escolha das palavras fez referência a um dos conteúdos vivenciados que foi a Agricultura e os tipos de agricultura.

Assim, ao abordar o contexto da agricultura familiar, numa tentativa de aproximar o conteúdo a realidade dos estudantes, buscou-se elencar palavras relacionadas a esse tipo de agricultura e suas características. Ao mesmo tempo, nessa contextualização, construíram-se saberes sobre a temática da agricultura como um todo e oralmente pode-se relacionar e desvelar os tipos de agricultura e suas características operacionais e implicações para a vida em sociedade e correspondência socioambiental.

O jogo tinha um tempo de 5 min, para ser realizado, daí a importância do trabalho em equipe para poder vencer o tempo. Não houve competição entre os estudantes e sim deles com o tempo. Para cada jogo, também se tinha cinco vidas, que eram perdidas à medida que se escolhia uma letra que não correspondia a nenhuma das palavras indicadas, fazendo com que os estudantes ficassem atentos para indicar a marcação correta das palavras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sendo o jogo um elemento imbuído de ludicidade e que atrai a atenção dos estudantes, usar de elementos do jogo e até mesmo criar jogos para contextualizar ou desvelar conceitos geográficos com estudantes de Ensino Fundamental – Anos Finais, em tempos de pandemia de Covid-19, é estratégico.

Tomando como base os autores que inspiraram essa ação pedagógica, os resultados esperados com a utilização dos jogos nas aulas de Geografia, eram o maior engajamento estudantil, maior motivação em participar das aulas, aprendizagem significativa, participativa e colaborativa acerca dos conteúdos e objetos de aprendizagem, desenvolvimento de valores e construção de senso crítico.

Desse modo, o lúdico e a Gamificação realizada por meio dos jogos e elementos dos jogos, como as perguntas e respostas problematizadoras durante as aulas, e o próprio ato de jogar em equipe, retrucar as suas respostas, refletir sobre os conceitos, buscou proporcionar espaços de aprendizagem participativos e divertidos.

Nesse contexto, um dos principais resultados alcançados foi a participação dos estudantes oralmente durante a aula, o engajamento dos mesmos em compreender os conteúdos e decifrar os enigmas, expressar os conceitos geográficos inseridos nos jogos vivenciados, a alegria de conseguir acertar a tarefa junto com os colegas, o sentimento de motivação, cooperação e de conseguir superar desafios.

Outro ponto a ser ressaltado é que nas aulas que envolviam jogos os pais dos estudantes, que acompanhavam as aulas, por vezes, também se motivavam e acabavam participando das

aulas junto com seus filhos. O que estabeleceu na relação de pais e filhos o estreitamento de laços afetivos e o compromisso com a participação da vida escolar dos estudantes. Uma vez que, diante das dificuldades de acesso à tecnologia digital, muitas vezes, um único aparelho celular passou a ter uso comunitário nas casas e nas famílias.

É fato que, infelizmente, nem todos os estudantes tiveram a oportunidade de se inserir no contexto das aulas remotas, mesmo com a disponibilidade da internet oferecida pela Prefeitura do Recife por meio de chip de celular com pacote de dados de internet, pois, nem todos os aparelhos celulares comportavam acesso aos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e computadores, eram exceção.

Contudo, os estudantes que conseguiram ter acesso, tiveram a oportunidade de desfrutar de uma aprendizagem diversificada por meio dos jogos e da ludicidade impressa na maior parte das aulas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado com os estudantes foi possível notar um engajamento e protagonismo estudantil nas aulas de Geografia. Foi possível notar também que os estudantes passaram a ser mais presentes e participativos, demonstravam estar motivados a participar das aulas diante da aprendizagem divertida proporcionada pelo momento do jogo durante a aula, o que também contribuiu para ficarem mais atentos aos conteúdos abordados e encorajados a tirar dúvidas.

Ou seja, de modo geral, o jogo além de deixar as aulas divertidas para professor e estudantes (e pais), também ajudou os estudantes a ficarem menos inibidos, mais protagonistas, mais encorajados, mais engajados e continuar a estudar em meio as dificuldades da pandemia.

Pode-se perceber também que o desafio de ensinar em meio a pandemia é maior do que a simples transmissão de conhecimentos científicos, mas, é preciso lidar com as situações socioemocionais que afetam os estudantes. E, promover espaços de acolhimento e alegria nas aulas, reforça a ideia de pertencimento e motivação a escola, que passa a fazer novamente sentido no meio digital.

6. AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos vão em especial para meus estudantes do 7º ano de 2020 da Escola Municipal São Cristóvão que participaram ativamente das atividades descritas. À professora e

amiga da Rede Municipal de Ensino do Recife, Fernanda Carneiro que me apresentou a ferramenta *Wordwall* e explicou sobre seu uso e possibilidades no ensino.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn Rosalina Gama; MINHO, Marcelle Rose da Silva; DINIZ, Marcelo Vera Cruz. Gamificação: diálogos com a educação. In: FADEL, Luciane Maria et al. (Org.). **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014, p. 74-97.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LIMA, Janiara Almeida Pinheiro (Org.). **Geografia e prática docente remota: relatos durante a pandemia da covid-19**. Olinda: Livro Rápido, 2020.

LUCKESI, C. L. N. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, 1994.

MENDONÇA, Helena Andrade. Construção de Jogos e uso da Realidade Aumentada em Espaços de criação digital na educação básica. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018, p.106-127.

MORAES, Jerusa Vilhena; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Metodologias ativas para o ensino de Geografia: um estudo centrado em jogos. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, 2018, Vol. 17, N° 2, 422-436. Disponível em:<http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen17/REEC_17_2_07_ex1324.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

RECURSOS. **Wordwall**. Disponível em:<<https://wordwall.net/pt/features>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

SANTOS, S. M. P. **A ludicidade como ciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SENA, Samara; SCHMIEGELOW, Sarah Schmithausen; PRADO, Gladys M. B. C.; SOUSA, Richard Perassi Luiz; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. Aprendizagem baseada em jogos digitais: a contribuição dos jogos epistêmicos na geração de novos conhecimentos. **Novas Tecnologias na Educação**. CINTED-UFRGS. V. 14 N° 1, julho, 2016. Disponível em:<<https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/67323/38417>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SILVA, Dayane Fernandes. Ludicidade no processo de aprendizagem: uma análise sob a visão dos educadores infantis. **TCC**. UFPB, 2016. Disponível em:<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1808?locale=pt_BR>. Acesso em: 2 fev. 2021.



(RELATOS DE EXPERIÊNCIAS)
**PROJETO AVANÇAR: PERSPECTIVA SOCIAL DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL POPULAR NO TERRITÓRIO DO MONTE CRISTO
EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Msc. Rafael da Silva Cezar^{1*}, Ldo. Maria Marlene da Silva²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5725-4808>, <https://orcid.org/0000-0001-9008-8867>

¹ Educador social no Centro de Educação Popular, Licenciado em Ciências biológicas, licenciando em Educação do Campo, Especialista em neuropsicopedagogia, Mestre em biologia celular e molecular aplicado à saúde e Mestrando em educação científica e tecnológica;*

² Coordenadora geral do Centro de Educação Popular, Licenciada em pedagogia
*rafscezars@gmail.com

Aprovado como destaque no I Simpósio Nacional de Metodologias Ativas na Educação Profissional e Tecnológica (I SinmaEPT).

Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.5137>

RESUMO

A educação profissional é aquela voltada para o mundo do trabalho e tem grande peso quanto a questão de projeto de vida de um sujeito, pensado dessa forma o CEDEP desenvolve o projeto avançar que visa trazer formação de forma popular para o bairro Monte Cristo na periferia de Santa Catarina, através dessas iniciativas auxiliamos na entrada do mercado de trabalho e na autonomia dos educandos participantes do projeto, auxiliando eles desde a confecção de documentos necessários, formação, indicação e fomento ao empreendedorismo, contando hoje com mais de 110 matriculados semestralmente.

Palavras-chave: Profissionalização; Educação Popular; Projeto de vida; Monte Cristo;

***AVANÇAR PROJECT: SOCIAL PERSPECTIVE OF POPULAR VOCATIONAL TRAINING IN
THE TERRITORY OF MONTE CRISTO IN FLORIANÓPOLIS / SC***

ABSTRACT

Professional education is one geared towards the world of work and has great weight in terms of the subject's life project, thought in this way CEDEP develops the project to advance, which aims to bring popular training to the Monte Cristo neighborhood on the outskirts of Santa Catarina, through these initiatives we assist in the entry of the labor market and in the autonomy of the students participating in the project, assisting them since the making of necessary documents, training, indication and promotion of entrepreneurship, counting today with more than 110 enrolled every six months

Keywords: Professionalization; Popular Education; Life project; Monte Cristo.

PROYECTO AVANÇAR: PERSPECTIVA SOCIAL DE LA FORMACIÓN PROFESIONAL POPULAR EN EL TERRITORIO DE MONTE CRISTO EN FLORIANÓPOLIS / SC

RESUMEN

La educación profesional es aquella orientada al mundo laboral y tiene un gran peso en cuanto al proyecto de vida del sujeto, pensado de esta manera CEDEP desarrolla el proyecto para avanzar, que tiene como objetivo acercar la formación popular al barrio Monte Cristo en Santa Catarina, a través de estas iniciativas asistimos en la entrada al mercado laboral y en la autonomía de los estudiantes que participan en el proyecto, ayudándoles desde la preparación de los documentos necesarios, formación, indicación y promoción del emprendimiento, con más de 110 matriculados cada seis meses.

Palabras clave: Profesionalización; Educación Popular; Proyecto de vida; Monte Cristo;

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional é aquela que se volta para o mundo do trabalho, para o aprendizado de uma profissão, de um ofício especializado, historicamente esse modelo educacional vem associado aos modelos de concepção econômica vigentes na região, estado ou mesmo na esfera federal, buscando especializar a função laboral às necessidades do mercado. Com isso este modelo educacional recebe grande influência política como também do setor privado representado pelos empresários no sentido de criar e manter cursos que, de alguma forma, possam suprir postos estratégicos para o desenvolvimento do país e da economia. (Figueiredo, 2017)

Segundo Moraes (2019), há uma grande carência de trabalhadores qualificados, mesmo havendo certo investimento na formação de profissionais pela modalidade de educação profissional e tecnológica, normalmente essas formações se concentram nos centros urbanos de grandes cidades e capitais, deixando assim grande parte da população periférica e marginalizada com grandes dificuldades de acesso a essas formações, seja pela locomoção, não reconhecimento do espaço como pertencente a si ou pela dificuldade de entrelaçar sua jornada profissional com o tempo investido para formação profissional, acabam por deixar de fora do processo de formação a população que mais teria interesse em ocupar estas vagas de trabalho com características mais operacionais e de atuação laboral.

Com isso fica evidente como discutem Moraes (2017) e Turmena (2017) que como estratégia para o desenvolvimento local, regional tanto como o nacional e o fortalecimento no processo de inserção cidadã de milhares de brasileiros está intimamente ligado à formação profissional.

A cidade de Florianópolis se destaca no cenário nacional pelo seu alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), ocupando o 3º lugar entre os municípios brasileiros, com

0,847. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,873, seguida de Renda, com índice de 0,870, e de Educação, com índice de 0,800.

O bairro Monte Cristo está localizado na parte continental de Florianópolis e, a partir do seu histórico de ocupações e acolhimento de famílias migrantes, foi constituindo-se de várias comunidades, como Chico Mendes, Novo Horizonte, Santa Terezinha I e II e Nova Esperança. Em 2010, os números revelam que residiam 6.024 pessoas no bairro, sendo uma maior proporção de mulheres – 52,54%. A taxa de crescimento da população no bairro foi de 0,08% (Atlas Do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Apesar do IDHM de Florianópolis ser um dos maiores do Brasil, os dados revelam que 1 em cada 7 crianças ou adolescentes estão vulneráveis à pobreza. Estima-se que a renda de 77% dos domicílios do bairro é de até 2 salários-mínimos. Em números, a renda média per capita dos moradores do Monte Cristo, em 2010, era de R\$929,08, contrastando com a renda média de Florianópolis de R\$1.798,12 (Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil, 2013).

Além disso, o índice GINI aponta para poucas melhorias na distribuição de renda de Florianópolis ao longo dos últimos anos. Em 2010, foram identificados 4.515 crianças e adolescentes trabalhando, sendo que a maioria (47%) eram adolescentes entre 14 e 17 anos atuando na informalidade e sem nenhum direito trabalhista garantido.

Ainda cabe registrar como característica fundamental para vulnerabilidade da região a presença marcante do narcotráfico e, a partir dele, a absorção e aliciamento de crianças, adolescentes e jovens pelo crime organizado. Segundo estudos de Casseletti (2005), Mello Júnior (2004) e a partir de dados da Polícia Militar de Florianópolis sobre incidentes criminais atendidos em hospitais públicos, o Monte Cristo lidera o ranking de criminalidade e tráfico de drogas da cidade. Dentro de comunidades periféricas, a inserção dos adolescentes e jovens em espaços de criminalidade tem sido perpetuada e naturalizada, gerando um ciclo geracional, no qual a relação com o narcotráfico se mostra como alternativa possível para famílias da região, como discute Fefferman (2018).

A partir dessa necessidade do território surgiu o Centro de Educação Popular (CEDEP), uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que há mais de 30 anos atua no bairro através de projetos de educação popular. Atualmente desenvolve suas ações a partir de 5 projetos e atende diariamente 450 crianças, adolescentes, jovens e adultos. Dentre esses projetos, possui o projeto Avançar tem como objetivo desenvolvimento laboral de adolescentes, jovens e adultos em prol da construção de projetos de vida a partir de cursos populares com parceiros nas diferentes áreas do conhecimento, entendendo como parte fundamental no processo de desenvolvimento de

autonomia em suas escolhas, potencializando a formação cidadã. Atende pessoas em situação de vulnerabilidade social que possuam mais do que 14 anos a partir das necessidades apresentadas, especialmente ex-educandos que passaram pelo programa jovem aprendiz ou outros projetos do CEDEP e estão desempregados e pessoas da comunidade que estejam em busca inserção laboral.

O Objetivo deste trabalho é trazer e apresentar nossas metodologias de trabalho, a fim da disseminação das práticas populares nas regiões da periferia que atuam diretamente com formação profissional e laboral.

2. METODOLOGIA.

Dentro de sua metodologia o projeto Avançar realiza diversas ações, dentre elas temos:

- **Atendimento individualizado para orientação e produção de documentos necessários para criação de vínculos empregatícios:**

Uma realidade que permeia as periferias é a falta de acesso aos aparelhos públicos ou mesmo a falta de informação e orientação para manutenção de documentações básicas, como carteiras de identidade, carteira de trabalho, cadastro de pessoa física entre outros. Com isso aumentando a dificuldade do encontro de empregos formais e também acesso a qualquer iniciativa pública, a partir dessa necessidade o projeto Avançar já realiza o mapeamento dos adolescentes de 13 a 14 anos presentes na instituição e realiza o direcionamento junto aos responsáveis para marcação e produção de tais documentos como também realiza duas vezes por semana atendimento a comunidade para orientação e direcionamento de quem precise de auxílio para essas questões, facilitando assim o acesso a processos empregatícios

- **Cursos sazonais de formação profissional:**

Dentre um dos objetivos do projeto avançar é a proposta de cursos de livre duração voltados para formação profissional e laboral, com isso a instituição firma parceria com diversos órgãos responsáveis por tais ações e propõem que elas sejam realizadas dentro do espaço da instituição, com isso o curso toma outro formato mais próximo a comunidade e sua realidade.

Hoje já temos vínculo com diversas instituições, como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Google, Facebook, Junior Achievement, Banco Santander, que atuam de forma frequente com a produção de cursos, mas também existem parceiros pontuais que normalmente atuam em cursos

mais específicos e rápidos, como cursos de Design de sobancelhas, Barbearia, Cerâmica entre outros que tem um foco maior na produção do trabalho autônomo.

A oferta de cursos varia conforme educador, instituição parceira e sua grade de conteúdo, são promovidos conforme a necessidade de demanda do território e educandos, tendo seu planejamento e oferta em caráter semestral. Dentre os temas mais contemplados pelos cursos propostos estão os de serviços e aperfeiçoamento empresarial, tecnologias de informação, atendimento ao público, incentivo ao empreendedorismo e orientação vocacional.

- **Projetos de Empreendedorismo e Incubação de empresas:**

O Projeto avançar possui hoje uma parceria com o Cocreation Lab, ele atua como um laboratório de coworking voltado à pré-incubação de ideias e projetos de empresas do setor de economia criativa, anteriormente a esta ação já tinha diversos polos dentro da cidade de Florianópolis e região buscando trazer ideias criativas para papéis mais funcionais e otimizados no mercado, porém não havia ainda se aventurado a uma realidade de comunidades para adequar sua metodologia, porém como nos traz Savi (2019) tendo dentro de seus processos de oferecer um ambiente de trabalho colaborativo e o suporte decisivo na consolidação de ideias empreendedoras acaba por caracterizar iniciativas importantes e com grande potencial de transformação para estes territórios periféricos.

Este processo de pré-incubação se expressa por meio de mentorias, palestras, encontros, coletivos, para que empresas de pequeno e médio porte entrem no mercado mais preparadas para enfrentá-lo e modificá-lo e diante disso tudo também entendendo seu papel social.

- **Preparação para processos seletivos e parceria com empresas para direcionamento:**

Além de atuar diretamente na formação profissional de jovens e adultos o projeto avançar também realiza parceria com diversas empresas e OSC's específicas de direcionamento a processos de estágio e aprendizagem, com isso podemos ao final do processo de formação realizar a preparação dos jovens para processos seletivos, seja produzindo e auxiliando na proposta de currículos, preparação para entrevistas, indicação de jovens para vagas que contemplem seu perfil. Quando o indicado é selecionado para a vaga segue recebendo suporte durante todo processo empregatício e o acompanhando durante este período para que a efetivação se torne uma realidade, auxiliando também em formações necessárias para alavancar sua prática ou carreira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atendimento individualizado para produção de documentação é um serviço muito frequente, hoje a comunidade periférica encontra grandes dificuldades, seja pela questão de locomoção interna no município ou tanto pela questão de acesso a ferramentas digitais, para produção e obtenção de documentos básicos como a carteira de identidade e a carteira de trabalho, serviços esses hoje que tem a necessidade de serem marcados ou realizados via internet, questão discutida por Ferreira (2018). O projeto avançar atende uma média de 04 pessoas semanalmente para orientação da carteira de identidade e uma média mensal de 03 pessoas para produção da carteira de trabalho. No mês de novembro realiza o contato direto com todos os educandos com idade de 14 anos do projeto para produção da documentação, que normalmente é uma média de 25 educandos que já estão em processo de formação final do atendimento do CEDEP.

Figura 1 e 2: Cadastro dos alunos do CEDEP para retirada da primeira carteira de documentações;



Quando entramos na esfera de cursos profissionalizantes conseguimos contar com um fluxo semestral de uma média de 110 matriculados, a faixa etária varia conforme proposta dos cursos empregados, sempre buscamos contemplar diferentes públicos durante o semestre, tendo ao mínimo um tempo de 05 cursos semestrais, sendo 03 com foco na entrada do mercado de trabalho, 01 com foco laboral e prática e 01 de confecção própria do CEDEP junto ao projeto Avançar para permitir uma discussão mais crítica quanto ao mercado de trabalho, todos os finalzastes do curso recebem acompanhamento e direcionamento para futuras vagas de trabalho, bem como passam a integrar no banco de dados de educandos para serem avisados de novas oportunidades, importante salientar que mesmo no momento de Pandemia do COVID-

19 as ações de formação se mantiveram ativas, mesmo em modo online ou com distanciamento necessário.

Figura 3,4,5,6 e 7: Aulas ministradas e alunos do curso CADT (Curso Avançado direcionado ao trabalho).



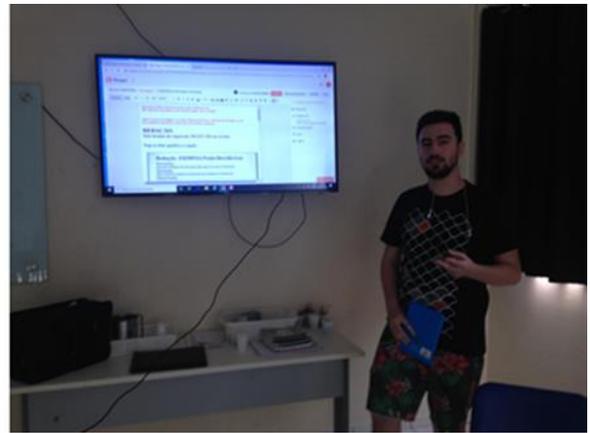
Figura 8 e 9: Curso de oportunidades profissionais de formato remoto em parceria com o CIEE e curso Cidadão Digital em parceria com o Facebook, ambos no formato remoto durante a pandemia do COVID19.



Figura 10: Curso o de designer de sobrancelha

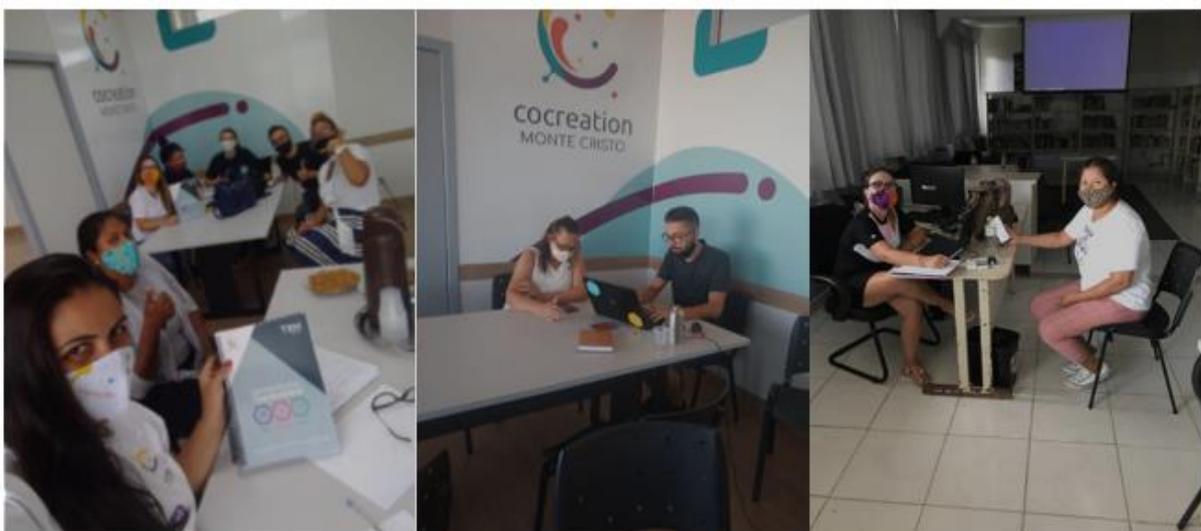


Figura 11 e 12: Curso de assistente administrativo em parceria com o SENAC



No processo de empreendedorismo contamos com 16 ideias incubadas dentro do processo do projeto Avançar e Cocreation Lab, esses negócios recebem mentorias individuais pelo tempo de 06 meses e estamos em processo de abertura da segunda turma para o segundo semestre de 2021. Foram realizados 06 palestras, 05 Workshops, 06 oficinas temáticas, 06 Eventos e mais de 40 atendimentos individuais, além de assessoria digital, de marketing, jurídica e contábil para todas as ideias de forma integral durante o processo, todas essas ações seguem o modelo do empreendedorismo social, que evidencia a importância da cocriação como forma de potencializar processos inovadores e colaborativos, que trazem como resultado do processo de aprendizagem e construção coletiva, criando redes mais fortes e funcionais. (Alves, 2018)

Figura 13, 14 e 15: Fotos de atendimentos individuais e personalizados para cada realidade dos participantes do Cocreation Lab



Essas ações culminaram na contratação ou autonomia de nossos educandos, sejam eles jovens ou adultos perante a suas funções laborais, trazendo a eles seu empoderamento social, muitas vezes ceifados pelas faltas de oportunidades geradas por estarem residindo em territórios empobrecidos e marginalizados pelo estado, no último levantamento da turma de jovens formandos de 2020 no CEDEP com idade de 15 anos, dos 29 jovens formados obtivemos um índice de 40% de contratação dos mesmos em seu primeiro emprego como jovem aprendiz, além disso conseguimos incluir junto aos cursos de formação voltadas ao mercado de trabalho no ano de 2020 mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia na área de contratação 18 educandos. Isso se deve a formação profissional, resgate da autoestima e senso de pertencimento social e também as largas parcerias que o CEDEP junto ao projeto Avançar vem formando com entidades de Florianópolis.

Figura 16: Jovens contratados para início de seu primeiro emprego como aprendizes através do projeto Avançar



Figura 17: Jovens monitores que trabalham na instituição dentro de formatos educativos e realizam formação em conjunto dos trabalhos



4. CONCLUSÃO

Acreditamos que iniciativa como estás vem a trazer diversas oportunidades e auxiliar a este território a ressignificar suas vivências de forma potente a modificar e tomar a frente de seu plano de vida refletindo assim em seu território para maior autonomia e desenvolvimento coletivo, através da iniciativa vemos o engajamento da comunidade nas ações do projeto Avançar e seu crescimento, tanto na procura como também em parceiros, buscando assim estender e aumentar seu atendimento para diferentes níveis educacionais, como o ensino técnico

e superior como demanda futura, como também abrir mais espaço para agentes da comunidade estarem a frente de tais iniciativas.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana da Costa et al. Práticas do processo de cocriação em organizações que inovam abertamente. 2018.

BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil** 2013. Acesso em 12/03/2021, v. 22, 2016.

CASALETTI, Solon et al. Perfil epidemiológico dos feridos por arma branca atendidos na emergência do Hospital Florianópolis. 2005.

DE MEDEIROS MORAIS, Jaciária; SOUZA, Ana Paula; COSTA, Temilson. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 12, p. 111-124, 2017.

FEFFERMANN, Marisa. O jovem/adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, p. 137, 2018.

FERREIRA SILVA, Dieici; DA SILVA, Carlos Rodrigues. Inovações tecnológicas: um estudo do processo de produção de carteira de identidade de Paranaíba-MS. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 9, n. 2, p. 2413-2431, 2018.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 356-392, 2017.

MELLO JÚNIOR, Sérgio Campos de et al. Perfil epidemiológico das vítimas de ferimento por arma de fogo atendidas no hospital Florianópolis. 2004.

MORAES, Gustavo Henrique; DE ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. As Estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica-Silêncios Entre os Números da Formação de Trabalhadores. **Textos para discussão**, n. 45, p. 54-54, 2019.

RELATÓRIO SINAIS VITAIS - Criança e Adolescente - Direito Deles, Transformação para Todos. disponível em: www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Sinais-Vitais-2016-Florianópolis-Criança-e-Adolescente-05.17.pdf

SALVI, Naiane Cristina et al. PROCESSO DE PRÉ-INCUBAÇÃO COMO FOMENTO À INOVAÇÃO: O PROGRAMA COCREATION LAB. In: **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação–ciki**. 2019.

TURMENA, Leandro; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os institutos federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, 2017



(RELATOS DE EXPERIENCIAS)
**VAMOS FALAR SOBRE NOSSA CIDADE? UMA PROPOSTA DE SD
PARA O ENSINO REMOTO COM AS NOVAS TECNOLOGIAS**

Ana Luiza Luzio da Silva*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0504-2624>

Mestranda em Educação no PPGE na instituição Unesp-Marília *alluzio@gmail.com

Aprovado como destaque no I Simpósio Nacional de Metodologias Ativas na Educação Profissional e Tecnológica (I SinmaEPT).

Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.5134>

RESUMO

Neste trabalho tratamos do ensino de língua inglesa dentro do contexto do Ensino Fundamental I, também conhecido como anos iniciais. Apresentamos uma proposta de Sequência Didática adaptada para a modalidade de ensino remoto, que é o que se encontra vigente atualmente. Para isso, percorremos o seguinte trajeto, mostraremos de que forma a língua inglesa está em processo de inserção nos anos iniciais e quais são as concepções teóricas que se encontram por trás desse processo. A partir desses elementos, delineamos algumas considerações, como por exemplo, as vantagens encontradas nessa modalidade, e quais foram as dificuldades enfrentadas.

Palavras-chave: Educação; Ensino de língua inglesa; Metodologias ativas.

***LET'S TALK ABOUT OUR CITY? A DS PROPOSAL FOR REMOTE EDUCATION WITH NEW
TECHNOLOGIES***

ABSTRACT

In this work we deal with English language teaching within the context of Elementary School I, also known as early years. We present a proposal for a Didactic Sequence adapted to the modality of remote teaching, which is currently in force. In order to do this, we will go through the following path, we will show how the English language is in the process of being inserted in the early years and what are the theoretical conceptions that lie behind this process. Based on these elements, we outline some considerations, such as the advantages found in this modality, and what were the difficulties faced.

Keywords: Education; English language teaching; Active methodologies.

***¿HABLEMOS DE NUESTRA CIUDAD? UNA PROPUESTA SD PARA LA EDUCACIÓN A
DISTANCIA CON NUEVAS TECNOLOGÍAS***

RESUMEN

En este trabajo nos ocupamos de la enseñanza del idioma inglés en el contexto de la Escuela Primaria I, también conocida como años iniciales. Presentamos una propuesta de Secuencia Didáctica adaptada a la modalidad de enseñanza a distancia, actualmente vigente. Para ello, pasaremos por el siguiente camino, mostraremos cómo está en proceso de inserción la lengua inglesa en los primeros años y cuáles

son las concepciones teóricas que se esconden detrás de este proceso. Con base en estos elementos, delineamos algunas consideraciones, como las ventajas encontradas en esta modalidad, y cuáles fueron las dificultades enfrentadas.

Palabras clave: Educación; Enseñanza de lengua inglesa; Metodologías activas.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento do Covid-19, as instituições escolares optaram pelo *lockdown*, fechamento de seus espaços físicos enquanto medida profilática para contenção do vírus. No estado de São Paulo, essas medidas passaram a vigorar a partir do mês de março e ainda perduram na maioria das regiões. Dessa forma, a alternativa encontrada pelos sistemas de ensino, de esfera municipal, estadual e federal foi a adoção do ensino remoto. É importante salientar que nas instituições universitárias, essa modalidade já se encontra mais fortalecida, com a existência de ambientes virtuais próprios e personalizados para atender as demandas educacionais. No entanto, para os níveis de ensino de Educação Infantil e Fundamental, essa mudança foi inovadora.

Neste sentido, foi necessária uma reorganização no planejamento escolar desses níveis de ensino que será abordada a seguir. Este artigo está inserido dentro de uma realidade de um município no interior de São Paulo no nível de Ensino Fundamental-I, que conta com Língua Inglesa como componente curricular.

Este artigo trata do nível de ensino do Ensino fundamental I (anos iniciais), que compreendem desde o 1º até o 5º ano. Esse ciclo pertence (no âmbito público), geralmente a esfera municipal. O objeto de estudo será o ensino de língua inglesa dentro desse ciclo, o que ainda se caracteriza como experiências isoladas, considerando que não existem legislações específicas que garantam a presença desse componente a partir dos anos iniciais.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a garantia do ensino de língua estrangeira é contemplada apenas a partir do sexto ano, ou seja, no início do Ensino Fundamental-II (anos finais). Assim, a oferta de uma língua estrangeira no EF-I é de caráter optativo, e tem caracterizado como uma estratégia de alguns sistemas municipais. De acordo com Rocha (2010) no ensino privado essas iniciativas são mais recorrentes, inclusive com a alta incidência de escolas bilíngues.

Ainda de acordo com as legislações sobre o tema o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Inglesa de 1998, versa sobre de que maneira deve ocorrer o ensino e quais são os objetivos a serem atendidos:

[...] a aprendizagem de uma língua estrangeira deve garantir ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade de se envolver e envolver outros no discurso. Isso pode ser viabilizado em sala de aula por meio de atividades

pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, ou seja, sua construção com sujeito do discurso via língua estrangeira. Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados, por intermédio da utilização de uma língua estrangeira. (BRASIL, 1998, p. 19)

É importante esclarecer que a área de ensino de língua inglesa para crianças (LIC) tem se destacado nos últimos anos nos debates acadêmicos. Apesar de ainda carecer de políticas públicas direcionadas para o ensino na primeira infância, as iniciativas vêm se fortalecendo. No meio acadêmico, os estudos direcionados para essa área tem se destacado com produções relevantes sobre a temática. Nesse sentido, cada vez mais, se justifica discutir a respeito da importância de LIC.

Considerando o contexto do LIC, neste trabalho a intenção é descrever as mudanças proporcionadas pela adoção do ensino remoto, em específico no componente curricular de Língua Inglesa, e apresentar uma Sequência Didática adaptada para essa nova modalidade contemplando o uso de novas tecnologias.

2.DESENVOLVIMENTO

Análise qualitativa de uma Sequência Didática elaborada para aulas no ensino remoto de Língua Inglesa no Ensino Fundamental cujo conteúdo temático é a cidade e seus espaços. Dessa forma, serão descritas de forma detalhada como essa sequência foi organizada para atender aos propósitos da nova organização didático-pedagógica.

2.1 Fundamentação teórica

A concepção de língua/linguagem que orienta é a mesma defendida por Rocha (2010, p. 10) que defende que o pesquisador deve partir:

[...] da premissa de que aprendizagem do inglês no EFI público deva orientar-se por visões de língua/linguagem que priorizem o caráter sócio historicamente marcado das relações humanas, a fim de que possam efetivamente criar oportunidades de circulação de uma pluralidade de discursos nesse processo e, assim, viabilizar a construção de conhecimentos e capacidades que permitam à criança agir mais ativamente em seu meio através da língua inglesa.

Como referencial teórico-metodológico a opção foi pelos estudos bakhtinianos, assim como fez Rocha (2010) for considerar que o ensino de uma língua estrangeira é a circulação do sujeito por uma amplitude de discursos. De acordo com o Círculo de Bakhtin, não é possível viver em uma sociedade sem considerar o que há por trás do discurso, que se faz através de

signos. Pensar em uma aula de Língua Inglesa, deve, portanto, levar em consideração que existe um movimento de transculturalidade representado pelos signos que é explicitada abaixo:

Os signos também são objetos únicos e materiais e [...] qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar signo. Neste caso, porém, ele irá adquirir uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular. O signo não é somente parte da realidade, mas reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. (VOLÓCHINOV, 2017, p.93)

A partir do fechamento das escolas, todas as aulas foram reformuladas. Isso significou, em um primeiro momento, um processo de migração para plataformas digitais, além da proposta de alternativas para os alunos que não possuíssem acesso à internet.

Em um momento inicial as equipes gestoras precisaram se reunir em formato virtual com a equipe técnica de informática de Secretaria Municipal de Educação da área da informática com o objetivo de ser capacitada com o uso das novas tecnologias para as aulas, e em um momento posterior oferecer capacitação ao corpo docente para atender as novas demandas educacionais. Para tratar desse tópico é necessário abordar as novas tecnologias e de que maneira essas estão profundamente incorporadas na rotina escolar. Para abordarmos essa temática de acordo com Moran (2013), é fundamental compreender a importância dos meios de comunicação que:

[...] operam imediatamente com o sensível, o concreto, principalmente a imagem em movimento. Combinam a dimensão espacial com a cinestésica, onde o ritmo toma-se cada vez mais alucinante (como nos videoclipes). Ao mesmo tempo utilizam a linguagem conceitual, falada e escrita, mais formalizada e racional. Imagem, palavra e música integram-se dentro de um contexto comunicacional afetivo, de forte impacto emocional, que facilita e predispõe a aceitar mais facilmente as mensagens. (MORAN, 2013, p. 33-34)

O autor ainda destaca que o papel da linguagem audiovisual, que consegue ir além da capacidade consciente:

A força da linguagem audiovisual está no fato de ela conseguir dizer muito mais do que captamos, de ela chegar simultaneamente por muitos mais caminhos do que conscientemente percebemos e de encontrar dentro de nós uma repercussão em imagens básicas, centrais, simbólicas, arquetípicas, com as quais nos identificamos ou que se relacionam conosco de alguma forma. (MORAN, 2013, p. 34)

Após o momento de capacitação, as equipes gestoras se reuniram com o corpo docente das unidades escolares para promover a capacitação. A plataforma escolhida foi o Google Classroom, com parceria com uma universidade do município, que ofereceu a parte técnica de cadastro dos alunos e docentes no sistema, bem como a criação de e-mails institucionais para

esta finalidade¹. As aulas no formato remoto foram inicialmente elaboradas pelas coordenadoras das unidades escolares de forma coletiva, visando atender os componentes curriculares obrigatórios: Língua Portuguesa e Matemática.

Para atender a todos os alunos foi pensada em uma estratégia que contemplasse uma alternativa: os alunos que alegassem dificuldades ou ausência de acesso à internet, teriam como opção ir até a unidade escolar uma vez por semana retirar as cópias impressas das atividades. Essa alternativa é vista como uma modalidade de Ensino Híbrido cuja concepção apresentamos a seguir:

Híbrido significa misturado, mesclado, blended. A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Agora esse processo, com a mobilidade e a conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo: trata-se de um ecossistema mais aberto e criativo. O ensino também é híbrido, porque não se reduz ao que planejamos institucionalmente, intencionalmente. Aprendemos através de processos organizados, junto com processos abertos, informais. Aprendemos quando estamos com um professor e aprendemos sozinhos, com colegas, com desconhecidos. Aprendemos intencionalmente e aprendemos espontaneamente. (BACICH e MORAN, 2015, p. 45)

As atividades foram pensadas em um modelo preestabelecido, oficial com o timbre oficial. Dessa forma, os professores deveriam formular a partir dali para postar na plataforma. De acordo com as orientações iniciais foram vedadas algumas modalidades de exercícios como aqueles que exigissem que os alunos precisassem colorir, ou ligar, caça palavras entre outros, dada a impossibilidade de serem realizadas no formato remoto. Após o primeiro mês de atividades com os componentes curriculares obrigatórios, entraram na plataforma os componentes diversificados do currículo como a Educação Física e a Língua Inglesa.

Para uma melhor organização os professores de inglês foram divididos em grupos de acordo com as turmas atendidas no Ensino Fundamental I. Como atualmente a Língua Inglesa é oferecida apenas a partir do segundo ano, foram criados quatro grupos, que ficaram responsáveis pela elaboração das aulas de cada uma das turmas. Uma vez por semana, essas aulas deveriam ser compartilhadas para que todos os professores pudessem ter acesso e fazer as devidas alterações, sugestões de acordo com a realidade de sua comunidade escolar. A partir dessa dinâmica os subgrupos possuem autonomia para organizar a estruturação das aulas.

Como no início do ensino remoto não houve postagem de aulas de Língua Inglesa, o grupo se organizou em reuniões para reorganizar o Plano Anual de Ensino que havia sido

¹ Essa parceria foi sem custos entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade em questão. Optamos por preservar o nome da instituição.

elaborado em fevereiro, para conseguir definir quais objetos de conhecimento seriam abordados durante os primeiros meses de aula remota¹.

A proposta a seguir, aconteceu no contexto de uma aula via Google Meet, para a turma do quarto ano do EF-I, na qual a professora de Língua Inglesa estava trabalhando os lugares da cidade. Para cada objeto de conhecimento são pensadas três aulas com o propósito de:

Na primeira aula o objetivo é introduzir os vocábulos novos de forma escrita e com imagens. Na segunda aula o objetivo principal é reforçar os vocabulários que foram apresentados, após essa contextualização, que em condições presenciais geralmente ocorre com a apresentação de *flashcards*, é possível ampliar com os alunos os vocabulários em diálogos. Essa estratégia foi escolhida, em especial, para os quartos e quintos anos do EF-I, que são os últimos dos anos iniciais, e nos quais os alunos conseguem ter mais autonomia com a linguagem escrita. Assim, essas atividades podem ser utilizadas em Língua Inglesa, embora não seja o foco das aulas. Com o ensino remoto, os professores precisaram lançar mão de recursos que focassem na linguagem escrita, enfatizando, nesse sentido, a importância da participação dos familiares no auxílio do desenvolvimento das atividades.

Em um terceiro momento, a opção é sistematizar os conhecimentos que foram propostos de forma que o objeto de conhecimento seja de fato compreendido. Portanto, nessa terceira aula, as atividades, sempre revisam os vocábulos e expressões estudadas. Segue um exemplo de exercício elaborado, no qual o aluno deve circular a opção correta de acordo com a imagem, assim é necessário mobilizar os conhecimentos adquiridos sobre os vocábulos.

Apesar de ter bem definido essa proposta de três aulas para abordar cada objeto de conhecimento, é evidente que com a ausência das aulas presenciais, as aulas de Língua Inglesa sofreram transformações.

Neste processo de ensino remoto, uma das possibilidades foi a adoção de aulas síncronas como alternativas. É importante delimitar que as atividades de Língua Inglesa foram basicamente elaboradas a partir de fichas com atividades coloridas, e visando ao máximo facilitar a compreensão dos alunos e de seus familiares. No momento de ensino pandêmico, os familiares atuam no processo de ensino aprendizagem, exigindo que o professor adapte suas atividades para que estas sejam acessíveis. No caso da língua estrangeira, este fator deve ser levado em consideração em especial. Por este motivo, alguns professores adotaram o uso de vídeos se configurando como aulas assíncronas, sendo esses materiais de apoio para as

¹ Não havia, nesse momento, nenhuma perspectiva quanto ao retorno das aulas presenciais, portanto esse planejamento foi feito de forma preliminar.

atividades disponibilizadas semanalmente. Como em algumas unidades escolares, os professores do ensino regular passaram a ministrar aulas síncronas uma vez por semana via Google Meet, com o objetivo principal de corrigir as atividades da semana. Assim, foi oferecida essa alternativa aos professores de inglês, com caráter facultativo.

A justificativa pela oferta de aula síncrona se faz pela necessidade de, em língua estrangeira, ser fundamental a interação entre professor e aluno. Nas atividades propostas, sempre foram sugeridos vídeos como recursos para facilitar a compreensão oral dos alunos. No entanto, essa alternativa não supre de forma adequada as demandas educacionais para esse componente curricular, que tem como foco principal nessa faixa etária a produção oral.

Ao realizar a aula síncrona via Google Meet, a professora usou como recurso para o objeto de conhecimento lugares da cidade, o Google Maps para mostrar para os alunos diferentes lugares na cidade com imagens reais, utilizando-se da realidade aumentada. Foi possível que os alunos solicitassem lugares para serem “visitados” e um deles foi a Estátua da Liberdade em Nova Iorque. Com esta proposta foi possível exercitar a produção oral desses vocábulos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de aulas síncronas como estratégia ainda é recente e pouco utilizada pelos professores de Língua Inglesa, embora já esteja, lentamente, sendo disseminado no contexto público municipal, pelos professores da sala regular. Alguns obstáculos são importantes, ao fazer a opção por essa modalidade. O acesso é ainda um ponto sensível, e que demanda atenção por parte das políticas públicas que garantam a inclusão digital. É importante destacar que existem diversos benefícios proporcionados pelo uso da internet conforme são explicitados a seguir:

A Internet pode ajudar a desenvolver a intuição, a flexibilidade mental, a adaptação a ritmos diferentes. A intuição, porque as informações vão sendo descobertas por acerto e erro, por conexões "escondidas". As conexões não são lineares, vão "*linkando-se*" por hipertextos, textos interconectados, mas ocultos, com inúmeras possibilidades diferentes de navegação. Desenvolve a flexibilidade, porque a maior parte das sequências são imprevisíveis, abertas. A mesma pessoa costuma ter dificuldades em refazer a mesma navegação duas vezes. Ajuda na adaptação a ritmos diferentes: a Internet permite a pesquisa individual, em que cada aluno trabalhe no seu próprio ritmo, e a pesquisa em grupo, em que se desenvolve a aprendizagem colaborativa. (MORAN, 2013, P. 53)

Foi possível observar que, nas aulas síncronas os alunos conseguem participar via telefone celular, o que se mostrou mais difícil para a utilização da plataforma do Google Classroom, quando o único equipamento disponível para a realização das atividades era o

aparelho. Como as escolas oferecem as atividades impressas, existe um número expressivo de alunos que acompanham as aulas via plataforma, mas optam por realizar as atividades impressas, devido à dificuldade de leitura no dispositivo móvel.

Para facilitar o acesso, todas as aulas são gravadas e disponibilizadas posteriormente, justamente em caso de problemas de conexão ou de impossibilidade do aluno estar presente durante toda a aula. O contato com os familiares tem sido possível via aplicativo de troca de mensagens que permite o compartilhamento de materiais, atividades e vídeos, conforme a necessidade. Nesse sentido, pode se dizer que:

O professor atua como coordenador, motivador, elo do grupo. [...]O professor utiliza uma parte do material preparado de antemão (planejamento) e enriquece-a com as novas contribuições da pesquisa grupal (construção cooperativa). Assim o papel do aluno não é o de "tarefeiro", o de executar atividades, mas o de co-pesquisador, responsável pela riqueza, pela qualidade e pelo tratamento das informações coletadas. O professor está atento às descobertas, às dúvidas, ao intercâmbio das informações (os alunos pesquisam, escolhem, imprimem), ao tratamento das informações. O professor ajuda, problematiza, incentiva, relaciona. (MORAN, 2013, P. 48)

4. REFERÊNCIAS:

BACICH, L.; MORAN, J. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida**. Revista Pátio, nº 25, junho, 2015, p. 45-47. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2015/07/hibrida.pdf> Acesso em: 17 de setembro 2020.

BACICH, L., MORAN, J. (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre, Penso, 2018.

MORAN, J. M. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

ROCHA, C. H. **Propostas para o inglês no ensino fundamental público: plurilinguismo , transculturalidade e multiletramento**. Tese (doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem – problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.